



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 117

IV Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 24 de novembro de 2015

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 11 minutos

A sessão iniciou-se com um minuto de silêncio pelos atentados ocorridos em França.

Seguiu-se o início do debate da **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 64/X – “Plano Anual Regional para o ano de 2016”** e **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 65/X – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2016** com a intervenção do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Usaram posteriormente da palavra os/as Srs/as Deputados/as Luís Maurício (*PSD*), Zuraída Soares (*BE*), André Bradford (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), Francisco César (*PS*), Luís Maurício (*PSD*), António Marinho (*PSD*), Graça Silva (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*), Renata Correia Botelho (*PS*), André Rodrigues (*PS*), Ricardo Cabral (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), Domingos Cunha (*PS*), José San-Bento (*PS*), Cláudio Lopes (*PSD*), Miguel Costa (*PS*), Bruno

Belo (*PSD*), Manuel Pereira (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), bem como a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*) e o Sr. Secretário Regional da Saúde (*Luís Cabral*).

Eram 19 horas e 42 minutos.

Presidente: Muito bom dia a todos.

Vamos começar então os nossos trabalhos.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa que faça a chamada, por favor.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Cecília do Rosário Farias Pavão

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de **Ávila**

Lizuarte Manuel Machado

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Manuel Alberto da Silva Pereira

Maria da **Graça Oliveira Silva**

Miguel António Moniz da Costa

Nuno Miguel Aguiar de Meneses

Paula Alexandra Pires Silveiro Bettencourt

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho

Ricardo Manuel Viveiros Cabral

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares Marinho

António Oldemiro das Neves Pedroso

Bruno Filipe de Freitas Belo

Cláudio Borges Almeida

Cláudio José Gomes Lopes

Humberto Trindade Borges de Melo

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alberto da Costa Pereira

Jorge Manuel de Almada Macedo

José Maria de Medeiros Andrade

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

Paulo Henrique **Parece** Baptista

Paulo Jorge da Silva **Ribeiro**

Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Ana Carina Alberto **Espínola**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Maria da **Graça** **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição **Pires**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 51 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão, pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, o período legislativo deste mês de novembro, reveste-se de grande importância, uma vez que serão debatidos e votados o Plano Regional Anual e o Orçamento para 2016, os últimos desta Legislatura.

No entanto antes de entrarmos na Agenda da Reunião e conforme foi deliberado ontem pela Conferência de Líderes, vamos guardar um minuto de silêncio em memória de todas as vítimas dos últimos atentados terroristas no mundo e que

seja também o tempo para refletirmos se este mundo triste de violência e de intolerância é aquele que devemos deixar às gerações vindouras.

Vamos então guardar um minuto de silêncio.

(Neste momento, de pé, a Câmara fez um minuto de silêncio)

Vamos então entrar na nossa agenda de trabalhos.

As matérias que hoje aqui debatemos regem-se pelos artigos 163.º a 165.º do Regimento da nossa Assembleia e os tempos também foram definidos pela Conferência de Líderes, que passarei a enunciar.

Para o debate na generalidade os tempos são os seguintes:

O Governo Regional e o PS - 245 minutos;

PSD - 160 minutos;

CDS-PP - 50 minutos;

BE, PCP e o PPM - 15 minutos.

Para a intervenção inicial e apresentação dos documentos, tem então a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente da Assembleia Legislativa, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Iniciamos hoje a discussão da proposta do Plano Anual e do Orçamento da nossa Região para 2016.

Estes documentos visam dar continuidade ao cumprimento dos compromissos que assumimos com os açorianos durante esta legislatura e culminam o processo de planeamento a que corresponde a concretização da estratégia que empreendemos neste período.

Ouvimos, como sempre fizemos, os partidos políticos, os parceiros sociais e os conselhos de ilha, recolhendo sugestões que, em vários domínios, conduziram a

melhorias que ainda poderão ser mais aprofundadas no âmbito do debate que agora iniciamos e do acolhimento de propostas de alteração que os senhores deputados entendam fazer.

Sendo que o Orçamento e o Plano de Investimentos de 2016 correspondem ao último ano desta legislatura, é, pois, o momento de fazer um balanço sobre a evolução dos indicadores económicos e sociais que quantificam o desenvolvimento da nossa Região.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: É o momento de avaliar os resultados do que fizemos, é o momento de compararmos como estávamos quando começamos, no final de 2012, e é o momento de analisarmos quanto evoluímos até hoje.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: É, pois, o momento de prestar contas aos açorianos sobre o nosso percurso neste 3 anos.

Iniciámos este mandato num momento muito difícil para as famílias e para as empresas açorianas.

Uma crise financeira internacional que obrigou a uma retração sem precedentes do sistema bancário, com graves consequências nas empresas e nas famílias, foi conjugada, no início deste mandato, com um brutal programa de ajustamento orçamental concretizado pelo Governo da República, que impôs uma austeridade que reduziu ainda mais o rendimento das famílias e das empresas, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não apoiado!

O Orador: ... originando e amplificando uma retração muito significativa da economia com efeitos no emprego e nos indicadores sociais.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: A somar a este enquadramento externo adverso, tivemos de enfrentar outros desafios e adversidades que nos foram colocados, como seja a

redução muito significativa de atividade da Base das Lajes, a baixa dos preços nos mercados internacionais dos produtos lácteos, uma transição demasiado demorada entre quadros comunitários de apoio – que nos impediu de ter acesso aos novos fundos comunitários durante quase dois anos – e até a redução dos recursos disponíveis nos nossos mares, entre outras adversidades.

Deputado Francisco César (PS): É bom lembrar!

O Orador: Num espaço tão curto de tempo nunca se tinham conjugado tantas adversidades, nem tantos problemas complexos que nos exigiram, a cada momento, encontrar novas soluções criativas para minimizar os seus efeitos nos Açores.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Muito bem!

O Orador: No limite dos nossos recursos e no limite das nossas competências soubemos procurar uma resposta açoriana para cada problema que nos era colocado e para cada adversidade encontrar e implementar medidas inovadoras que minimizassem os seus efeitos nos Açores.

Enfrentámos as adversidades com coragem, enfrentámos os problemas de frente. Não nos desculpámos com os problemas, mas fizemos do ataque a esses problemas a causa principal da nossa ação governativa.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Mesmo quando nos sentimos sozinhos, quando os outros mostravam indiferença, fizemos da nossa razão a força da nossa luta. Se não o tivéssemos feito estaríamos hoje aqui a falar das causas dos problemas e a justificá-los.

Como agimos com coragem e com determinação, queremos hoje falar aos açorianos – isso sim – dos resultados do nosso trabalho.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: São resultados – e temos todo o orgulho em dizê-lo – que incorporam, essencialmente, todo o querer, toda a determinação, toda a coragem e todo o trabalho dos açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: O Governo fez o que lhe competia, mas foram os açorianos, de toda a região, os principais protagonistas desses resultados, transformando em mais progresso, mais desenvolvimento e mais bem-estar as medidas que entendemos por bem criar.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Insisto, porque é rigorosamente verdadeiro e porque é inteiramente merecido: o Governo dos Açores tem muito orgulho em poder dizer que na hora de enfrentar as adversidades e de criar medidas para combater as suas consequências, o povo açoriano mostrou que é tão forte quanto a rocha destas ilhas onde todos vivemos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Vamos pois abordar esses resultados.

Definimos o EMPREGO como principal prioridade desta legislatura, criando para o efeito um vasto conjunto de medidas de apoio ao tecido empresarial e à requalificação dos trabalhadores, alocando a essas medidas o máximo de recursos possível.

A criação de emprego constitui, pois, o nosso principal desígnio, e podemos hoje referir que, de acordo com os dados do INE, existem hoje mais 8.457 açorianos empregados do que quando iniciámos esta legislatura, e que existem hoje menos 4.826 açorianos desempregados do que no início deste mandato.

Efetivamente, a taxa de crescimento do emprego nos Açores é atualmente a mais elevada dos últimos 13 anos, sendo que os açorianos empregados aumentam consecutivamente há 6 trimestres face ao ano anterior e ao trimestre anterior.

Há 13 anos que não se verificava um ritmo tão elevado de criação de emprego nos Açores, existindo atualmente mais açorianos com trabalho desde o 2º trimestre de 2011.

Para isso contribui o facto de os Açores terem registado a maior redução da taxa de desemprego do país no último ano, e ter já reduzido em 25% a taxa de desemprego desde o início desta legislatura.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Esta realidade é reforçada com o facto de, atualmente, o número de açorianos inscritos nos centros de emprego ser o mais baixo dos últimos 36 meses, ou seja, o mais baixo dos últimos três anos.

Mas estes resultados obtidos no emprego correspondem também ao enorme esforço que empreendemos para assegurar a retoma da atividade económica na nossa Região – e conseguimos.

De acordo com o INE, quando iniciámos esta legislatura verificava-se uma retração de 3% da economia, medida pelo Indicador de Atividade Económica.

Ou seja, quando iniciámos este mandato a atividade económica estava a reduzir 3%, quando hoje, de acordo com os últimos dados do INE, referentes a Setembro, o IAC cresce 2,8%, o que é justo qualificar de ritmo de crescimento assinalável.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Este crescimento económico, que está a criar emprego, tem também assegurado uma maior sustentabilidade da nossa economia, baseada na melhoria significativa do saldo da nossa balança comercial.

Se, no início deste mandato, as importações excediam as exportações em 20 milhões de euros, neste momento esse saldo é de apenas 4 milhões de euros, ou seja, nesta legislatura melhorámos cinco vezes o nosso saldo comercial face ao que se verificava no início da legislatura.

O crescimento do emprego e da atividade económica começa também a refletir-se na estabilidade financeira das empresas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não se nota!

O Orador: Efetivamente, o incumprimento das empresas, nomeadamente o crédito vencido, é o mais baixo dos últimos 3 anos, começando já a registar-se, também, uma retoma do sector da construção civil, onde o número de licenças de construção aumentou 21% no último trimestre.

Essa evolução positiva antecipa uma retoma mais acentuada deste sector nos próximos tempos, estando o consumo de cimento já a aumentar (foi de 2% no último trimestre), depois de 3 anos de reduções consecutivas.

No sector do turismo registam-se, desde Novembro do 2014, há precisamente um ano, crescimentos em termos cumulativos e comparativos superiores a 13% nas dormidas.

Conscientes do muito que há ainda a fazer, das dificuldades que persistem, das adversidades que ainda existem (por exemplo nos sectores agrícola e das pescas), do incremento da retoma que ainda falta empreender e dos resultados que urge ainda melhorar em todos os sectores, podemos todos assumir que valeu a pena o caminho que, com os açorianos, percorremos nestes 3 anos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Os resultados estão à vista de todos.

Estamos, hoje, perante uma situação regional cujos principais indicadores económicos, financeiros e sociais evoluíram positivamente face ao início desta legislatura.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Apesar das adversidades, dos obstáculos e das dificuldades dos tempos recentes, podemos hoje assumir que os açorianos souberam reagir e conseguiram incrementar uma retoma progressiva e sustentada do emprego, da atividade económica e do rendimento das famílias e das empresas.

É de todo este caminho percorrido com os açorianos que estamos hoje a prestar contas, convictos do que fizemos, mas também conscientes do muito que ainda falta fazer.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Estamos determinados a progredir no que já conseguimos, a aperfeiçoar o que urge melhorar e, essencialmente, a continuar a incrementar uma retoma mais intensa e consistente do nosso desenvolvimento, a bem dos açorianos.

O que até agora conseguimos constitui apenas uma motivação para reforçarmos o esforço no sentido de melhorar ainda mais todos os indicadores.

Que fique muito claro: – não há nenhum resultado da nossa ação, nenhum indicador positivo, que nos diminua o ímpeto de fazer muito mais e melhor.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Os açorianos merecem sempre que façamos mais e melhor – e é essa a nossa motivação, é esse o nosso objetivo.

Este conjunto de documentos – Plano e Orçamento – é também o quarto a ser aprovado após a assinatura do memorando de entendimento com a República.

É o momento para também fazer o balanço desse memorando.

Há três anos, alguns afirmavam que o memorando de entendimento com a República punha em causa a nossa autonomia, ...

Deputados Berto Messias e Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: ... condicionava e limitava o orçamento da Região implicaria o despedimento de funcionários públicos e, até, provocaria o fim dos complementos remuneratórios e apoios sociais de que os açorianos beneficiam.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Hoje, com este Plano e Orçamento, demonstramos mais uma vez que afinal nada disso se verificou, e que, como sempre dissemos, mantemos intacta a nossa autonomia, a estabilidade da nossa administração pública e a possibilidade de não só manter, mas reforçar, como está previsto no orçamento para o próximo ano, uma via açoriana de apoio às famílias e empresas.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Para bem dos Açores e dos açorianos, falharam nas suas previsões, aqueles que fizeram essas afirmações.

O Orçamento e o Plano de investimentos que vos apresentamos pretendem dar continuidade à política de estabilidade das finanças públicas regionais, num quadro que tem assegurado a sustentabilidade da Região, pesem os constrangimentos que nos afetam.

Esta realidade tem sido sistematicamente confirmada e consolidada por todas as entidades nacionais e europeias, como a Comissão Europeia, o FMI, o Banco Central Europeu, o INE, o Tribunal de Contas e o Banco de Portugal.

Efetivamente, em relação ao último ano, o INE e o Banco de Portugal confirmaram que os Açores, nos termos do novo Sistema Contabilístico Europeu SEC2010 tiveram necessidades líquidas de financiamento que representaram apenas 0,15% do nosso nível de produção (PIB), enquanto no país essa necessidade ultrapassou os 7,2% do PIB nacional.

Ou seja, os Açores registaram no último ano um saldo orçamental 43 vezes melhor que o país, em relação ao correspondente nível de produção.

É também relevante verificar que, de acordo esses dados, os Açores conseguiram reduzir em 94% esse saldo orçamental negativo nos últimos 3 anos.

Essa realidade também desmentiu categoricamente aqueles que afirmavam que os resultados financeiros dos Açores se deviam a um processo de desorçamentação, pois, com o atual sistema contabilístico europeu SEC2010, estão integradas no orçamento da Região e nas contas públicas as empresas como a Saudaçor, a SPRIH, a Atlanticoline, os três Hospitais EPE, o IROA, a Transmaçor, a Ilhas de Valor, a Azorina, o Teatro Micaelense e, até, a ATA, entre outras participações públicas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso!

O Orador: Fica, portanto, definitivamente encerrada qualquer dúvida sobre o impacto dessas empresas nas contas Região.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Foi, pois, mais uma falácia que caiu, a bem dos Açores e para desgosto, talvez, de alguns.

Os Açores, hoje, já não constituem qualquer peso ou encargo, em termos percentuais, para as contas públicas nacionais, e este é um património que deve essencialmente constituir-se como um capital fundamental na defesa dos Açores e dos açorianos sempre que as visões centralistas se tentarem impor ou os interesses dos Açores estiverem em causa.

Longe vão, também, os tempos em que o montante da dívida era objeto de dúvida.

Hoje, integrando todas essas empresas, a dívida pública dos Açores, apurada pelo INE, representa apenas 37% do PIB regional, enquanto no país ascende a mais de 130% do PIB nacional.

Ou seja, a dívida pública dos Açores é paga com a produção da Região de apenas cerca de 4 meses, enquanto o país necessita de produzir durante mais de 16 meses para pagar a sua dívida.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Oh, senhor, não diga isso!

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: Só nos últimos 3 anos a dívida pública do país aumentou 29 vezes mais do que o total do valor registado ao longo de 40 anos de autonomia.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E aumentaram o endividamento!

O Orador: O legado que deixamos às gerações vindouras é, nesta matéria, 4 vezes melhor do que se verifica na Madeira e em Portugal continental, e 3 vezes melhor do que se regista na média dos países da União Europeia, face ao correspondente nível de produção.

É esta a realidade que todas as entidades nacionais e internacionais confirmaram, de forma sistemática, das finanças públicas regionais apresentadas pelo Governo dos Açores, e que permitiram, com muito orgulho, que os Açores fossem a única Região do país onde que não foi necessário aplicar um Programa de Ajustamento Orçamental.

Deputada Benilde Oliveira e Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: Reafirmamos, no entanto, que o Governo dos Açores não encara a sustentabilidade e o equilíbrio das finanças públicas regionais como o seu objetivo final. Para nós, é, sim, um instrumento que nos permite reforçar e consolidar uma via para apoiar os açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Para o Governo dos Açores os açorianos não são números ou estatísticas. Não reduzimos a política à dimensão de uma folha de cálculo, mas utilizamos, sim, o rigor e o equilíbrio das nossas finanças públicas para reforçar o apoio aos açorianos e desenvolver os Açores.

Queremos ter finanças públicas sólidas ao serviço das famílias e das empresas, e não conseguir o equilíbrio das finanças públicas à custa do sacrifício dos açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: No entanto, é bom que estejamos todos convictos de que o esforço e o contributo que os Açores fizeram nos últimos anos para a consolidação orçamental do país foram superiores, em termos comparativos, aos verificados no resto do país, tendo para o efeito a Região abdicado de um nível acrescido de despesas e investimentos.

Efetivamente, é bom lembrar que, se no último ano os Açores tivessem o mesmo défice – face ao correspondente nível de produção – do que aquele que se verificou no país, teria sido possível aumentar o investimento público e o apoio às famílias e empresas em 272 milhões de euros por ano, ou seja, aumentar em mais 50% o investimento público previsto para o próximo ano.

Importa, pois, questionar se deveremos continuar a impor a nós próprios um nível de solidariedade orçamental para com o país superior àquele que o restante território nacional assume, abdicando assim os Açores da obtenção de financiamento adicional que permitiria um significativo acréscimo no

investimento e do correspondente impacto na criação de mais emprego e dinamização de economia.

Não nos devem bastar os elogios generalizados pela boa gestão das finanças públicas regionais – importa que esse reconhecimento se materialize cada vez mais em benefício dos Açores e dos açorianos.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

O orçamento que vos apresentamos ascende a 1577,9 milhões de euros e, se excluirmos as operações extraorçamentais, o valor atinge 1.343,4 milhões de euros.

Este orçamento consolida a autonomia financeira da Região, sendo que as receitas próprias já representam cerca de 60% no total das receitas efetivas – mais 20 pontos percentuais do que quando iniciámos esta legislatura.

O Orçamento da Região volta a registar um aumento do peso das despesas de investimento em detrimento das despesas de funcionamento, prosseguindo-se assim a contenção da despesa pública, para que a Administração continue a despender, comparativamente, cada vez menos com o seu funcionamento e os açorianos possam dispor de cada vez mais recursos.

Destaca-se a forte representatividade das despesas em funções sociais, com uma dotação global de 732 milhões de euros, mais 19,3 milhões de euros que este ano, e representando 61,4% da estrutura da despesa, evidenciando-se os sectores da Educação e da Saúde, para os quais serão canalizados 81% das verbas afetas às funções sociais.

Neste contexto, assume maior relevância o reforço do financiamento que empreendemos neste mandato.

Apenas nesta legislatura concretizámos um esforço de aumento em 279 milhões de euros das transferências para o SRS, o que representa um aumento de 32% em apenas 4 anos.

Só neste período serão transferidos para o SRS 1.155 milhões de euros, o que demonstra, de forma inequívoca, a concretização do nosso compromisso de assegurar a sustentabilidade financeira do sector da Saúde nos Açores.

O esforço de rigor e de contenção da despesa corrente é ainda mais significativo quando as receitas correntes serão superiores em 183 milhões de euros às despesas correntes, o que representará um contributo decisivo para a Região poder aumentar significativamente o investimento público e assim assegurar a concretização dos investimentos estratégicos previstos para esta legislatura.

O rigor e a credibilidade dos documentos que vos apresentamos assentam também na taxa de execução orçamental, englobando o Orçamento e o Plano de Investimentos, que temos conseguido concretizar.

Efetivamente, a taxa de execução orçamental foi de 96% em 2013 e de 92% em 2014, sendo que a taxa média nos últimos três anos foi superior a 92%, o que demonstra a nossa capacidade de execução.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Os documentos que vos apresentamos pretendem assegurar um aumento muito significativo do investimento público como contributo importante para incrementar a retoma económica, para reforçar o crescimento do emprego e para ampliar o apoio a quem mais precisa.

Quando assistimos ainda, por toda a Europa, a uma retração do investimento público, é ainda mais significativo este enorme esforço que fazemos para aumentar em mais 57,3 milhões de euros o investimento público, que representa, em termos de investimento direto, um acréscimo de 8%.

O valor do investimento público previsto para 2016 ascende a 782 milhões de euros, dos quais 523,7 milhões são financiados diretamente pelo Orçamento da Região.

A dotação financeira afeta ao objetivo “Aumentar a Competitividade e a Empregabilidade da Economia Regional” representa cerca de metade do valor global do investimento público e corresponde a 382 milhões de euros.

As áreas de intervenção que concretizam o objetivo de “Promover a Qualificação e a Inclusão Social” representam 23,7% do investimento e correspondem a um investimento de 185,7 milhões de euros.

O objetivo de “Aumentar a Coesão Territorial e a Sustentabilidade” foi dotado com 213 milhões de euros, o que representa 27,2% do valor global do investimento público.

São estas as nossas prioridades estratégicas, que definimos de forma clara e rigorosa nos documentos que vos apresentamos e que asseguram os investimentos do Plano Regional para 2016, os quais esperamos que contribuam para incrementar a retoma económica e, por consequência, a consolidação das empresas, a estabilização dos rendimentos das famílias e a criação de mais emprego.

A Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial constituiu um dos elementos estruturais para inverter a tendência do ciclo económico e contribuiu decisivamente para incrementar a retoma da atividade económica na nossa Região.

De facto, foram criadas medidas de carácter estrutural que melhoraram o nível de competitividade das empresas, proporcionaram melhores condições de empregabilidade e, desse modo, impulsionaram o crescimento da economia açoriana.

Apenas no âmbito da execução dessa Agenda foram diretamente beneficiados 33.309 açorianos, apoiadas 2.719 empresas e criados diretamente 3.466 novos postos de trabalho.

Para quem questionou inicialmente a eficácia destas medidas, estes resultados demonstram, sem qualquer margem para dúvida, a importância e a relevância das medidas que tomámos oportunamente para assegurar a retoma económica e a criação de emprego na nossa região.

Assume agora especial relevância a política de incentivos à iniciativa privada inserida no Sistema de Incentivos à Competitividade Empresarial – Competir + – pela possibilidade que cria de alavancar o investimento público e gerar mutações essenciais no panorama empresarial, contribuindo para o reforço da sustentabilidade da nossa estrutura produtiva.

A crescente incorporação nas nossas empresas de fatores dinâmicos de competitividade, o fomento de projetos de investimento de caráter estratégico e a promoção da produtividade constituem os pressupostos de base em que assenta a nossa estratégia de incentivos ao investimento privado.

O alargamento da base económica de exportação, privilegiando os projetos de investimento dirigidos à produção de bens transacionáveis associados a recursos endógenos, a serviços de valor acrescentado e ao turismo – que corporizam as três grandes áreas temáticas de especialização prioritária para o desenvolvimento dos Açores, nomeadamente o sector agroalimentar, o turismo e a economia do mar, em complemento com a indústria transformadora, a economia digital e a logística – constituem as prioridades no incremento da nossa estrutura produtiva.

As empresas açorianas ligadas ao sector exportador têm dado sinal do seu dinamismo e correspondido às medidas de apoio e de estímulo criadas pelo Governo dos Açores.

Mas pretendemos reforçar, ainda mais, e dar maior importância às competências de exportação, favorecendo a penetração e o posicionamento das empresas açorianas no mercado global, proporcionando uma maior abertura das empresas açorianas no exterior e o seu crescente processo de internacionalização.

Após uma complexa negociação com a Comissão Europeia, que só muito recentemente foi concluída pelo Governo da República, é possível, a partir de agora, promover a implementação de instrumentos financeiros públicos de capacitação das empresas regionais e de estímulo, incentivo e orientação do investimento empresarial.

As empresas açorianas têm à sua disposição o mais abrangente, intenso e inovador sistema de apoios do país, constituindo-se, assim, como um fator adicional da sua competitividade.

É este o nosso caminho: a reforma, a inovação, a reestruturação e a renovação da nossa estrutura produtiva, criando condições para, de forma progressiva, consolidar a retoma económica e promover a criação de mais emprego nos Açores.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados: Estamos, aqui, pois, para renovar o nosso comprometimento, atualizar as nossas políticas e introduzir novas metas que se inserem nos grandes objetivos que decorrem do nosso compromisso com os açorianos.

Move-nos a ambição de ajudar todos a recuperar das dificuldades;

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Move-nos a ambição de contribuir de forma cada vez mais eficaz para a coesão social e territorial regional;

Move-nos a ambição de a cada dia fazer mais e melhor e de contribuir, de forma decisiva, para o futuro que todos queremos, não só para nós próprios,

como para as gerações a quem desejamos legar uns Açores modernos e desenvolvidos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor não tem limites!

O Orador: Os açorianos sabem que podem continuar a contar com o nosso empenho – e não há, minhas senhoras e meus senhores, limites que nos travem neste espírito de missão que nos anima.

Quem nos incute essa força são todas as açorianas e todos os açorianos, de Santa Maria ao Corvo, homens e mulheres, jovens e crianças de todas idades que nos orientam na nossa ação de serviço público e que convocam o nosso melhor discernimento.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Sabemos bem que podemos contar com esses milhares de cidadãs e cidadãos açorianos, que mobilizam as suas energias e nos dizem sempre “presente” quando o seu contributo se revela indispensável para levar o nome dos Açores mais além.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já se está a habituar ao Bloco de Esquerda!

O Orador: Como está dito, e bem dito, no nosso hino, “Os Açores são a nossa certeza de traçar a glória de um Povo”.

Deputada Renata Corria Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: É esse Povo que nos move e que nos leva a trabalhar para que haja mais riqueza, mais emprego, mais segurança, mais oportunidades e melhores condições em todas as nossas ilhas!

É isso que vamos continuar a fazer.

Pelo nosso Povo. Pela nossa Gente.

Hoje, como ontem, amanhã como desde sempre.

Disse!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Abrimos agora o período de esclarecimentos e debate.

A Mesa já tem várias inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Assistimos mais uma vez nesta Casa a um discurso que já é habitual por parte do Governo, segundo o qual tudo corre bem e tudo é cor de rosa, com uma característica acrescida, a de que tudo o que corre bem é por ação do Governo Regional, tudo o que correu mal é pelo ajustamento brutal das dificuldades colocadas pelo Governo da República. Foi assim o discurso do PS nos últimos três anos, continua a ser o discurso do PS e do Governo nesta Sessão Legislativa.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Não ouviu a intervenção!

O Orador: Mas, V. Exa. fez referência à consolidação das contas das empresas, V. Exa. fez referência e um auto elogio à consolidação das contas regionais mas, Sr. Vice-Presidente, não há uma empresa que não se queixe de que recebe atrasada por parte do Governo, que os pagamentos chegam com atraso, que há moras, muitas, muitas, mas vou citar-lhe três, precisamente aquelas que se relacionam com o setor da saúde.

Deputado Francisco César (PS): Nem uma?

Deputado André Bradford (PS): Deve haver uma!

O Orador: Se V. Exa. tiver oportunidade de ler os relatórios de contas dos três hospitais da Região em todos os pareceres dos revisores de contas encontra lá nas reservas, cito, a seguinte expressão: “Os saldos em dívida aos fornecedores encontram-se em mora por incumprimento dos prazos previstos nos planos de pagamento contratualmente estabelecidos”.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): São factos!

O Orador: Mas mais do que isso encontramos, diria eu, de forma surpreendente, num relatório de contas do Hospital de Ponta Delgada, como se já não bastasse o incumprimento para com os fornecedores no relatório de contas desse mesmo hospital de 2014, o seguinte e passo a ler: “em 31 de dezembro de 2014 estavam por liquidar:

1 – o último quadrimestre (entenda-se setembro, outubro, novembro e dezembro) do período das contribuições para a Caixa Geral de Aposentação;

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Acho que isto é ilegal!

O Orador: 2 – os saldos das retenções de imposto sobre o rendimento (entenda-se IRS) e das contribuições para a segurança social referentes ao último trimestre do período (outubro, novembro e dezembro);

A dívida à ADSE do último semestre do ano de 2014 (julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro) e mais grave do que isso Sr. Vice-Presidente, nesta data, continuo a citar, essas dívidas continuam em mora de pagamento”.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Uma vergonha!

O Orador: V. Exa. tem conhecimento de que de uma forma eticamente reprovável para não lhe falar das consequências jurídicas do que aqui está escrito num relatório de contas de uma entidade pública empresarial, chamada Hospital de Ponta Delgada, reconhecida pela assinatura do seu Conselho de Administração, se o senhor tem conhecimento desta atitude que para além de ser eticamente reprovável, é juridicamente e repreensivelmente condenável que

é de retenção dos descontos dos trabalhadores da instituição para fazer face a uma falta de liquidez do próprio hospital.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Iniciamos a discussão do 19.º Plano e Orçamento da responsabilidade de 20 anos de governação socialista. Já dizia a canção que “20 anos é muito tempo”, mas a opção pela durabilidade tem sido do Povo Açoriano.

Deputada Zuraida Soares (BE): Eram 10 anos! A canção era assim!

O Orador: Quarenta anos de democracia e de autonomia político-administrativa, mais de duas décadas após a adesão à União Europeia e muitos milhões de euros depois, os Açorianos, apesar do desenvolvimento registado, ainda vivenciam constrangimentos e bloqueios resultantes da sua condição insular e governativa.

O CDS-PP reconhece a evolução registada, mas tem grandes dificuldades em aceitar as limitações que as sucessivas governações regionais não foram capazes de ultrapassar.

A realidade açoriana é hoje um paradoxo...

Os Açores não conseguem ser um pólo catalisador de recursos humanos, ao contrário do que foi aqui afirmado pelo Sr. Vice-Presidente, qualificados (as nossas gentes sentem, cada vez mais, a necessidade de migrar para outros destinos em busca de oportunidades de trabalho e melhores condições de vida),

ou seja as medidas do Sr. Vice-Presidente para a criação de emprego parece que não são duradouras, aguarda-se uma explicação;

Deputado André Bradford (PS): Isso é com base em?

O Orador: Apesar dos milhões de euros investidos na sociedade e injetados na economia, temos mega escolas novas, ...

Deputado Francisco César (PS): Obrigado, Sr. Deputado!

O Orador: ... mas não temos melhor ensino; temos novos mega hospitais, mas não temos melhor prestação de cuidados de saúde, ao contrário do que foi aqui afirmado pelo Sr. Vice-Presidente.

Vou repetir, apesar dos milhões de euros investidos na sociedade e injetados na economia temos mega escolas novas mas não temos melhor ensino; temos novos mega hospitais, mas não temos melhor prestação de cuidados de saúde; temos melhores infraestruturas aeroportuárias, mas não temos melhores transportes ou acessibilidades; ...

Deputado Francisco César (PS): Ora essa!

O Orador: ... temos novos barcos, novos e luxuosos terminais marítimos, mas cada vez há mais impedimentos a uma operação de transporte marítimo de passageiros eficiente, eficaz e regular...

Tantas oportunidades perdidas!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O nosso contributo, apesar de sempre na oposição, tem resultado na propositura de um conjunto vasto de propostas, nas mais diversas áreas de intervenção política, social e económica, que, no seu âmago, visam a melhoria das condições de vida das populações que estamos aqui para servir.

Lembro a legislação que permitiu a introdução de um diferencial fiscal nos Açores. Aliás, muito recentemente (já em 2015), fomos nós que encontramos,

juntamente com o Governo Regional, a solução possível para baixar os impostos, depois das exigências da Troika. À semelhança de 1999, quando fomos pioneiros na aprovação de propostas para baixar o IRS, o IRC e o IVA nos Açores.

Quando a meio do ano encontramos solução para baixar o IRS e o IVA, deixamos claro que não era a solução que todos queriam; mas foi a solução responsabilmente possível, que permitiu uma significativa baixa de impostos, nomeadamente em sede de IRS.

Infelizmente, a conjuntura económica, social e até financeira não se alterou.

Apesar de, nos Açores, o turismo ter dado um ar de sua graça, a Região tem dificuldades acrescidas, resultado de problemas relevantes, que afetam alguns dos mais importantes setores de atividade, como seja o caso do setor primário, continuando-se a verificar taxas de desemprego preocupantes, o mais baixo poder de compra do País e altíssimos níveis de risco de pobreza.

Neste sentido iremos apresentar uma proposta de alteração ao Orçamento para 2016 com o objetivo de repor o diferencial fiscal de 30% no IRC e na taxa mais elevada do IVA, como se registava nos Açores antes de Carlos César e José Sócrates terem acordado acabar com ele, numa cedência às exigências da Troika.

Temos noção das implicações financeiras desta medida, da mesma forma que temos a consciência perfeita das suas mais-valias sociais e económicas. No entanto, se queremos voltar a ser competitivos e a estimular a economia regional temos que libertar as empresas e as famílias de encargos fiscais acrescidos...

E não acreditamos que, imbuído do novo espírito da esquerda nacional, o PS tenha coragem de ir contra uma proposta desta natureza.

Deputado Berto Messais (PS): Uns são de esquerda, outros querem passar a ser de esquerda!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente:

Mas o nosso acervo político não se esgota em matéria fiscal. Felizmente o orgulho no nosso passado e a certeza no nosso futuro dão-nos força para continuar.

O ADN do CDS está, em parte, vertido nos documentos que agora analisamos.

Saliente-se o aumento relevante das diárias dos doentes deslocados e seus acompanhantes, a melhoria nas condições de alojamento e, bem recentemente, a criação do CEDO – Complemento Especial para o Doente Oncológico – majorando em 20 euros as diárias dos doentes do foro oncológico;

A criação pioneira e inédita nos Açores do COMPAMID – Complemento para Aquisição de Medicamentos para Idosos;

A aprovação de um Vale Saúde (para permitir que os Açorianos à espera de uma cirurgia, há mais tempo, possam ser atendidos em unidades de saúde do sector social e/ou privado, em complementaridade ao serviço público);

Para combater a falta de médicos especialistas nos Açores e, conseqüentemente, reduzir as listas de espera, vergonhosas nos Açores e agora camufladas pelo Sr. Secretário da Saúde, e o número de Açorianos sem médico de família, fizemos aprovar legislação que estipulou um novo regime de concessão de bolsa de estudo para a frequência do internato médico;

A criação de um regime de empréstimo de manuais escolares gratuitos nas escolas da rede pública regional;

A criação de uma programa de apoio ao pagamento de propinas por alunos açorianos;

A criação de legislação própria para melhorar significativamente os apoios às nossas bandas e sociedades filarmónicas;

Temos insistido na necessidade da Região adquirir um avião mini cargueiro para fazer face às dificuldades sentidas pelos pequenos e médios empresários em escoar os produtos da sua atividade...

Porém, Sras. e Srs. Deputados, a expressão genética de algumas destas propostas tem sofrido mutações de tal forma grosseiras que se torna quase impossível reconhecer o seu ADN original.

O regime de apoio aos doentes deslocados foi alterado pelo Secretário da Saúde, piorando as comparticipações devidas aos acompanhantes, reduzindo significativamente os apoios aos transportes terrestres e devassando a privacidade dos doentes que têm que andar com a declaração de IRS debaixo do braço sempre que se vão tratar fora da sua ilha de residência;

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: O Vale Saúde continua a ter dotação orçamental, mas não serve para operar rigorosamente ninguém; o Governo diz que os doentes o recusam; os doentes dizem que não são chamados para sair de listas de espera cirúrgicas que chegam a ultrapassar, vergonhosamente nos açores, na tal região, os três anos, é a tal Região Sr. Vice-Presidente economicamente muito bem classificada financeiramente das melhores do País mas socialmente não se compreende e o Sr. Vice-Presidente explicará como é que com os seus números de grande eficiência económica consegue ter pessoas à espera em listas de espera há 3 anos e se isso não o aflige.

Deputado Berto Messais (PS): O Sr. Vice-Presidente é que vai explicar o vale saúde e as listas de espera?

O Orador: A captação de médicos especialistas para as ilhas foi totalmente subvertida, regressando-se ao tempo dos mercenários e fazendo-se contratação por catálogo;

O regime de empréstimo de manuais escolares nunca funcionou bem por teimosia dos Secretários da Educação que insistem em apoiar apenas os alunos que já são apoiados pela Ação Social Escolar;

Do regime de apoios às nossas bandas e sociedades filarmónicas criou-se uma regulamentação tão intrincada que, hoje, chegamos ao ponto de as próprias direções das instituições recusarem os apoios que o Governo lhes quer conceder, porque – pasmem-se – depois de receberem os apoios ficam com mais encargos financeiros do que se não recebessem apoios nenhuns;

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Lamentável!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apesar dos reparos, que são cada vez mais, como cada vez mais são as provas de cansaço destes governos socialistas, partimos para esta discussão sem preconceitos, aliás, como não poderia deixar de ser...

Não mudamos de opinião tão depressa quanto algumas esquerdas nos provaram, recentemente, ser possível mudar!

Do debate franco, do diálogo institucional, da recetividade às nossas propostas, dependerá o nosso sentido de voto... Como sempre!

Porém, não estamos mais disponíveis para continuar a ver as nossas propostas aprovadas serem desvirtuadas ou não aplicadas, nem aceitamos que se continue a perpetuar uma situação de dependência da sociedade dos entes públicos regionais, como se tem vindo a assistir...

Estamos numa Região, Sr. Vice-Presidente, em que os açorianos realmente não são números e muito menos comem números, Sr. Vice-Presidente.

Estamos numa Região em que era preciso mais e melhor saúde, mais e melhor investimento nos cuidados de saúde e o Sr. não consegue com os seus bons resultados económicos.~

Estamos numa Região em que devíamos ter mais e melhores transportes e o senhor não consegue com os seus bons resultados económicos e financeiros e

era isso que o senhor devia explicar aos açorianos porque eles precisam de bons transportes, de boa saúde, de não ter listas de espera que vergonhosamente Sr. Vice-Presidente, o senhor devia dotar mais dinheiro para combater esse flagelo que é o maior do país.

Se falarmos em listas de espera cirúrgicas, os Açores são a Região do País que vergonhosamente tem as maiores listas de espera, ...

Deputado José San-Bento (PS): Não seja demagógico!

O Orador: ... numa Região que se gaba de ser e de ter finanças públicas equilibradas, de ter as melhores finanças do País. Os açorianos sofrem mais à espera de uma cirurgia e é esse paradoxo que nós não aceitamos.

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nós ouvimos o discurso do Sr. Vice-Presidente, aliás em sintonia com o discurso que o Partido Socialista Açores tem feito e tem vindo a fazer, ou seja as finanças públicas estão bem e recomendam-se, a atividade económica está em crescendo, o desemprego está em queda e que portanto em virtude de tudo isto o Sr. Vice-Presidente declara que tem uma receita fiscal superior mesmo àquela que tinha projetado.

Tudo isto são boas notícias, açorianos e açorianas, agora se conferem com a realidade e com a vida concreta das pessoas isso é que é preciso verificar.

Deputado André Bradford (PS): Os números!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É preciso muita fé!

A Oradora: Se é tudo assim, como acabou de referir o Sr. Vice-Presidente e fazendo fé no discurso do PS Açores de há três anos, mais ou menos, a esta

parte quando por exemplo foi feito o corte no subsídio de Natal pelo Governo PSD/CDS da República em que aqui na Região foi afirmado, e bem, por vários dirigentes doutros partidos mas também pelos dirigentes do PS Açores, nomeadamente pelo seu líder parlamentar, que este corte consistia num rombo de 25 milhões de euros que não eram injetados na nossa economia regional, afetando assim as empresas dos Açores de forma muito vincada, repito, portanto se tudo é assim é lógico que num quadro em que o Governo Regional apresenta uma boa performance e acrescenta-lhe uma quantia de 30 milhões de euros, em relação ao ano passado, de cobrança de impostos diretos e indiretos, mais 24 milhões de euros de transferências do Estado e da União Europeia, Sras. e Srs. Deputados, açorianos e açorianas, o BE então pergunta:

Se é tudo assim, não era tempo de aliviar de forma séria os trabalhadores e trabalhadoras e os pensionistas do sufoco a que têm sido sujeitos nos últimos anos?

É que esta possibilidade insere-se exatamente dentro da doutrina económica do PS que o Governo Regional defende mas não aplica.

Dentro desta lógica o que é que impede o Governo Regional de melhorar significativamente a vida das pessoas uma vez que esta melhoria se refletirá positivamente na economia, estou a falar da teoria económica do PS, como nomeadamente estendendo o diferencial fiscal de 30% no IRS, não só ao primeiro escalão mas também ao segundo escalão, a menos que o Sr. Vice-Presidente considere que quem mete no bolso 1 400 euros por mês, limpos, é rico.

Deputado Francisco César (PS): Mas nós vamos mudar os escalões?

A Oradora: Os trabalhadores do primeiro e do segundo escalão são o setor da sociedade, a chamada classe média, que é a vítima brutal do esbulho fiscal imposto por Vitor Gaspar que os senhores e bem tanto criticaram.

Aplicando também o diferencial fiscal dentro da mesma lógica de mais recolha de impostos, finanças públicas mais do que sustentáveis, por que não aplicar também o diferencial fiscal de 30% ao escalão máximo do IVA.

Esta medida permitiria por exemplo embaratecer produtos e serviços, logo permitiria às pessoas comprar mais, logo permitiria às empresas vender mais, isto numa região onde o mercado interno é central.

Note, Sr. Vice-Presidente, embora não me esteja a ouvir ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Estou, estou!

A Oradora: ... que o BE só faz propostas concretas na base da doutrina económica que o PS e que o Governo Regional têm afirmado e têm defendido. Nada fora dessa doutrina!

O Governo Regional não aceita, por exemplo, o aumento intercalar do ordenado mínimo regional em 30 euros, aumento que não afeta os cofres da Região. Nós perguntamos: porquê?

Por que é que não o faz quando ao mesmo tempo propagandeia os milhões do setor do turismo que tem arrecadado?

Qual é a lógica, Sr. Vice-Presidente?

O Governo protege os grandes, mas quem protege os trabalhadores e as trabalhadoras, quando nós sabemos que 80% do emprego gerado na Região, aquele emprego que o Sr. Vice-Presidente referiu daquela tribuna no último ano, é precário e sempre na base do salário mínimo regional? É esta a doutrina económica que o PS Açores defende? É esta a redistribuição da riqueza que o PS Açores defende?

Mais uma vez, Sras. e Srs. Deputados, não bate a teoria com a prática.

Num quadro em que tudo corre bem, não posso crer que o Sr. Vice-Presidente possa dizer que a Região está melhor, os açorianos e as açorianas é que estão pior. Não vai dizer isto, pois não, Sr. Vice-Presidente?

Então se não vai por que não aumenta como propõe o BE, 15 euros por mês o cheque pequenino nas pensões abaixo do salário mínimo regional?

Este dinheiro, Sr. Vice-Presidente, não ia nem para a bancam nem para os *off shores*, seria todo investido no mercado interno, em leite, em pão, em medicamentos, em tudo aquilo que os pensionistas precisam e não têm dinheiro para conseguir comprar.

Finalmente, dizer o seguinte: está tudo bem, Sras. e Srs. Deputados, na nossa Região mas a pobreza estrutural, o empobrecimento de largas escalas da nossa sociedade, das nossas populações, os baixos salários, a precaridade, a emigração, o desemprego jovem, permanecem. Então se está tudo bem afinal o que é que está mal e o que é que falta?

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O discurso do Sr.º Vice-Presidente do Governo Regional e o conteúdo da Proposta do Plano Anual e do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2016 constitui um exercício de irrealidade. Um misto de fantasia e de alquimia. Em suma, um delírio.

A verdade é que “o grau de execução do Plano de 2015 foi baixo, o que retira credibilidade a muito do que é proposto para 2016”. Não, não sou eu que o digo. Acabei de citar o parecer do Conselho de Ilha do Faial, assinado pelo ex-presidente socialista deste Parlamento, o Dr. Fernando Menezes.

Mas não sou só eu e o Conselho de Ilha do Faial que não vemos e não acreditamos. Veja-se o que diz o Conselho de Ilha de São Jorge: “assim sendo, este Conselho de Ilha regista que pretende debruçar-se, posteriormente, sobre a execução orçamental dos planos anteriores, visto ter andado a aprová-los, ano

após ano, **sem serem visíveis as respetivas execuções**”, repito, sem serem visíveis as respetivas execuções. Mais uns que não veem.

Parece-me que temos aqui um problema. O Dr. Sérgio Ávila vê. O Dr. Berto Messias, ilustre deputado republicano, também vê o que lhe mandam ver, mas o resto dos açorianos têm muita dificuldade em ver o que não existe. E olhem que nós, açorianos, somos gente de fé. Desde pequenos que nos educam para ver o que não pode ser visto. Mas tudo tem um limite. Nós somos monoteístas. Se vemos Deus, não nos é possível ver a execução orçamental.

Aqui chegados o melhor é socorrer-nos de José Saramago e do seu “Ensaio Sobre a Cegueira”. **"Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara"**, é o que José Saramago nos aconselha. Infelizmente, o Governo Regional também lê José Saramago. Inspirou-se, em especial, na parte que vou citar:

“Nesse instante ouviu-se uma voz forte e seca, de alguém, pelo tom, habituado a dar ordens. Vinha de um altifalante fixado por cima da porta por onde tinham entrado. A palavra Atenção foi pronunciada três vezes, depois a voz começou, O Governo lamenta ter sido forçado a exercer energicamente o que considera ser seu direito e seu dever, proteger por todos os meios as populações na crise que estamos a atravessar, quando parece verificar-se algo de semelhante a um surto epidémico de cegueira.

Deputada Zuraida Soares (BE): Isso já não é Saramago!

O Orador: Provisoriamente designado por mal-rosa e desejaria poder contar com o civismo e a colaboração de todos os cidadãos para estancar a propagação do contágio - supondo que de um contágio se trata. Supondo que não estaremos apenas perante uma série de coincidências por enquanto inexplicáveis.

A decisão de reunir num mesmo local as pessoas afetadas, e em local próximo, mas separado, as que com elas tiveram algum tipo de contacto, não foi tomada sem séria ponderação. Esta comunicação será repetida todos os dias, a esta

mesma hora, para conhecimento dos novos ingressados. O Governo e a Nação esperam que cada um cumpra o seu dever.”

Moral da História: é mesmo preciso ver ou fazer de conta que se vê, nesta sociedade oprimida por 20 anos de governo absoluto. Aliás, já existe muita gente a fazer de conta que vê o que não existe. Por exemplo, na ilha do Corvo, a julgar pelo parecer do Conselho de Ilha, já todos os conselheiros veem, no final do arco-íris, um porto com 100 metros de barra ou um museu prontinho a inaugurar. Eu confesso que não vejo. Não vejo mais porto e, no que diz respeito ao museu, só não vejo o telhado, que entretanto ruiu ao fim de quatro anos à espera de obras.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Presidente e Membros do Governo:

Temos, portanto, um primeiro problema neste Plano e Orçamento: chama-se falta de credibilidade. O segundo problema, que eu aqui quero destacar, tem outra designação: chama-se governamentalização do regime e ataque despudorado às competências do Parlamento.

Em 1789 os franceses – e antes deles, no século XVII, os ingleses – fizeram uma Revolução para que fosse o Parlamento, e não um qualquer César ou o seu Delfim, a decidir a respeito da natureza das despesas e das receitas do Estado. Tudo isto representou um enorme avanço no sentido “do governo do povo, pelo povo e para o povo” (Abraham Lincoln, Discurso de Gettysburg, 19 de Novembro de 1863).

Pois este Governo traz a esta Câmara uma Proposta de Plano Anual blindada em cerca de 40% das suas verbas. Diz o Governo que a soberania do Parlamento está limitada em todos os projetos e investimentos que contemplem a utilização de fundos europeus. Sempre que se utilize um cêntimo de dinheiros europeus (outros fundos), prevalece o que já foi decidido pelo Governo. Trata-se de uma visão absurda e profundamente antiparlamentar, mas é a visão de um partido que se mumificou no exercício de um poder quase absoluto nos Açores.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Presidente e Membros do Governo:

Este Plano e Orçamento têm ainda outro problema. Não é, verdadeiramente, um Plano e um Orçamento. O que o Governo aqui nos traz é uma espécie de panfleto eleitoral.

É um Orçamento que cresce. É verdade! Cresce com recurso ao endividamento.

É um Orçamento que combate o desemprego. É verdade! Combate o desemprego através do recurso maciço a programas ocupacionais mal remunerados e sem futuro. A citação da velha frase de Churchill a respeito do socialismo é, neste ponto, incontornável: “a vantagem do socialismo é a igual distribuição das misérias”.

É um Orçamento que ainda não mata o sector agrícola. É verdade! Mas deixa-o em coma e sem futuro.

É um Orçamento que gasta um pouco mais em educação. É verdade! Novamente em tijolos, paredes e cimento. Os socialistas juntam neste Orçamento escolas de 14 milhões de euros e os piores resultados educativos da Europa.

É um Orçamento que não mata o sector das pescas. É verdade! Mas apenas na medida em que já o fez.

É um Orçamento que aposta no turismo. É verdade! Mas de forma errada e no desespero típico de quem já não tem mais nada a que se agarrar.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Presidente e Membros do Governo:

Os Açores precisam de um novo impulso e de novas estratégias. Os Açores precisam de se livrar de uma classe dirigente socialista extremamente numerosa e com um apetite voraz.

Nada mudará enquanto se mantiver no poder um grupo de dirigentes que se eterniza no poder e consome o essencial do esforço e do trabalho dos açorianos. Eles são uma espécie de casta e de oligarquia política que pretende transformar todos os outros em meros servos da gleba.

Qual é então a solução para o Orçamento? A solução chama-se alternância política, democracia e liberdade.

Qual é a solução para o Plano Anual para o ano de 2016, apresentado pelo Governo socialista? A solução é garantir, através do voto livre, que é o último.

Qual é a solução e a estratégia económica que garante um futuro mais próspero aos açorianos? A solução é, meus senhores, retirar das costas de todos os açorianos a albarda e o peso da opressão com que a casta socialista dirigente esmaga todos os açorianos.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Exceto os desempregados!

O Orador: Viva a liberdade! Viva a alternância política nos Açores! Viva o Povo Açoriano!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José San-Bento, para uma interpelação tem a palavra.

Deputado José San-Bento (PS): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, eu gostava que me informasse se os tempos que estão atribuídos para este debate do Plano e Orçamento para 2016, se são exatamente os mesmos tempos do ano passado?

Presidente: São os tempos do ano passado que foram aprovados, Sr. Deputado.

O Orador: Então eu queria Sra. Presidente, se me permite, fazer-lhe chegar um papel que prova que o Sr. Deputado Paulo Estêvão desmente-se a si próprio e falou de credibilidade. O senhor é que não tem credibilidade, nem tem capacidade de sustentar as acusações subjetivas que foram aqui feitas ...

Presidente: Sr. Deputado José San Bento está a fazer uma interpelação.

O Orador: ... contra aquilo que foi aqui provado com números.

O senhor disse no dia 26 de novembro de 2104, “eu gostava de dizer o seguinte, nos poucos minutos que tenho, ...

Presidente: Sr. Deputado José San Bento ...

O Orador: ... “mais anúncio já que para o ano não participo no debate nestas condições”.

Presidente: Sr. Deputado José San Bento tem que entregar à Mesa ...

O Orador: O senhor desmente-se a si próprio ...

Presidente: Sr. Deputado está a fazer uma interpelação.

O Orador: ... e eu farei prova disso.

Presidente: Sr. Deputado José San Bento estava a fazer uma interpelação. Não só não pode interpelar nenhum colega doutra bancada, como apenas se deveria ter cingido à questão de entregar o documento.

A Mesa aguardará para depois ser distribuído por todos.

Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Para defesa da honra. Acusou-me de falta de credibilidade!

Presidente: Sr. Deputado, não me parece que tenha havido nenhuma expressão ofensiva da sua honra.

Presidente: Um protesto a uma interpelação?

Sr. Deputado Paulo Estêvão, o Sr. Deputado José San Bento foi advertido pela Mesa de que não estava a fazer corretamente a interpelação ...

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Mas fê-la!

Presidente: Não a fez da forma como a queria ter feito.

Sr. Deputado Paulo Estêvão para uma interpelação tem a palavra.

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Quero fazer-lhe uma interpelação à Mesa nos mesmos moldes que foram utilizados pelo Sr. Deputado José San-Bento para dizer o seguinte: eu sei bem aquilo que disse. Eu disse que não participaria no debate e o documento que vai ser entregue é isso que irá demonstrar e é isso que eu vou fazer.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão ...

O Orador: Eu fiz esta intervenção inicial e vou fazer a minha intervenção final, até porque como bem constata acabei de esgotar o meu tempo.

Deputado José San-Bento (PS): Não foi isso que disse!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão ...

O Orador: Mas há uma coisa que eu considero fundamental, é que dado ...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão está a fazer uma interpelação à Mesa.

O Orador: Eu estou a fazer uma interpelação falando do documento que será entregue à Mesa e o que eu lhe quero dizer é que eu sei bem aquilo que disse e de facto na Conferência de Líderes a Sra. Presidente ...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão ...

O Orador: ... poderá confirmar, no âmbito da interpelação, foi o PS que novamente impediu, através da votação e o Sr. Deputado Berto Messais, foi o PS que novamente impediu que as Representações Parlamentares tivessem mais tempo para participar no debate.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão ...

O Orador: Esta é uma interpelação que lhe faço e que peço que confirme se foi ou não foi isso que aconteceu.

Deputado Berto Messias (PS): Não foi!

Presidente: E que vou esclarecer.

O Orador: O que eu achei é que não deveria deixar...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, terminou o seu tempo para a interpelação.

O Orador: ... de fazer aqui as críticas que tenho que fazer ao PS.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, terminou o seu tempo para a interpelação.

O Orador: Com certeza. Era só isto que eu queria que ficasse bem claro.

Presidente: Relativamente à questão dos tempos, Sr. Deputado Paulo Estêvão, a organização deste debate foi deliberada pela Conferência de Líderes, conforme o senhor sabe aquilo que aconteceu na reunião de ontem.

Sr. Deputado Berto Messias para uma interpelação. Interpelação Sr. Deputado!

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Presidente, Sras., Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu terei que fazer uma interpelação para esclarecer aquilo que acaba de ser afirmado pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão que não corresponde à verdade tendo em conta o que se passou na Conferência de Líderes.

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias, lamento mas a Mesa já esclareceu.

Os tempos foram decididos na Conferência de Líderes e o Sr. Deputado Paulo Estêvão, sabe que não foi, houve uma proposta que foi levada à Conferência e que depois foi retirada...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Foi votada!

O Orador: ... pela Sra. Deputada Zuraida Soares e no consenso que é necessário haver para a organização deste debate e no consenso que é obrigatório existir na Conferência para a organização deste debate, o Sr. Deputado Paulo Estêvão, e ficou lavrado em ata, votou contra a proposta de tempos, uma vez que não dava mais tempo às Representações Parlamentares para intervirem nesse debate.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Presidente: Foi isto que aconteceu ontem e portanto é à Mesa que compete esclarecer.

Penso que os esclarecimentos sobre esta matéria estão dados.

Vamos continuar o nosso debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado André Bradford.

Deputado André Bradford (PS): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais para transmitir à Câmara que o respeito que tenho pelos açorianos que me incumbiram de representá-los não me permite que intervindo num debate desta importância em que se debate e se discute o futuro da Região e a melhoria das condições de vida dos açorianos para o próximo ano, dedique esta intervenção a fazer eco de questões que não me parecem ter outro objetivo se não manchar ou procurar manchar a honra do Governo e dos Membros do Governo e que em nada contribuem de forma alguma para a satisfação das aspirações dos açorianos. Outros têm mais jeito para isso, já o fizeram, eu não o farei.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputados João Bruto da Costa (PSD): Está a falar da intervenção do Sr. Deputado José San-Bento!

O Orador: Esta intervenção tem então por objetivo saudar o Sr. Vice-Presidente do Governo pela forma clara como traçou a evolução económico-financeira deste novo ciclo de governação socialista, tornando evidente que foi um percurso difícil que tivemos que empreender contra uma conjuntura adversa e contra uma política de brutal austeridade do Governo da República, do antigo Governo da República, do anterior Governo da República.

Para o conseguirmos tivemos que porfiar não só para apoiar e tornar menos penalizadoras as dificuldades para as famílias e para as empresas açorianas, como também do ponto de vista estrutural para mantermos a nossa economia em condições de retoma, apesar da conjugação invulgar de dificuldades e de ameaças que tivemos que enfrentar.

Numa altura em que nos encontramos pois a apreciar e a debater o último ano de programação financeira deste primeiro mandato do novo ciclo de governação do PS, ficou evidente na sua intervenção, Sr. Vice-Presidente, que foram

necessárias coragem, persistência, determinação para que hoje possamos olhar para os resultados obtidos no emprego, ao nível da atividade económica e da estabilidade das empresas, enfim, nos vários indicadores sócio económicos e perceber a evolução positiva que se verifica e os sinais de recuperação que se começam a fazer sentir em diversas áreas da nossa economia.

Foi preciso, pois, sentido de orientação, rumo, determinação, atributos que temos revelado que nos permitiram ultrapassar o contexto e que pela sua intervenção, Sr. Vice-Presidente percebi que continuaremos a dispor deles: rumo, sentido de orientação, determinação.

Pois estes atributos contrastam de forma clara com uma certa desorientação e crise de identidade que encontro noutras bancadas deste Plenário e deste Parlamento, sobretudo uma bancada para quem este debate se tornou desnecessário há cerca de duas semanas atrás, altura em que o PSD anunciou abdicar de analisar este Plano e este Orçamento, não pela sua valia ou pelo seu demérito mas porque olhando para trás de acordo com as contas que fez, achou que os Planos e os Orçamentos anteriores não tinham sido devidamente executados e portanto este nem valia a pena debater, este nem valia a pena discutir, este nem valia a pena melhorar.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E não foram!

O Orador: Não vale a pena debater e tentar melhorar o futuro, diz o PSD, por causa das propostas do passado.

Tenho para mim, Sras. e Srs. Deputados, que isto é um efeito secundário da crise de identidade e do processo de reajustamento ideológico que o PSD atravessa neste momento e isso deve merecer da nossa parte alguma compreensão, julgo eu, é que não deve ser fácil, Srs. Deputados, passar quatro anos a incensar um Governo neoliberal radical, de linha dura na República deslumbrando-se a cada corte, vendo justiça e mérito em cada redução de apoio social. Quatro anos nisto!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Pensei que o senhor ia falar do plano!

O Orador: Não deve ser fácil ir depois a Bruxelas, Sr. Deputado Duarte Freitas dar um braço à União Europeia e outro braço à NATO, tirar fotografias e dizer que se está do lado certo da história, contra e vou citá-lo, “as forças de extrema esquerda radical e os partido que com elas se aliam”, para chegar a S. Miguel sentar-se numa sala repleta de militantes, apoiantes e simpatizantes do PSD e eles dizerem ao Sr. Deputado Duarte Freitas: “Nós afinal estamos à esquerda do PS!”.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Não deve ser fácil, Sr. Deputado! Imagino que não deve ser fácil. Sabe Sr. Deputado, vou dizer-lhe mais: quem não sabe onde está não pode de modo algum saber para onde é que quer que a Região vá e esse é o grande problema de orientação do PSD.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Bom, ou a história tem vários lados certos, Sr. Deputado, isso consoante o fuso horário, ou então é natural que o PSD se apresente neste debate da forma como o fez até agora e como já tinha avisado que faria, ou seja não para discutir este Plano e este Orçamento, não para discutir onde estávamos em 2012 e onde chegamos em 2015 mas apenas para levantar uma ou outra questiúncula à espera que a orientação ideológica se defina, pode ser que seja nestes dias, pode ser que seja mais tarde.

Termino esta intervenção, Sr. Vice-Presidente, solicitando um esclarecimento sobre uma das questões que me pareceu decisiva e de fundo nestes documentos que agora nos cumpre apreciar.

Falo concretamente das linhas orientadoras da política de incentivos ao investimento que agora pode arrancar em pleno, que agora tem condições, como referiu na sua intervenção depois de um período mais prolongado de passagem de um quadro comunitário para outro, tem condições de funcionar como alavanca neste esforço de recuperação económica que a Região está a fazer, que os açorianos estão a fazer.

Sobre essa matéria perguntava-lhe que prioridades assume o Governo nesta área?

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na intervenção inicial o Sr. Vice-Presidente dedicou parte dela às questões do emprego e é sobre as questões do emprego que eu gostaria não só de tecer algumas considerações, em função da análise que fazemos a esta questão mas depois deixar-lhe também um pedido de esclarecimento.

Relativamente aos dados do emprego, aos dados oficiais, eles não são fiáveis pois como sabemos os programas ocupacionais e os estágios subvertem a análise a esses dados, isto sem falar das centenas senão dos milhares de açorianas e açorianos que entretanto emigraram.

Mas, quando falamos de emprego, importa também perceber qual é a qualidade do emprego.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E os salários?

O Orador: Dos novos contratos que foram feitos ultimamente, só um em cada dez correspondem a contratos permanentes e se tomarmos em conta apenas as açorianas verificamos que a desigualdade de género não se verifica apenas nos

salários, pois só um em cada vinte novos contratos corresponde a uma relação de trabalho permanente, isto é, está instalada na Região uma precariedade generalizada, bem como uma abundância de programas ocupacionais que contribuem para o aumento da pressão sobre os trabalhadores forçados a todo o tipo de condições, com horários alargados e polivalência de funções fazendo com que vários postos de trabalho acabem por ser cumpridos por apenas um trabalhador.

A verdade, Sr. Vice-Presidente, é que na Região para além da precariedade laboral que reina, na prática as políticas públicas de emprego levaram-nos a este paradoxo, já ninguém ou muitas poucas empresas contratam trabalhadores, arranja-se um estagiário ou um desempregado de longa duração num programa ocupacional que ficarão durante alguns meses, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas isso vai acabar!

O Orador: ... depois descarta-se um e virá outro estagiário ou beneficiário de um programa ocupacional ocupar o lugar.

As políticas públicas de emprego apesar de lhe estarem alocadas verbas muito significativas, na verdade têm vindo apenas a favorecer a precariedade laboral na nossa Região e na nossa Região existem cidadãos e cidadãs que sobrevivem há anos neste autêntico carrocel da precariedade: estágios não remunerados, cursos de formação profissional, estágios profissionais, programas ocupacionais, desemprego.

Este já não é só um problema de direitos laborais, é já um problema de direitos humanos. A precariedade laboral é um vergonhoso atentado aos direitos básicos, um vergonhoso flagelo, uma infame praga social que atinge atualmente, na nossa Região, milhares de trabalhadores, sobretudo jovens e mulheres.

A precariedade dos contratos de trabalho e dos vínculos vai muito para além da questão laboral, é a precariedade da família, é a precariedade da vida mas é

igualmente a precariedade de formação, das qualificações e da experiência profissional.

É a precariedade do perfil produtivo e da produtividade do trabalho.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso vai mudar. São sócios!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Já não se fazem sócios como antigamente!

O Orador: A precariedade laboral é portanto um fator de instabilidade e de injustiça social que urge combater e, Sr. Vice-Presidente a verdade é esta: ao ler as propostas do Orçamento e do Plano para 2016, não vi lá nada que fosse diferente e é esse esclarecimento que eu peço a V. Exa., o que é que é diferente neste Orçamento e Plano para 2016 quanto ao combate à precariedade laboral e às políticas públicas de emprego?

Agradecia que esclarecesse.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em relação às questões colocadas, aliás fazendo um pequeno aparte, tenho que confessar que em algumas das intervenções foi difícil identificar questões, foram mais declarações, mas cada um fez aquilo que achava que devia fazer e muito bem.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quais foram? Diga!

O Orador: O que eu gostaria de dizer e respondendo de uma forma genérica a todas as intervenções e depois com algumas especificidades era o seguinte: em primeiro lugar o que o Governo trouxe a esta Assembleia para iniciar este debate foi um balanço muito claro daquilo que fizemos ao longo de três anos desta Legislatura.

O que fizemos foi prestar contas aos açorianos daquilo que fizemos como estávamos em 2012, os problemas que tivemos e como estamos neste momento.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Dos resultados concretizados, há uma ideia essencial que eu gostaria de deixar ficar e repetir o que disse nessa intervenção.

O que foi feito, o que conseguimos é essencialmente mérito dos açorianos; o que falta fazer é essencialmente aquilo que podem contar com este Governo para concretizar.

É esta a mensagem que ficou desta mesma intervenção.

Nós não identificámos lá cenários cor de rosa, nós dissemos claramente com dados concretos como estávamos em 2012, qual os problemas que tínhamos, as medidas que tomámos para minimizar esses problemas e como estamos hoje.

Como estamos hoje não nos satisfaz, nem nunca satisfará os nossos resultados.

Os indicadores que tivemos, a evolução muito positiva que tivemos no emprego, na atividade económica, nos indicadores sociais, nos indicadores financeiros é apenas uma motivação para fazermos o que falta fazer, porque um Governo como este concentra-se no que está por fazer e não fica a contemplar o que foi feito.

Deputados João Bruto da Costa (PSD): Não me diga que não vai responder ao que lhe perguntaram?! Responda lá!

O Orador: É esta a diferença da dinâmica, da vontade e da nossa motivação perante a abordagem à realidade.

Segundo aspeto: fizemos uma intervenção em que não pretendemos desculpabilizar de nada, não atacámos ninguém, assumimos com rigor a realidade assumindo as nossas responsabilidades e partilhando os méritos daquilo que foi feito.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Agora é que vai responder!

O Orador: Infelizmente, e seria esse o apelo à linha e ao rumo deste debate destes três dias a bem dos açorianos, porque o que os açorianos pretendem é saber o que é que cada um tem para resolver os problemas que ainda tem e não entrar numa discussão que muitas vezes é identificada com ataques pessoais, com ódios pessoais que em nada valoriza este debate.

Não iremos por esse caminho, iremos continuar a falar dos Açores, dos açorianos e para os açorianos.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Muito bem!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ódios pessoais!?

O Orador: Terceira questão que eu considero essencial também nesta matéria. É óbvio que nós temos consciência que o que aconteceu ao longo desta Legislatura de dificuldades, de problemas conjunturais, internacionais, nacionais e aqueles que afetaram a Região vindo de fora, nunca nos serviu de desculpa. Se tivesse feito estaríamos aqui a justificar e identificar as causas dos problemas. Nós viemos aqui falar de resultados, do que conseguimos e do que pretendemos conseguir, mas com muita satisfação daquilo que já foi conseguido sem que isso minimize ou até reforce o nosso ímpeto, a nossa vontade de fazer o que falta fazer.

Agora, respondendo a algumas das questões concretas porque foram muitas e tentando passar por todos os partidos e se calhar começando das intervenções do fim para o princípio, por ordem meramente aleatória, em relação ao Sr. Deputado Aníbal Pires, gostaria de dizer que o Sr. Deputado falou na questão do emprego e falou numa questão que é a nossa principal prioridade.

Nós reduzimos a taxa de desemprego ao longo desta Legislatura em 25%, hoje há mais 9 000 açorianos empregados dos que havia no início desta legislatura e temos a taxa de crescimento do emprego mais alta dos últimos 13 anos.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Mas, evidentemente reafirmo, como disse quando a taxa de desemprego estava a crescer: “enquanto houver um açoriano desempregado, é um desafio que temos que vencer; enquanto houver um açoriano que precisa de trabalho, é um desafio e uma meta que temos que conquistar”.

Agora, há um outro dado essencial que no distingue claramente do País ao contrário do que o Sr. Deputado fez crer, é que nos Açores a população ativa tem crescido mais. A população ativa nos Açores, neste momento, é a mais alta desde 1998, ou seja o que o Instituto Nacional de Estatística diz agora é que não há qualquer redução de desemprego, redução da população ativa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sobretudo a classe jovem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): E a precaridade?

O Orador: O que os Açores conseguem é apesar de aumentar a população ativa a taxa de desemprego ainda baixa, baixa porque conseguimos criar mais empregos com o aumento da população ativa o que é uma situação completamente diferente daquilo que se passa a nível nacional. Não sou eu que o digo, é o Instituto Nacional de Estatística.

Em relação ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, o Sr. Deputado falou de jovens, olhe desde o início desta Legislatura a taxa de desemprego jovem baixou 25% ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Encapotada!

O Orador: ... ou seja, passou de uma taxa de desemprego jovem que era de cerca de 44%, para uma taxa de desemprego jovem que neste momento é de 30%, isto é a maior redução da taxa de desemprego jovem do País...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Quero saber a taxa de emprego!

O Orador: ... apesar de que enquanto um jovem estiver desempregado, é um desafio que temos que vencer.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ele deixa de estar desempregado para estar num programa assistencialista. Quero saber a taxa de emprego!

O Orador: Em relação ao Sr. Deputado Paulo Estêvão eu só vou fazer-lhe uma observação e uma correção se me permite para poder acomodar melhor o seu conhecimento da realidade orçamental.

O Sr. Deputado disse que não se podia mexer nas ações que tinham fundos comunitários. Isso não é verdade, Sr. Deputado! O que o Sr. Deputado diz não corresponde à realidade e não é uma norma instituída pelo Governo, pelo PS ou por alguém, é a regra base da construção de um orçamento.

Uma despesa que tem fundos comunitários tem também receita, que está inscrita na receita do Orçamento.

Quando reduzir um investimento que tem fundos comunitários, está também a reduzir a receita.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não pode limitar a soberania do Parlamento!

O Orador: Pode fazê-lo se reduzir a receita na proporção dos fundos comunitários que está subjacente à despesa.

E mais: isso não é uma prática imposta por um Governo, não é uma prática imposta por esta Assembleia, é uma regra transversal de equilíbrio do Orçamento e que é debatida e instituída. Em qualquer Parlamento democrático do mundo é assim porque a regra do equilíbrio orçamental obriga a que assim seja.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Só é assim na Coreia do Norte!

O Orador: Sra. Deputada Zuraida Soares, a intensidade dos apoios complementares que a Região coloca, é sempre passível de discussão, nós queríamos sempre também mais, agora há um dado que os açorianos sabem: nos Açores por via da redução fiscal, pagarem menos taxas de impostos no IRS, no IRC, no IVA, nos combustíveis, noutros impostos sobre o consumo indireto, pelos complementos que damos com o Orçamento da Região a recursos que são da responsabilidade nacional, como as pensões, o abono de família ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Na responsabilidade nacional! Sr. Deputado Aníbal Pires agora já não se zanga!

O Orador: ... ou no complemento que acrescentamos à remuneração dos funcionários públicos, entre outros complementos que atribuímos, os açorianos, as famílias e as empresas açorianas por viverem nos Açores têm no próximo ano assegurado mais 270 milhões de euros de rendimento do que teriam se vivessem na Madeira ou no continente.

É esta a dimensão do apoio que nós damos. É esta a dimensão da via açoriana de assegurar um acréscimo ao rendimento, que espero que será com certeza ampliada e complementada por uma nova visão que também acontecerá ao nível da República sob a promoção e a disponibilização de rendimento, quer seja por via da redução da sobretaxa do IRS que muito penalizou os açorianos e os portugueses, bem como na política em termos de pensões e de remuneração a função pública.

Outro aspeto essencial e tentando responder ao Sr. Deputado Artur Lima (tenho que encontrar aqui a folha referente ...)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem uma folhinha para cada um!?

O Orador: Tenho! Tenho!

O que gostaria de dizer e de forma muito genérica, Sr. Deputado Artur Lima, nós temos empreendido ao longo destes três anos, conscientes das dificuldades e das adversidades que nos foram colocadas, um conjunto muito significativo de medidas e de ações cujos resultados estão referenciados nas evoluções positivas que nós temos identificado, mas tudo aquilo que são esses indicadores, todos aqueles que são os valores que referi de emprego, de economia, de sustentabilidade financeira são um ponto de partida, um ponto de avaliação e o que pretendemos hoje foi prestar contas aos açorianos de como estávamos e de

como estamos e dizer aos açorianos de forma muito clara que aquilo que conseguimos é essencialmente mérito dos açorianos e aquilo que falta fazer é algo que nós faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para fazê-lo.

Em relação ao Sr. Deputado Luís Maurício, o que o Sr. Deputado trouxe aqui não é novidade, o que o Sr. Deputado trouxe aqui está inscrito no Relatório de Contas do Hospital que foi entregue em junho passado a esta Assembleia, é do conhecimento público há diversos meses, com toda a transparência e com toda a objetividade o que o Sr. Deputado aqui disse é aquilo que todos os Deputados têm à sua disposição no âmbito dos relatórios de contas que apresentámos.

Quero dizer-lhe em relação ao Serviço Regional de Saúde, do ponto de vista genérico o seguinte: nós temos feito um enorme esforço, como reconhece, para reforçar o financiamento do Serviço Regional de Saúde.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tudo normal!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem é piorado!

O Orador: Neste mandato aumentámos as transferências para o Serviço Regional de Saúde em 279 milhões de euros, face às transferências do mandato anterior e no conjunto deste mandato teremos transferências para o Serviço Regional de Saúde de 1 155 milhões de euros no conjunto dos quatro anos.

Também nós queríamos que fossem mais; também nós temos consciência de que ainda existem problemas no âmbito do financiamento dos hospitais por resolver.

Os que identificou, por exemplo, que estavam no Relatório de Contas de 2014, felizmente, já foi possível resolver em 2015. Há outros ainda por resolver mas este objetivo tem que se fazer progressivamente.

Este reforço que empreendemos é feito abdicando de recursos noutros setores, evidentemente nós queríamos que ainda fosse mais, mas se fizéssemos mais teríamos que abdicar de mais recursos nos outros setores. É feito com

sustentabilidade para que seja feita de forma progressiva e há uma coisa que tenho que reconhecer e que disse na minha intervenção.

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor disse que tinha tanto dinheiro!

O Orador: Os dados que referiu estão todos refletidos nos números que referiu porque as contas que apresentei, em relação ao mesmo ano, quer as que foram apuradas pelo INE, quer as que foram apuradas pelo Instituto Nacional de Estatística, quer as que foram apuradas por todas as entidades com competência, com o novo sistema contabilístico europeu incorporam e incluem a Saudaçor, os três hospitais, as novas unidades de saúde, como um conjunto muito vasto de empresas públicas.

Portanto a realidade que transmitiu comparado com a realidade nacional, comparando com a realidade europeia inclui os dados que referiu de uma empresa específica onde efetivamente havia esse problema foi com transparência...

Deputado Luís Garcia (PSD): Compara com a realidade mundial!

O Orador: ... inscrito no Relatório de Contas do hospital, enviado a esta Assembleia no tempo oportuno e definido com todo o rigor, com toda a transparência e é algo que também este ano foi ultrapassada no âmbito deste reforço.

Mas quero dizer-vos que os indicadores financeiros que apresentámos, isso comparativamente com aquilo que se passa no País, na Madeira e na Europa asseguram quer do ponto de vista do equilíbrio das contas públicas, quer do ponto de vista do montante da dívida a valores incomparavelmente inferiores face ao nível de produção do resto do País e dos níveis europeus, inclusivamente aquilo que a Europa se propõe atingir a médio e longo prazo são valores muito mais altos do que aqueles que nós temos neste momento mas a principal mensagem não é essa, nós não queremos estar aqui a discutir o cêntimo, o euro. Para nós, primeiro os açorianos não são números, em segundo

lugar as finanças públicas equilibradas ou sustentáveis não é um objetivo final, é algo que pretendemos para o transformar a bem dos Açores e a bem dos açorianos, por isso mesmo os Açores foram a única Região do País que não tiveram um programa de ajustamento orçamental; por isso os Açores foram a única Região do País que baixaram os impostos quando os outros aumentavam; por isso os Açores foram a única Região do País onde aumentaram as pensões quando nos outros sítios baixaram: ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Afinal em que é que ficamos?

O Orador: ... por isso os Açores foram a única Região do País onde foi possível repor o vencimento dos funcionários públicos enquanto os outros cortaram.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O senhor investiu mais para ter a contas certas!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Nós apoiamos, nós asseguramos através dessas políticas de menores impostos, de complementos às pensões, de complementos ao abono de família, de complementos aos apoios sociais que por viverem nos Açores as empresas e as famílias açorianas tenham à sua disposição mais 270 milhões de euros de recursos que teriam se vivessem em igualdade de circunstâncias na Madeira e no continente.

Isso é feito abdicando o Governo desses recursos para os transferir diretamente para as famílias e para as empresas.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Muito bem!

O Orador: Mas há aqui um desafio que coloquei nesta intervenção e que não foi respondido, nem foi ainda assumido por nenhum dos partidos políticos que eu penso que é importante sê-lo.

Independentemente das questões que se possa fazer sobre finanças públicas, há um dado que é claro e que todos sabem e todos o assumem: os Açores neste momento não têm qualquer impacto percentual nas contas do País.

O ajustamento orçamental e rigor orçamental que impusemos nos Açores é substancialmente superior àquele que foi feito no resto do País.

Como referi este valor é claro, se os Açores tivessem neste momento o mesmo saldo orçamental negativo ou por outras palavras défice que o País teve o ano passado, disporiam de mais 272 milhões de euros à sua disposição, ou seja para apresentarmos as contas que apresentámos, para contribuirmos para a consolidação das contas do País como contribuímos o que fizemos foi dizer que gastamos menos 272 milhões de euros daquilo que gastou o resto do País para ter os resultados financeiros que tiveram.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Nessas contas incluindo todo o setor da saúde, todos os hospitais, todas as empresas públicas que referi, neste momento não há nenhuma dúvida sobre a consolidação orçamental e a inclusão dessas empresas.

A questão que fica agora que também penso que deve fazer parte deste debate é até que ponto deve os Açores continuarem a ter este nível de abdicação de recursos para fazer face a mais investimento, à criação de mais emprego e para motivar ainda uma maior retoma económica, face àquilo que acontece no País.

É uma questão que deixamos neste debate. Nós temos este património, património de não termos ao longo dos anos criado qualquer problema ao País

em termos de finanças públicas e é um património que deve ser usado agora, também, a favor dos Açores e a favor dos açorianos porque foi os Açores a única Região do País para concluir que não teve nenhum programa de ajustamento orçamental ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor já disse isso 5 veze! À custa de quê? Do sofrimento dos açorianos tirando direitos da saúde, dos transportes ...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): É bom lembrar!

O Orador: ... ou seja foi a única Região do País a quem não foi imposta nenhuma restrição do ponto de vista de desenvolvimento dos nossos recursos e da nossa autonomia.

Fizemos isto e conseguimos, conseguimos com isto que neste momento os Açores sejam a Região do País com a maior taxa de crescimento de emprego, os Açores sejam a Região do País com maior aumento do índice de atividade económica e os Açores sejam a Região do País onde tenhamos conseguido aumentar o emprego ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O poder de compra!

O Orador: ... e aumentar a população ativa, ou seja, temos mais açorianos a querer trabalhar e felizmente temos mais açorianos empregados. Tudo isto com o equilíbrio das nossas finanças públicas que é a principal garantia de que aquilo que fizemos até hoje pode ser incrementado e reforçado no futuro, porque o que fizemos até hoje não foi feito à custa daquilo que deixamos de fazer no futuro mas foi garantindo que no futuro podemos fazer ainda mais e melhor do que fizemos até hoje.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Vamos fazer intervalo de 15 minutos.

Regressamos ao meio dia e um quarto.

Eram 12 horas e 02 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade ao nosso debate.

Eram 12 horas e 28 minutos.

Está inscrito o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A intervenção que fiz no âmbito da intervenção inicial do Sr. Vice-Presidente do Governo, inseriu-se naturalmente naquilo que regimentalmente está definido como pedido de esclarecimentos.

Não fiz necessariamente de propósito porque outro companheiro de bancada o fará, uma análise ao documento na sua globalidade e não considero isso naturalmente uma questiúncula mas um pedido de esclarecimento e fiquei, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, absolutamente estupefacto com a explicação do Sr. Vice-Presidente: “Não. Isto que o Sr. Deputado disse é absolutamente transparente. Isso já lá estava nas contas que foram entregues a esta Assembleia e portanto todos os Srs. Deputados já tinham conhecimento do que se passava, como se de uma esponja o Sr. Vice-Presidente quisesse fazer passar sobre um assunto que é grave, ...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... é que a consolidação das empresas públicas que o Sr. Presidente faz referência chega-se à conclusão que também se faz com naturalidade, que

toda a gente já sabia e até estava neste Relatório de Contas, acrescento eu entre parêntesis, que passou despercebido este parágrafo e quantos outros não estarão com as mesmas práticas mas sem esses parágrafos contidos no Relatório de Contas, passa como se não houvesse qualquer gravidade sobre esta matéria.

Portanto, repito, a consolidação das empresas para si faz-se também com o desvio das retenções financeiras dos trabalhadores para o IRS, para a Caixa Geral de Aposentações, para a Segurança Social, para a ADSE para que com esses descontos essas entidades públicas empresariais façam face ao défice de liquidez financeiro que têm no seu dia a dia. Isso é muito grave, Sr. Vice-Presidente! É muito grave aquilo que o senhor aqui disse! O senhor desvalorizou uma situação que é muito grave, eticamente gravíssima!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Afinal deves dinheiro à República!

O Orador: Penalmente um abuso absoluto de confiança relativamente a uma vantagem económica e legítima que um Conselho de Administração retira utilizando dinheiro que não é dele, é dos trabalhadores, para a gestão corrente dessa mesma empresa, Sr. Vice-Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Desvalorizar essa situação é também querer dizer que os senhores não têm nada a ver com isso, é como se tivessem chegado ao poder agora e estivessem a justificar os erros de quem antes de vós tinha estado. Não! Os senhores estão cá quase há 20 anos! Portanto, essa é a vossa responsabilidade, foi isso que os senhores construíram!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Portanto, Sr. Vice-Presidente e para concluir.

Gravíssima a situação que aqui V. Exa. considerou como natural e transparente.

Gravíssima!

Eu faço daqui um apelo, nesta câmara, ao Tribunal de Contas que faça uma investigação a todas as contas das empresas públicas regionais, no sentido de avaliar aquilo que é a avaliação do percurso dos descontos para a Segurança Social, ADSE, que pelos vistos é tão naturalmente assumido por V. Exa. como uma prática, permita-me a expressão, natural do seu dia a dia de governante.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nós discutimos hoje aqui o Plano e Orçamento da Região, discutimo-lo porque consideramos fundamental, nós fazemos uma avaliação concreta, correta, do trabalho que foi realizado e daquele que necessita de ser realizado.

Nós verificamos nesta Casa o trabalho de alguma oposição na tentativa de obter esclarecimento, na tentativa de propor alterações ao Plano e Orçamento para que ele seja melhor, para que ele melhor possa responder aos açorianos.

Infelizmente, de algumas bancadas que aqui estão presentes, aquilo que verificamos é que em vez de tentarem melhorar este documento, aquilo que

fazem antecipadamente votar contra, anunciar que estão contra o documento que é aqui apresentado.

Mas este documento apresenta três características base que comprometem o PS.

Sras. e Srs. Deputados:

A primeira é a transparência, o PS se se lembrarem nos últimos três anos esteve sempre junto das pessoas a esclarecer as suas políticas.

Nós fizemos por exemplo no caso da reestruturação de saúde; no caso da alteração das políticas educativas; nós fizemo-lo e fazemo-lo sempre tornando este Orçamento mais participativo quando estamos junto das populações a fazer este mesmo debate; fizemo-lo quando quisemos apresentar uma Agenda para a Competitividade e para o Emprego.

Todas estas políticas foram escrutinadas não só por este Parlamento, mas pelo esforço que este Governo e o PS fizeram de tentar levar às pessoas as suas políticas e o seu trabalho.

Mais: com a alteração das regras contabilísticas da União Europeia todas aquelas empresas que os senhores consideravam que seria um grande problema da dívida escondida do PS, passaram a estar incluídas e escrutinadas por todas as entidades e o que é que se verificou? O PS e o Governo que é por si suportado entrou em ruína, teve que pedir ajuda externa, teve que pedir mais austeridade aos açorianos? Não, Sras. e Srs. Deputados! O que o PS conseguiu apesar de tudo isto que os senhores consideram mal, foi conseguir poupar aos açorianos cerca de 270 milhões de austeridade, que era aquilo que o vosso partido trazia.

Mas mais, este Plano e Orçamento traz mais, traz resultados Sras. e Srs. Deputados, traz resultados na taxa desemprego que os senhores diziam que era aquilo que avaliava o Governo, temos uma taxa de desemprego hoje inferior àquela que tínhamos quando tomámos posse, hoje temos uma taxa de desemprego de 12%, estamos satisfeitos, expressamos satisfação pelo facto

desses números estarem ainda nos 12%? Não! Como foi dito aqui enquanto houver um desempregado ou uma empresa em dificuldades nós estaremos aqui nesta sala para trabalhar para conseguir reduzir estes números.

Mas é verdade Sras. e Srs. Deputados, que esses números nos dão algum alento, nos dão alguma satisfação porque é sinal que as políticas que nós fizemos e que realizamos nos últimos três anos deste novo Governo do PS, estão a produzir resultados. A mesma coisa acontece no turismo, a mesma coisa acontece na construção civil, a mesma coisa acontece nos transportes, mas nós fizemos isso equilibrando as contas públicas; nós fizemos isso com rigor orçamental nas contas mas nós fizemos isso tendo em conta que nós não queremos deixar ninguém para trás, que nós mantivemos apoios sociais acima daqueles que o vosso antigo Governo da República todos os dias cortava. Nós reforçamos o complemento de pensão, o complemento de abono de família e também o COMPAMID. Nós tivemos uma atenção especial para aqueles que estando desempregados por culpa do vosso antigo Governo ficaram sem apoios. Nós conseguimos dar àqueles que estão desempregados uma ocupação e uma remuneração que só os dignifica e não é nada que nos envergonha, aliás é algo que nos orgulha que é poder apoiar quem está perante o infortúnio do desemprego através de um rendimento digno, através do seu trabalho.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A senhora tem de catequisar melhor a bancada do PS!

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): E a si também!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E a SATA também!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Os *strikes*!

O Orador: São essas as marcas de uma governação socialista dos últimos anos. É certo que tivemos dificuldades, é verdade! Houve empresas que tiveram dificuldades e que não puderam cumprir momentaneamente os seus compromissos, em alguns casos até aqui foram referidos mas há algo que nós

fizemos, foi assim que tivemos possibilidades, aliás como aconteceu e como referido, todas essas situações foram resolvidas, como aquela que acabou de referir e outras.

Nós não temos, nem estamos aqui para dizer que não estivemos isentos de erros, que não tivemos dificuldades. Tivemo-las! É verdade! Mas há algo que nós nos podemos orgulhar, apesar dessas dificuldades, apesar dos erros que possamos ter cometido, nós fizemos tudo, mas tudo aquilo que era a nossa obrigação para poder desenvolver esta terra, para poder minorar as dificuldades aos açorianos, em suma, para obter um desenvolvimento perante esta adversidade sem nunca, mas nunca, deixar ninguém para trás.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, S. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, só em relação à intervenção do Sr. Deputado Luís Maurício vou reiterar aquilo que é uma abordagem de carácter pessoal que recuso a responder mas vou dizer-lhe apenas uma coisa, não ponha nas minhas palavras aquilo que eu não disse.

O que eu classifiquei de transparente foi o facto de essa situação ser do conhecimento desta Assembleia, de todos, desde o passado mês de junho e que estava com toda a transparência inscrita na Conta do Hospital e nela refletida.

Mais, segundo aspeto que é essencial, que é extraordinário nesta matéria, é que quem é o destinatário dessa receita que na altura o hospital não teve possibilidade de pagar, uma parte substancial é o Governo Regional.

Portanto quem deveria queixar-se de não ter recebido era o Governo Regional porque uma parte dessa receita é receita da Região.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Paciência!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Eles queixam-se!

O Orador: Portanto, sobre essa matéria estamos claros e mais claro ainda que a situação foi regularizada, não só foi regularizada como foi pago pelo hospital os juros decorrentes dos encargos no atraso no pagamento de forma totalmente transparente, totalmente rigorosa.

Deputado Bruno Belo (PSD): As coisas que este homem diz!

O Orador: Sendo uma situação que aconteceu pontualmente, derivado às dificuldades de tesouraria que o hospital teve num determinado momento, a mesma está devidamente sanada e foi identificada com toda a transparência por parte do próprio Conselho de Administração do hospital nas contas que remeteu a esta Assembleia.

Consequentemente também o mesmo em todas as empresas do Setor Público Empresarial que fazemos questão de enviar as contas de todas as empresas para a Assembleia e estar à disposição de todos Deputados, logo após o momento em que as mesmas são aprovadas nas correspondentes assembleias gerais, estando por essa via sobre esta matéria o conhecimento desta Assembleia e dos Srs. Deputados totalmente ao dispor de toda a informação em cada momento.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Luís Maurício, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Duas questões prévias, Sr. Vice-Presidente.

Em primeiro lugar na minha intervenção não encontro nada que tenha sido objeto passível de classificar como um ataque pessoal, uma orientação contra si pessoalmente, uma intenção de o atingir enquanto cidadão. Se o fiz peço desculpa.

Em segundo lugar quero dizer-lhe que conheço bem o Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Ponta Delgada. É uma pessoa competente e que tenho a certeza que entra e sai daquela casa todos os dias preocupado no sentido de ter as contas arrumadas.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Então estão bem, por isso é que o nomeámos!

O Orador: Sou testemunha disso, conheço-o pessoalmente o suficiente para poder afirmar aqui isso.

Em terceiro lugar Sr. Vice-Presidente, isso não faz com que eu me desvie daquilo que afirmei há pouco. Considero grave que o senhor continue a considerar natural que se desviem retenções de impostos dos trabalhadores, que procure justificar isso como se até, vitimizando a instituição da qual o senhor é Vice-Presidente recebe menos dinheiro porque afinal esses impostos não foram cobrados, não foram transferidos, procurando esconder, repito, que essa situação é crime e que não se pode considerar, por mais transparente que seja a situação, natural o cometimento de um crime.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente, tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Para concluir este assunto, não considere natural.

Deputado Luís Maurício (*PSD*): Disse com toda a naturalidade!

O Orador: O que eu disse foi que o Conselho de Administração, a administração teve momentaneamente dificuldades financeiras nessa área, teve outras opções de gastos mas regularizou a situação devidamente pagando os correspondentes juros e lembrei apenas que esse pagamento era um pagamento, uma parte substancial desses recursos, aos cofres da Região que do ponto de vista financeiro quem tinha ficado prejudicado pelo atraso no pagamento (não foi por não pagamento) foi por pagamento atrasado foi a Região que não recebeu a receita que lhe era devida. Foi só isso que quis esclarecer. Não encaro isso como uma situação de naturalidade, foi uma situação que aconteceu em 2014 no hospital por uma questão do seu enquadramento de opções orçamentais e que está resolvido ...

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Falta de dinheiro, senhor!

O Orador: ... e mais importante que tudo todas as contas do hospital estão refletidas e as contas do hospital estão refletidas nas Contas da Região, que analisámos no Orçamento da Região que referimos.

Foi isto apenas que quis dizer e que reafirmo.

Deputado Luís Garcia (*PSD*): Superavit!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Pergunto se há inscrições?

(*Pausa*)

Sras. e Srs. Deputados, se ainda pretendem intervir nesta matéria devem fazê-lo agora, se não passaremos para as intervenções de tribuna.

Não há inscrições, a primeira intervenção de tribuna é do Sr. Deputado Francisco César.

Tem a palavra Sr. Deputado.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Encontramo-nos, uma vez mais, neste Parlamento, na casa da democracia representativa da nossa autonomia, para debater e melhorar, no derradeiro ano desta legislatura, aquele que é o principal instrumento de política macroeconómica do Governo dos Açores: o Orçamento e o Plano de Investimentos da Região para o ano de 2016.

Estas propostas têm como objetivo enquadrar financeiramente toda a atividade governativa do próximo ano, estabelecendo prioridades, metas e ambições para os destinos da nossa terra, como também, permitem avaliar, pelo seu conteúdo e evolução, o trabalho que foi realizado nos últimos 3 anos pelo novo Governo da responsabilidade do Partido Socialista.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Sim, falo-vos de um novo Governo do Partido Socialista liderado por Vasco Cordeiro, que no curto período de três anos teve de enfrentar as consequências da Grande Recessão na economia mundial, a crise da dívida pública da Zona Euro e as suas respetivas consequências em Portugal e um Governo da República PSD-PP, ideologicamente extremista, socialmente insensível, economicamente dogmático e institucionalmente anti-autonomista.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Extremistas são os senhores que se vão juntar a estes senhores!

O Orador: Em pouco tempo, os Açores, que em nada tinham contribuído para a intervenção da troika em Portugal, viram-se deparados com uma austeridade

sem precedentes na nossa história contemporânea imposta pelo Governo da República PSD-PP.

Sim, foram muitas as famílias açorianas que viram o seu sustento posto em causa pelo desemprego causado pela obsessão do Governo da República PSD-PP em destruir o consumo interno.

Sim, muitos idosos e desempregados foram abandonados por um Estado Central que a cada obstáculo que enfrentava cortava nos seus já poucos apoios.

Sim, muitas empresas Açorianas passaram por dificuldades, de tesouraria, de pagamento aos seus fornecedores e aos seus trabalhadores.

Sim, ultrapassamos todos tempos muito difíceis!

Deputado Luís Garcia (PSD): Mas o Governo Regional não paga!

O Orador: Mas por alguma razão - que alguma oposição, ainda hoje, não consegue descortinar - nos Açores a crise, que veio de fora e que chegou mais tarde, e que agora percebemos que nos vai deixar mais cedo, não nos afetou com a mesma intensidade negativa do que no resto do país.

(Risos do Deputado Artur Lima e dos Deputados da bancada do PSD)

Porque aqui, assumimos como premissa base da nossa ação de que o Governo não faz parte do problema de uma sociedade, mas sim, que pode e deve contribuir para a solução dos problemas desta sociedade.

Porque aqui, assumimos o desígnio de estabelecer, em parceria com a sociedade civil, uma nova via de desenvolvimento para os Açores - em alternativa ao caminho de pensamento único do PSD - em que é possível investir nas empresas, apostar nos serviços públicos, apoiar os mais desfavorecidos e os que caíram no infortúnio do desemprego, sem colocar em causa a sustentabilidade das nossas finanças públicas e a credibilidade externa da nossa Região.

Porque aqui, assumimos que nos Açores o futuro de alguém não pode ser garantido comprometendo o futuro de outro. Não acreditamos e não aceitamos que o desenvolvimento de uma sociedade se alcance colocando novos contra idosos, trabalhadores contra reformados ou funcionários públicos contra trabalhadores do privado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Luís Maurício (PSD): Não é bem assim!

Deputada Benilde Oliveira (PS): É sim!

O Orador: Esta “Via Açoriana” que tanto defendemos e protegemos afiança que é possível crescer sem deixar ninguém para trás!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Mas não se pense que o caminho percorrido até agora foi fácil.

Esta “Via de Açoriana” não esteve livre de contratemplos nem de arduidades.

Teve de, naturalmente, contrariar a desesperança que uma forte crise económica coloca nas pessoas, nos mercados, nas empresas e nos média.

Tivemos, também, nos Açores quem nunca quisesse acreditar, nem acredita, no caminho que teimamos em percorrer, fazendo da reprovação um hábito e da ofensa política um estilo.

Aliás, arrisco-me a dizer que mesmo perante as evidencias de que o pior já lá vai, de que esta crise está a ser ultrapassada, o maior partido da oposição teima em reclamar de que o “cabo das tormentas” ainda estará por dobrar, como que da confirmação deste seu anseio – do quanto pior para os Açores melhor para o PSD - estivesse a chave para a sua sobrevivência política.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Muito bem!

O Orador: Quem não se lembra de um Deputado do PSD em Março de 2013 afirmar e cito: que “*as críticas que o PSD/Açores faz sobre as políticas de turismo postas em prática na Região assentam em números claros*”(…) “*em*

2012, esses mesmos valores regrediram 7 anos, chegando aos números de 2004 e, já este ano, registaram-se quebras de 8,8% nas dormidas”, dizia então este Deputado.

Será caso para perguntar que críticas fará o PSD/Açores à política de turismo do Governo dos Açores quando desde janeiro de 2015, repito, desde janeiro de 2015, crescemos 19,2% em dormidas, ultrapassando, no final do ano, previsivelmente, o máximo histórico de 2007.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Grande Sérgio Monteiro!

O Orador: Quem não se lembra do PSD (DF) anunciar e cito: a péssima “*situação das finanças públicas da nossa Região, onde avulta a dramática situação do Serviço Regional de Saúde, a exigir medidas urgentíssimas que evitem o seu colapso iminente.*”

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E continua! É verdade!

O Orador: Ora o que dirá o PSD sobre a gestão das finanças públicas regionais quando o défice da Região baixou de 80 milhões de euros em 2012, para 9 milhões em 2013 e foi ainda mais reduzido, para apenas 6 milhões de euros, no ano seguinte, neste ano e o setor da saúde viu a sua situação estabilizada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): À custa de?

O Orador: Quem não se lembra do maior partido da oposição há menos de dois anos, imbuído do seu habitual espírito catastrofista, e vestindo as vestes dos penosos Velhos do Restelo, referir e cito que: “*o Governo Regional falhou naquele que seria o principal desígnio da sua atuação, pois não conseguiu estancar, como tinha prometido há um ano, um nível de desemprego já perfeitamente assustador.*”

Ora que avaliação faria este partido político do trabalho realizado por este Governo nos últimos três anos, sabendo que: - hoje a taxa de desemprego de 12,1% é inferior à do início da legislatura de 15,3%; ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E superior!

O Orador: ... hoje, o ritmo de criação de emprego é o mais elevado de há 13 anos;

- hoje, a população disponível para trabalhar, mais de cento e vinte e três mil pessoas (123.299), regista o maior valor desde que há registos e apesar disto a taxa de desemprego anual continua a baixar;

- e hoje, o indicador de atividade económica é mais alto de que nos últimos dois anos homólogos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): São as rampas ro-ro!

O Orador: É certo reiteramos perante todos os Açorianos e Açorianas a nossa insatisfação de enquanto houver um desempregado ou uma empresa em dificuldades nós estarmos atentos e trabalhar contra isso. Mas também é certo que a melhoria destes números atestam o que todos realizamos nos últimos três anos e nos motivam a continuar a trabalhar cada vez com mais empenho e ambição pela nossa terra.

Também não deixa de ser curioso que após estes resultados positivos, o PSD - o partido que menos propostas de alteração apresentou aos sucessivos Planos e Orçamentos nesta legislatura - venha agora dizer que os documentos em discussão não apresentam novas soluções.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Diz o senhor!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não diga que o isso o incomoda!

O Orador: Não deixa de ser um desafio à lógica e à coerência que o líder do PSD/A diga que não há nada de novo, anuncie o voto contra, e se furte ao diálogo e ao compromisso, apresentando um conjunto de propostas avulsas que deseja ver aprovadas num Plano e Orçamento cujo voto contra já anunciou. Este comportamento é revelador – e talvez sintetize a errática ação política do PSD nesta legislatura, como alguém disse o PSD está desorientado sem saber para onde se virar.

Ansiosos para agradar a todos, num dia tanto querem fazer a **quadratura do círculo**, como no dia seguinte, - e conforme sopram os ventos – lá se atiram no exercício contrário de pretender o **círculo da quadratura!**

Como processo de construção alternativa é curto. Como ação política é inconsistente. E como exemplo de liderança, é frágil e inseguro.

Deputado Luís Garcia (PSD): Qual? O PS Açores?

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sabemos do papel crucial deste Plano de Investimentos e do Orçamento para continuar criar soluções que possam ajudar os Açorianas e Açorianos a ultrapassar esta fase mais fase difícil que atravessamos.

Compete-nos agir, como já foi dito, até ao limite das nossas competências, até ao limite dos nossos recursos, no cumprimento do nosso objetivo central para este ano: o aumento da empregabilidade dos Açorianos!

Por isso, mais uma vez este ano, reforçamos, em quase mais 60 milhões de euros, o investimento público, para fomentar as nossas exportações, o mercado interno, o rendimento das famílias e das empresas e as nossas qualificações.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O mercado interno?

O Orador: Mas esta aposta na competitividade inteligente e socialmente inclusiva, com efeitos reais na nossa balança comercial, só será possível se redobramos o trabalho realizado pelas entidades públicas e privadas no aumento da I&D em contexto empresarial - em parceria com a Universidade dos Açores - na redução dos custos de contexto, no combate à burocracia, na diferenciação dos nossos produtos nos mercado alvo, nos incentivos públicos ao investimento privado e na diversificação de fontes de financiamento na nossa economia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Onde é que já ouvi isso?

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sim, hoje, há nos Açores instrumentos qualificados de incentivo ao investimento, comparativamente vantajosos face ao resto do país, para que as empresas existentes ou que surjam, possam garantir novos impulsos à dinâmica da nossa economia.

Refiro-me, por exemplo, ao Sistema de Incentivos ao investimento empresarial Competir + que permite uma abordagem totalmente nova inteligente para o investimento, que aposta no capital humano, no valor acrescentado e nos resultados das nossas empresas.

Como poderia também salientar, por exemplo, o nosso sistema fiscal - no qual se inclui o estatuto de benefícios fiscais às empresas que invistam nos Açores - mais benéfico, com vantagens sem paralelo no país em todos os impostos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É certo que ainda temos muito trabalho pela frente. Mas, a verdade também, é que **todos** os indicadores económicos estão hoje, em 2015, melhores do que se encontravam no início da legislatura. E isso deve-se não só ao trabalho do Governo, mas também ao empenho e ao esforço de milhares de empresas e de trabalhadores, ao esforço e dedicação dos diferentes parceiros sociais com os quais, aliás, este governo sempre manteve e continuará a manter um saudável clima de diálogo e de autêntica concertação social.

Promovemos, nos últimos anos – e como é apanágio quer da História do PS quer da responsabilidade que as Açorianas e os Açorianos nos atribuíram legitimamente nas urnas – um contínuo e permanente diálogo social. Fizemo-lo porque é assim que entendemos não só o exercício político, mas também, e sobretudo, a prática governativa.

É, por isso, - senhoras e senhores deputados – que temos merecido a confiança dos nossos concidadãos. Porque na esteira do legado açoriano, de um modo de vida secular fundado no princípio da solidariedade e da interajuda, fizemos jus à nossa identidade coletiva, como povo, e soubemos juntos, unidos e mais coesos enfrentar os difíceis desafios que temos pela frente.

Assim foi nestes anos, como será no futuro,

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Considerando o nosso horário vamos deixar os pedidos de esclarecimento para a parte da tarde.

Regressamos à 15 horas.

Um bom almoço para todos.

Peço ao Sr. Secretário da Mesa o favor de anunciar os tempos restantes.

Secretário: Governo Regional - 192 minutos e 20 segundos;

PS - 219 minutos e 15 segundos;

PSD - 150 minutos e 50 segundos;

CDS - 39 minutos;

BE - 8 minutos e 45 segundos;

PCP - 10 minutos e 30 segundos;

PPM - 7 minutos e 15 segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Agora sim, um bom almoço para todos.

Regressamos às 15 horas.

Eram 13 horas e 02 minutos.

Presidente: Muito boa tarde a todos.

Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para continuarmos com os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 08 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar início aos nossos trabalhos.

Depois da intervenção do Sr. Deputado Francisco César, abro agora um período para inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições para pedidos de esclarecimento?

(Pausa)

Penso não haver inscrições.

Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado António Marinho para uma intervenção de tribuna, quero saudar a turma do 10.º B, da Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico que está nas galerias a quem saúdo em nome desta Assembleia.

(Aplausos da Câmara)

Muito bem, então agora sim tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

Deputado António Marinho (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Início com uma transcrição quase fiel do testemunho de um açoriano, empresário, de uma ilha em que tudo se torna mais difícil. Foi há cerca de um mês. Falava do estado da sua ilha e do que o Plano anualmente lhe destina, passo a citar:

“Já basta de ficar satisfeito primeiro e desiludido depois. Cheguei até a fazer despesas para melhorar o negócio e depois arrependi-me. O que se passou não foi o que nos tinham dito.

O que metem todos os anos cá na ilha não bate certo com os papéis. É sempre muito menos. E aquelas promessas de encher o olho? Há uma aqui na ilha que já lá anda para aí há uns 10 anos. Para o ano, com eleições, já estou a ver que vão jurar por Deus e pelo diabo que agora é que vai ser.”, fim de citação.

Foi o mesmo tom que ouvimos da parte de muitos Açorianos ao longo deste último mês e meio. Em todas as ilhas. Lavradores, pescadores, empresários, sindicatos, responsáveis da área social ou gente da cultura. Individualmente ou pelas suas associações representativas, a nível ilha ou regional. E entre estes estavam, naturalmente, militantes partidários. Profissionais, como os outros, ou envolvidos em instituições em que exercem a sua cidadania. E preocupados, obviamente, com o que os afeta na sociedade em que vivem. Da nossa cor? Sim, muitos deles. E havia também de cores diferentes? Sim, em alguns casos de forma muito curiosa.

Todos eles... Açorianos!

Mas este sentimento de descrença existe também a outro nível. Com a receita de um governo cansado de quase 20 anos, que não está a resolver os problemas gravíssimos que afetam a sociedade açoriana. Em que os últimos 3 anos se revelaram como os mais falhados pelo marasmo de governação que representaram. Em que o último ano desta legislatura, mais uma vez, não apresenta novidades. Reincide num modelo que deu provas de não conseguir atacar a raiz dos problemas e que apenas se fica por tratamentos de

circunstância. Que apenas atenuam o sofrimento, mas que são incapazes de reconstituir uma esperança perdida, há anos demais, por milhares e milhares de Açorianos.

Este último ano dos quatro que serão julgados em 2016 poderia ser uma última oportunidade para cumprir expectativas. Mas o que é proposto é a confirmação da incapacidade que o governo tem revelado em as cumprir.

Os Açorianos assistem à falta de estratégia e de políticas consequentes que recoloquem os Açores em condições de enfrentar o futuro. Que deem condições de exercício de atividade às empresas, os verdadeiros motores de criação de riqueza e emprego. Que proporcionem qualidade de vida às pessoas que vivem nestas nove ilhas.

São essas as duas razões fundamentais que nos levam a considerar que não existe credibilidade nos documentos hoje sujeitos a debate parlamentar.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Olhemos para o primeiro nível da falta de credibilidade que nos é apresentada.

Temos, anualmente, pela boca do governo, os maiores Planos de sempre. E temos, anualmente, pela boca do mesmo governo, a título da prestação de contas que desejariam não ter de fazer, a prova de que ficaram muito longe de cumprir o que antes apresentaram com pompa e circunstância.

Focando-nos nesta legislatura, dizia o governo que os Açores iriam beneficiar de uma verba de 437 milhões de euros com o Plano de 2013. Feitas as contas, apenas cumpriram 85%, com 373 milhões de euros. Ou diziam, em 2014, que o Plano traria 433 milhões de euros aos Açorianos. Mas deixou 115 milhões de euros para trás e só cumpriu com 318, executando apenas 73%. Ou mesmo já no ano em curso, em que a promessa foi de 484 milhões de euros, mas que a um trimestre do final do ano ainda só tinha 203 milhões executados. Apenas 42%.

E quem pode acreditar que a intenção do governo vai ser concretizada se há exemplos, em todas as ilhas, de ações-fantasma que povoam os Planos anos a

fio, sem que vejam a luz do dia que surgiria na sequência da sua implementação? O nosso empresário, citado no início desta intervenção, falava em 10 anos de espera por uma promessa eternamente adiada para a sua ilha. E, ainda assim, inscrita nos sucessivos Planos.

Iremos, o Grupo parlamentar do PSD, ao longo destes dias, lembrar do muito que foi prometido e nunca cumprido. E que mais uma vez tende a não ser objeto de concretização neste ano que resta ao governo para dar uma prova de vida.

Daremos exemplos concretos. Como o da Escola Secundária das Lajes do Pico, há 17 anos a receber a distinção de figurar no Plano para avançar no ano seguinte, que já teve 34 milhões de euros reservados para o efeito. Mas que ainda continua nas mesmas instalações, a funcionar sem condições adequadas de forma a proporcionar bons níveis de ensino aos jovens que a frequentam.

São várias as considerações que se impõem e que ficam sob a forma de pergunta.

Dos 524 milhões de euros que o governo colocou no papel para o Plano para 2016, é sério dizer que serão efetivamente concretizados?

E, dentro desse valor, quanto representam as ações já concretizadas, cujos efeitos já se esgotaram e que agora apenas constam do Plano por carecerem de pagamentos que ficaram adiados, não contribuindo assim para a necessária criação de riqueza e de emprego?

E quanto estará, no Plano, associado ao pagamento de despesas correntes, portanto não investimento, anualmente identificadas pelo Tribunal de Contas e objeto de preocupação daquela entidade independente?

Como nos foram dizendo por esses Açores, é fácil preenchermos papéis com grandes números. O papel aceita tudo.

Só que as palavras e os números, no papel, são apenas isso mesmo. Palavras e números.

Daí a falta de credibilidade dos documentos burocráticos apresentados. Um verdadeiro embuste dirigido aos Açorianos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Se é fácil colocar números no papel, mais complexo e trabalhoso é construir soluções que contribuam para atenuar o sofrimento das pessoas e alterar as fraquezas da economia açoriana.

À nossa frente temos falta de novidade. Temos a manutenção de opções e o prosseguimento de um modelo de intervenção na sociedade que se tem revelado incapaz de resolver os problemas, ou que até os tem intensificado. É manifesta a insensibilidade com os anseios das pessoas e das empresas.

É este o segundo nível de falta de credibilidade no que é proposto.

São muitos os indicadores esclarecedores que o governo não gosta de ver invocados. Indicadores que representam Açorianos e que desesperam a maioria, esta maioria, quando são citados.

Governo e maioria partem sempre para o ruído e para a sua desvalorização. Desrespeitando as pessoas que lhes estão associadas.

Falaremos aqui, nestes dias, o Grupo parlamentar do PSD, daquilo que representam. E sabemos que do lado do governo sairá o desprezo por quem por eles é afetado. E que serão criadas jogadas de diversão para que não sejam ouvidos por quem sofre.

Este é um governo que foge à denúncia dos problemas. Não por vergonha, mas sim para que, pelo desconhecimento, seja assegurada a sua perpetuação no poder.

Só que as pessoas sentem. E têm sido muito martirizadas ao longo dos últimos anos. Em especial na legislatura que terminará com estes documentos orçamentais.

Esta última oportunidade do governo não altera, definitivamente, o rumo que os Açores seguiram nos últimos anos.

O rumo que levou a que o RSI atinja a maior percentagem da população a nível nacional, quase quadruplicando a média do país. O rumo que levou a que mais de 70% das famílias açorianas sobrevivam com menos de 530 euros mensais. O rumo que levou a que o abandono escolar precoce atinja máximos nacionais. O rumo que conduziu à insegurança na saúde, com muitos milhares de Açorianos sem acesso a médico de família e também muitos milhares que aguardam anos por uma cirurgia. O rumo que levou a níveis de desemprego elevados, designadamente o que afeta a população jovem, felizmente atenuados por força da descida das tarifas aéreas com o exterior e com a expectativa criada a nível da redução de impostos, factos a que o PSD/Açores e o seu Presidente de encontram orgulhosamente associados.

Estes são os exemplos gritantes da falência da governação dos últimos 3 anos. A mesma que este Orçamento, e este Plano em particular, fazem perdurar por mais um ano. O último. O da oportunidade que não é novamente aproveitada. O do adiamento da esperança para as famílias e empresas açorianas.

Este é o segundo nível da falta de credibilidade das propostas que este governo apresenta aos Açorianos. A falta de credibilidade determinada pela falta de resultados.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É a tudo isso que o PSD/Açores não quer ficar associado. Nem à ilusão do irrealizável, nem aos insucessos que penalizaram e penalizam as famílias e as empresas.

Demos dois anos de benefício da dúvida. Abstivemo-nos em 2013 e em 2014. Porque não queríamos ser a desculpa para o insucesso no trabalho em benefício dos Açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Os Açorianos, contudo, viram o seu sofrimento agravado.

Por isso, 2015 foi o ano de viragem. E votámos contra. Porque se mantinha um rumo que já se sabia que não ia reconduzir os Açores ao progresso.

Para este último ano da legislatura, a Saúde, o Emprego, os Transportes e a Agricultura foram as áreas de maior preocupação que nos fizeram sentir em todas as ilhas. A elas daremos atenção especial. Porque temos uma atitude diferente.

Quanto ao governo, mais uma vez, só pensa em si mesmo. Não ouve os Açorianos. Deixa-os à sua sorte.

Da nossa parte, só podemos votar contra. E apresentar propostas pontuais para minimizar alguns danos na vida das famílias e das empresas.

Queremos uns Açores melhores. E maior felicidade para os Açorianos.

Deputado Berto Messias (PS): Mas depois no fim vota contra!

O Orador: Quanto a inverter o rumo, só o podemos fazer dentro de um ano. Vamos trabalhar para isso!

Disse

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo vamos então passar à última intervenção sobre esta matéria.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silva.

Deputada Graça Silva (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Plano Regional Anual para 2016 é apresentado no quadro em que a Região Autónoma dos Açores e o país sentem ainda as consequências das políticas de direita implementadas pelo Governo PSD/CDS-PP. De facto, o aparente fim do programa de “ajustamento” não significou a reversão das medidas adotadas desde 2011, nem se verificam melhorias assinaláveis nas condições de vida e de trabalho dos portugueses e das portuguesas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas foi o governo eleito! Ganharam as eleições!

A Oradora: Estas consequências são, aliás, visíveis, pela fragilidade económica que o país vive, ainda assim atenuadas pelas declarações de inconstitucionalidade a certas políticas do Governo - impedindo a aplicação de algumas das medidas que significavam maior corte de rendimentos -, e de um contexto internacional relativamente favorável. Condições que explicam que o país não tenha continuado num trajeto descendente em termos de indicadores económicos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas isso vai melhorar!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso foi tirado da gaveta!

A Oradora: Entretanto, a maioria da população portuguesa continua a ver as suas condições de vida a degradarem-se. Os recentes dados do INE revelam precisamente que os últimos anos, e concretamente 2013 e 2014, foram marcados pelo aumento da proporção da população em situação de pobreza ou exclusão social, atingindo já mais de 2,8 milhões de pessoas, e especialmente

pelo crescimento da pobreza infantil e entre a população ativa (quer entre os empregados, quer entre os desempregados).

As políticas adotadas pelo Governo da República, nos últimos anos, que visaram a redução de rendimentos para os trabalhadores e pensionistas, e a retirada de direitos económicos, sociais e laborais, tiveram também impacto na população açoriana.

Neste sentido, e com o propósito de combater e minimizar os seus efeitos, a Agenda Açoriana para Criação de Emprego e Competitividade Empresarial veio implementar políticas que visam objetivamente melhorar as condições de vida dos açorianos, através de estratégias de criação de emprego, de qualificação dos ativos e da implementação de um conjunto de medidas de fomento do emprego, por meio de programas que incentivam a contratação, de que é exemplo o Programa de Incentivo à Inserção do ESTAGIAR L e T, o designado programa PIIIE.

Outros são, para além deste, os casos de sucesso a que assistimos neste âmbito e que dão bem testemunho da eficácia das políticas de emprego implementadas pelo Governo Regional, de que destacamos, entre outros, o programa INTEGRA e o CPE - Premium, bem como o Família Estável, que tem por objetivo assegurar a estabilidade das famílias açorianas (ao conferir prioridade de colocação em medidas de promoção da empregabilidade nos casos em que ambos os cônjuges se encontram desempregados) e que se revelou uma medida de grande impacto.

Verificamos, desta feita, que o Governo Regional dos Açores tem estado sempre atento ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Governo atento jamais será vencido!

A Oradora: ... e pró-ativo em criar e implementar medidas para colmatar as dificuldades das famílias e das empresas, bem como a outro aspeto fundamental, que se prende com a manutenção de postos de trabalho.

O combate ao desemprego tem representado para este Governo Regional uma luta sem tréguas. A taxa de desemprego, durante esta legislatura, chegou a atingir os 18% no primeiro trimestre de 2014, o que não fez com que o Governo virasse a cara, bem pelo contrário, graças a um trabalho de apoio às famílias e às empresas, o desemprego tem vindo a diminuir gradualmente, situando-se neste momento nos 12,1%.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O melhor é não dizer mais nada. Eu não tenho tempo!

A Oradora: Esta situação de melhoria significativa pode explicar o silêncio do PSD sobre esta matéria desde maio deste ano.

Deputada Benilde Oliveira e Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Mas estes valores não nos tranquilizam. Sabemos que nem tudo está resolvido e que as questões laborais são muito variáveis e sujeitas a fatores nem sempre expectáveis. Temos de manter uma atenção permanente a esta área, mas estamos convictos de este ser o caminho certo e o Plano Anual 2016 consolida essa nossa convicção.

Ora, sendo o combate ao desemprego um esforço coletivo, o Governo Regional tem sempre procurado conjugar esse trabalho com os parceiros políticos e sociais. Esta articulação garante aos Açorianos que, enquanto houver um desempregado, o Partido Socialista não baixa os braços em relação às políticas de emprego e de qualificação, quer através da concertação estratégica, quer ouvindo regularmente os representantes dos trabalhadores e dos empresários, câmaras de comércio e sindicatos.

Os dados efetivos revelam que, com o esforço de todos, podemos afirmar hoje que a percentagem de desempregados em novembro de 2015 é inferior à de novembro de 2012, quando este governo regional tomou posse. Sendo um dado bom por si só, a ele se alia, reforçando a sua importância, um grande aumento da população ativa.

Podemos então afirmar que os programas de emprego têm sido um contributo muito importante no combate ao desemprego. Mas são um contributo, não são a etapa final. Um caminho que se vê reforçado no Plano agora apresentado.

As prioridades do Plano Anual para o Ano 2016 são muito claras: o Governo Regional dos Açores propõe-se continuar um caminho de apoio ao emprego e de aumento da competitividade, contribuindo para a criação e manutenção de postos de trabalho e para a promoção de novas oportunidades.

Para tal, e de forma a consolidar as políticas já implementadas de aumento do rendimento das famílias e das empresas, o Governo Regional dos Açores, no Plano 2016, preconiza a execução de medidas capazes de continuar a reforçar as condições de empregabilidade dos açorianos e açorianas.

Inserir os jovens no mercado de trabalho e combater o desemprego de longa duração são sempre, neste âmbito, prioridades muito relevantes, concretizando-se através de, respetivamente, os Programas Estagiar L e Estagiar T, e o Programa Integra.

Impõe-se referir também a continuidade das políticas públicas de Qualificação e Reconversão Profissional, previstas no Plano, que se direcionam para a qualificação dos Açorianos, fomentando assim a sua empregabilidade e elevando o seu nível de escolaridade. E todos sabemos que a qualificação é premissa essencial para a criação de riqueza e de emprego.

De salientar, neste sentido, a prossecução dos cursos REATIVAR, essencialmente destinados a desempregados, que constituem uma estratégia de qualificação combinada, uma vez que, para além de conferirem um grau de escolaridade, atribuem também uma qualificação profissional.

Um outro exemplo é o desenvolvimento do programa de formação Aquisição Básica de Competências, que está a cargo da Rede Valorizar e que segue a metodologia de RVCC – Reconhecimento, Valorização e Certificação de Competências.

Ao analisarmos os documentos hoje em discussão, verificamos que o Governo Regional dos Açores está igualmente empenhado em criar e implementar medidas para colmatar as dificuldades das empresas açorianas, através de sistemas de incentivo à competitividade empresarial.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Todas as pessoas têm direito ao trabalho e à proteção contra o desemprego, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É verdade!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: ... como preconiza a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Investir, portanto, em políticas que visem o aumento da empregabilidade e competitividade da economia será, imperiosamente, ir ao encontro desse direito fundamental. Nos Açores, os governos socialistas têm feito sempre desta aposta uma bandeira, como está exposto no Plano 2016 sobre o qual hoje nos debruçamos.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver, pelo que vamos passar para outra temática do nosso debate, dando a palavra à Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social para uma intervenção.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A proteção social é um Direito Humano. A Declaração Universal dos Direitos Humanos é inequívoca: a concretização deste direito é vital para garantir a todos os membros da nossa sociedade a dignidade e o livre desenvolvimento da sua personalidade.

Desempenha um importante papel no plano do desenvolvimento, assim como nos planos social, económico e ambiental. A proteção social é, entre outras coisas, um instrumento elementar na luta contra a pobreza e a desigualdade, determinante para um crescimento económico inclusivo e sustentável, ao mesmo tempo que reforça a resiliência das populações perante catástrofes naturais.

A Região Autónoma dos Açores, em décadas de trabalho com os seus parceiros sociais, construiu um sistema de proteção social sólido. As Açorianas e Açorianos, de Santa Maria ao Corvo, sabem que podem contar com o Governo dos Açores, particularmente nos momentos mais difíceis.

Mas esse sistema de proteção social também enfrenta desafios. Fatores como as mudanças na sociedade, a crise económica, o progressivo envelhecimento da população ou o aumento do número de doentes crónicos obrigam-nos a adaptar o nosso sistema.

Naturalmente, aceitámos o desafio. Fizemo-lo, acima de tudo, com a convicção de que, apoiados na nossa Autonomia, podíamos construir um projeto que alavancasse o melhor de cada um dos setores de governação. Porque um sistema de proteção social bem desenhado dá-nos garantias de qualidade e segurança no amanhã.

E Carlos Farinha Rodrigues, reputado investigador na área das desigualdades, reconheceu isso mesmo, na sua mais recente visita aos Açores: que a Região demonstrou ser das mais sensíveis ao nível social, tendo garantido aos Açorianos e Açorianas um nível de apoio que lhes permitiu enfrentar a crise em melhores condições que nas restantes regiões do país.

Sras. e Srs.:

Confrontado com escolhas críticas, o Governo dos Açores fez a sua opção: escolhemos o futuro dos Açorianos e das Açorianas!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: Fruto das nossas escolhas, o Plano para 2016 contempla, na sua globalidade, um aumento de 20% no financiamento da Ação Social e permite a continuidade das políticas de Habitação.

A nossa abordagem tem sido clara e consistente: a aposta no desenvolvimento de políticas concertadas de combate às desigualdades sociais.

E começámos sempre pela pedra basilar da nossa sociedade: as famílias.

Foi precisamente por isso que intensificámos o trabalho dos técnicos sociais junto das famílias no sentido de promover o desenvolvimento de competências de autonomização, garantindo a sua proteção social, temporária e sempre que necessária, mas preparando-as para ganharem autoestima e enfrentarem o futuro.

Concentrámo-nos, igualmente, em aumentar o seu rendimento disponível e em garantir que a conciliação das suas vidas familiares e profissionais, mais do que possível, é uma realidade.

Assim, aumentámos os descontos nas mensalidades das creches, mantivemos e reforçámos o Complemento Regional ao Abono de Família, alargámos a Rede Regional de Equipamentos Sociais dirigidos à Infância.

Ajudar as famílias no presente é vital. Mas o Governo dos Açores não ignora que é igualmente importante ajudá-las a planear um futuro estável.

Portanto, e por saber que não há investimento mais seguro, nem com maior retorno que o investimento na Infância e Juventude, a verba prevista no Plano para 2016 nesta área é aumentada em mais de 70%.

Por se tratar, acima de tudo, de uma questão de igualdade no acesso aos serviços e respostas, em 2016 iremos introduzir descontos no acesso às amas e ajustar o valor padrão para esta valência.

Os descontos introduzidos, idênticos às comparticipações das creches e jardins-de-infância, visam garantir a equidade no tratamento daqueles que frequentam uma creche ou uma ama, além de que pretendem, com a adequação do valor padrão, eliminar eventuais constrangimentos que atualmente se verificam na manutenção deste serviço.

O aumento previsto no Plano visa ainda garantir as condições para continuar o trabalho desenvolvido no alargamento e diferenciação da rede através de investimentos em três creches, seis creches com jardim-de-infância, dois centros de atividades de tempos livres e dois lares de infância e juventude.

São também estratégias absolutamente prioritárias, a conceção de práticas que estimulem e potenciem a prevenção e proteção das crianças e jovens de toda a Região, para que as condições de conforto e segurança sejam sempre salvaguardadas.

O Governo dos Açores entende, então, que a relevância desta questão impõe a criação de uma estrutura regional de coordenação e apoio ao trabalho das várias comissões de proteção de crianças e jovens.

Ao todo, são 19 equipas a desenvolver trabalho em todo o arquipélago no sentido de assegurar os direitos das nossas crianças.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Empregamos, diariamente, todos os recursos disponíveis no apoio aos Açorianos e Açorianas que vivem com alguma forma de deficiência.

Os portadores de deficiência querem participar na sua comunidade, gozando o máximo de independência, ao mesmo tempo que se sentem valorizados e reconhecidos perante a sociedade.

Também as suas famílias demandam, com toda a legitimidade, soluções que lhes confirmem maior estabilidade e que atendam a preocupações com o futuro daqueles que têm ao seu cuidado.

Nesse sentido, e com uma dotação prevista de cerca de três milhões de euros, o Plano para 2016 passará pela reabilitação dos centros de atividades ocupacionais da Maia e da Associação Seara do Trigo. Permitirá também a instalação do Centro de Apoio à Deficiência, assim como o arranque do projeto do Centro de Paralisia Cerebral.

E este é um trabalho de equipa, apenas tornado possível pelo apoio dos nossos parceiros, incansáveis parceiros, na operacionalização daquela que se pretende que seja uma visão partilhada e uma estratégia conjunta para, de pequenas vitórias em pequenas vitórias, alcançar grandes progressos para a Região.

Tem sido, precisamente, esse o espírito com que a Estrutura de Missão de Acompanhamento ao Financiamento das Respostas Sociais dos Açores tem desenvolvido o seu trabalho. Reunindo individualmente com cada uma das instituições, a EMAFRESA recolheu os seus contributos e respondeu aos seus anseios.

E os resultados estão à vista: ainda no início do ano foi introduzida uma diferenciação nas estruturas residenciais dedicadas à Terceira Idade que foi bem acolhida por todos.

Em 2016, continuará, desta feita, através da análise às respostas sociais dirigidas ao público com necessidades especiais e à Infância.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo dos Açores permanece empenhado em que os idosos e idosas da Região gozem, de pleno direito, a sua reforma, a sua recompensa por décadas de árduo trabalho e diligente poupança.

É à luz desse compromisso que temos vindo a aumentar, todos os anos, o Complemento Regional de Pensão. Ao todo, falamos de um aumento global de quase 10% desde o início da presente legislatura.

Continuaremos, naturalmente, a especializar e a expandir a rede de equipamentos sociais dedicados à Terceira Idade, seja através de novas estruturas em áreas populacionais em crescimento, seja através da requalificação das estruturas existentes.

É com o cuidado destes utentes e com as preocupações das suas famílias em mente que procuramos desenvolver respostas alternativas à institucionalização, apoiando a permanência destes idosos nas suas casas.

Fazemo-lo através da diversificação e alargamento do Serviço de Apoio ao Domicílio e da criação de estruturas especializadas como os Centros de Dia ou de Noite, ambas medidas prioritárias.

Porque o Governo dos Açores sabe que cuidar da família já não significa apenas garantir que os filhos tenham o melhor começo de vida possível. Significa também estar presente, disponível para atender aos pais e aos parentes mais idosos.

E porque a capacitação dos nossos recursos é também um investimento prioritário, 2016 assistirá ao desenvolvimento de um plano formativo para os colaboradores das IPSS: um currículo adequado à exigência e desafios que se colocam diariamente aos dirigentes e profissionais.

Por sabermos que se constituem como um importante aliado das famílias na sua vida em comunidade, o Governo dos Açores prosseguirá com a sua disciplina de apetrechamento de estruturas sociocomunitárias.

Serão, ao todo, cerca de 14 milhões de euros que permitirão a concretização de projetos como as novas instalações para o Centro de Terapia Familiar e para o Instituto de Apoio à Criança, ou ainda o Centro de Acolhimento Temporário para Sem-Abrigo em São Miguel.

É, pois, nesse sentido, que continuamos a trabalhar na proteção daqueles que mais necessitam, sempre que necessitam, procurando apoiar as famílias mais vulneráveis na sua autonomização.

E, nesse sentido, o Governo dos Açores não menospreza a importância de uma casa.

Com um reforço de cerca de 4%, a verba destinada à Habitação e Renovação Urbana ascende a quase 22 milhões de euros que se concretizarão na melhoria das condições habitacionais permanentes das famílias açorianas, assim como no reforço do seu rendimento disponível.

Destaco, naturalmente, as importantes alterações ao Programa Famílias com Futuro, introduzidas em 2015, e que vão permitir um novo período de candidaturas aos beneficiários que tenham atingido os cinco anos de apoio no âmbito do Incentivo ao Arrendamento.

São, portanto, mais de 1.200 famílias que, sendo beneficiárias do apoio, verão renovada a contribuição mensal para a sua renda por mais cinco anos, num investimento superior a dois milhões de euros que permitirá, também, o apoio a mais três centenas de agregados familiares.

Naturalmente, continuaremos a honrar os compromissos assumidos e, portanto, manteremos a disponibilização de recursos significativos para apoiar os municípios nos seus programas de realojamento. São beneficiárias cerca de

1.300 famílias, representando um investimento anual do Governo Regional na ordem dos dois milhões de euros.

E, já que falamos de parcerias, tal como tem sido prática, comprometemo-nos com um trabalho de cooperação com as instituições que nos ajudam a identificar e a resolver as questões habitacionais de maior vulnerabilidade.

Estamos a falar das IPSS e das juntas de freguesia com as quais, no decurso da presente legislatura, celebrámos acordos que nos permitiram melhorar as condições residenciais de mais de 450 famílias.

No que se refere à requalificação urbana e reabilitação habitacional públicas e de privados, serão quase mil as famílias açorianas apoiadas na recuperação de habitação degradada, num investimento público de sete milhões de euros.

Sras. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Orçamento da Região é, para nós, um caminho de oportunidade e foi precisamente com esse espírito que vos apresentei estas medidas.

Porque entendo que é justamente disto que se trata: de garantir aos Açorianos e Açorianas mais desprotegidos uma oportunidade. De começar a sua vida ou de a refazer. De garantir o melhor para a sua família. De cuidar daqueles de quem mais gostam.

Os Açores só avançam quando avançam os Açorianos.

Não se pode criticar sem ter feito. Não se pode falar de solidariedade sem arregaçar as mangas. Não se pode falar de futuro sem construir. E, acima de tudo, não se pode falar de justiça sem igualdade.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: Trabalhando de perto com as nossas comunidades, orgulho-me de poder dizer que mudámos as suas condições de vida e que continuaremos a fazê-lo.

É através dos nossos esforços individuais, através dos nossos empreendimentos conjuntos, que construímos um futuro próspero e unido.

É assim que melhor servimos os Açores e os Açorianos.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Estão agora abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O que acabámos de ouvir foi mais um bonito discurso na área da solidariedade social ...

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Obrigada!

O Orador: Não precisa de me agradecer, Sra. Secretária, os seus discursos são bonitos, aliás faz-me lembrar aquela anedota quando se pergunta: “Oh rapariga por que é que te pintas? É para ficar mais bonita! Então por que é que não ficas?”. É mais ou menos isso os seus discursos em relação à solidariedade social, por que é que pintam esta realidade tão bonita e a realidade teima em não melhorar, nomeadamente esta postura do Governo Regional dos Açores e este balanço que podemos fazer neste ano, neste último ano que entramos de legislatura, neste último Plano e Orçamento, é marcado por um contrassenso e uma contradição.

O contrassenso é daquilo que ouvimos esta manhã, para aquilo que começamos a ouvir no início desta tarde.

Esta manhã ouvimos que os Açores são a Região com melhores finanças do País, a Região onde tudo corre bem em termos orçamentais, em termos financeiros. À tarde ouvimos o forte apoio. A forte aposta nas questões da solidariedade social e eu compreendo, ...

Deputado André Bradford (PS): E qual é a contradição?

O Orador: Há uma contradição Sr. Deputado.

A contradição é que se somos uma Região com tão boa saúde financeira em que se faz uma aposta tão grande na solidariedade social por que é que ao mesmo tempo somos a Região com as maiores desigualdades do País e com os piores indicadores sociais do país inteiro.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Esse contrassenso revela-se nos 52 mil pensionistas com pensões médias da segurança social na ordem dos 300 euros; nos 36 mil beneficiários do abono de família; nos 18 mil açorianos que beneficiam do RSI porque são açorianos em situação de pobreza na nossa Região e convém lembrar que das dez regiões do País, as quatro que estão em primeiro lugar são quatro ilhas dos Açores, a saber: S. Miguel, Terceira, Santa Maria e Graciosa. São as regiões do País com maior incidência do Rendimento Social de Inserção e nas dez primeiras ainda se incluem S. Jorge e o Faial.

Mas também somos a Região onde 70 000 açorianos estão isentos de taxas moderadoras, exclusivamente na saúde, exclusivamente devido à sua condição social.

Portanto, é a Região com maiores desigualdades do País.

A contradição é que depois ao longo destes quatro anos de Governo liderado pelo Dr. Vasco Cordeiro, ao longo destes três anos e a entrar para o quarto ano,

o que encontramos na solidariedade social nomeadamente no ano de 2014 e relativamente ao Plano de 2015, são execuções miseráveis, Sra. Secretária e as execuções miseráveis que temos na área da solidariedade social revelam-se depois neste Plano que nos apresentam em que as ações que estão previstas no Plano, por exemplo, no apoio à infância e juventude em 16 ações, 10 são repetidas; no apoio à família, comunidade e serviços em 10 ações, 7 são repetidas; no apoio aos públicos com necessidades especiais em 6 ações, 3 são repetidas; no apoio aos idosos em 19 ações, 17 são repetidas.

Portanto, isso mesmo é uma consequência das miseráveis execuções que têm existido no campo da solidariedade social.

Isso traz-nos para o campo da credibilidade, da falta de credibilidade deste Plano que a Sra. Secretária acabou de defender e de apresentar.

Vou apenas mostrar-lhe onde é que se situa a sua credibilidade, a deste Governo no que diz respeito à execução do Plano em 2014 para o apoio a públicos com necessidades especiais.

Esta é a realidade da vossa execução, é a realidade da vossa credibilidade.

Aqui está nesta barra cinzenta o que estava previsto executar em 2014 no apoio a públicos com necessidades especiais.

(Neste momento, mostra um gráfico à Câmara)

Esta barra vermelha é a vossa credibilidade, 16,8%.

No que diz respeito à execução até setembro no Plano na solidariedade social, até setembro de 2015, a barra azul era o que estava previsto executar durante este ano. Até setembro os senhores executaram 25%. Como é que este Governo Regional dos Açores vem dizer a esta Casa, em 2015, na apresentação do seu último Plano e Orçamento que faz uma grande aposta no social e tem estas execuções miseráveis.

Na realidade a Sra. Secretária só entrou para este Governo o ano passado e se calhar esqueceu-se de ler isto que está aqui, ...

(Neste momento, mostra um documento à Câmara)

... que é o Programa do Governo, deste Governo Regional 2012/2016 porque se for ler a parte da sociedade, inclusão, formação e desenvolvimento humano, pode assinalar muitas coisas que vão ficar por fazer, muitas coisas que não foram feitas e muitas execuções miseráveis porque nem sequer chegam a ser executadas. Vou dar-lhe dois exemplos, Sra. Secretária, para terminar a minha intervenção.

O primeiro exemplo é este, muito bonito em que os senhores diziam que iam implementar um apoio aos casais que ficassem em casa com as suas crianças até aos três anos, um apoio financeiro. Alguém já ouviu falar disso? Alguém já ouviu falar do apoio financeiro àqueles que ficassem em casa com os seus filhos até aos 3 anos? Está aqui, a medida era criar um programa de incentivo à permanência das crianças até aos 3 anos no meio familiar, através de um incentivo financeiro atribuído aos pais. Certamente a Sra. Secretária não leu isto!

Mas vou dar-lhe outro exemplo e a Sra. Secretária falou deste exemplo na sua intervenção.

Durante os últimos Planos nunca inscreveram o Centro de Paralisia Cerebral dos Açores.

Finalmente este ano é inscrito com uma verba miserável de 350 mil euros.

Deputado Francisco César (PS): Miserável!

O Orador: É mais uma ação que concretamente e isso é dito por aqueles que trabalham nesta realidade, que a construção Centro de Paralisia Cerebral dos Açores era fundamental para colmatar as áreas negligenciadas.

Os senhores vão acabar o vosso mandato, esta legislatura sem executar também esta área entre tantas outras do vosso Plano.

Portanto, terminando Sra. Secretária, quero sugerir-lhe que se despache em 2016 em executar aquilo que se propõe porque se chegar a setembro com uma taxa de execução miserável de 25% já não será a senhora a executar o seu Plano.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social:

É sabido que os sucessivos governos do PS, têm tido uma prática de desresponsabilização dos meios de apoio à infância e idosos transferindo essa responsabilidade direta no essencial para as Misericórdias e para as IPSS.

Já neste mandato, consumou esta política através do novo Código de Ação Social que determinou o novo modelo de financiamento destas instituições, instituições que têm na sua maioria como forma de financiamento integral exatamente o financiamento público.

A realidade é que por esta via o Governo Regional impõe sérias restrições a estas entidades cujas repercussões se fazem sentir desde logo nos trabalhadores e trabalhadoras destas unidades.

O Governo coloca-se com esta política como um fator de pressão para baixar salários, utilizando os trabalhadores deste setor como instrumentos da sua política de contenção salarial.

O exemplo claro, Sra. Secretária, é-nos dado pela situação de educadoras de infância que foram equiparadas ao mais baixo escalão da função pública, é justo que o tenham sido, mas o castigo veio a seguir, não podem progredir nas suas carreiras.

Apesar do brio destes e destas profissionais este mal estar que se vive não tem prejudicado os utentes, mas é bem possível que a continuação desta situação põe em perigo a qualidade dos serviços prestados.

A pergunta que lhe coloco Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social é esta: vai o Governo Regional continuar com esta política ou vai alterá-la?

Os 20% de aumento no orçamento da ação social chegarão para tal ou ainda não são suficientes?

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pois se há matéria que eu acho de que nós nos podemos orgulhar nos Açores é esta: é o investimento que tem sido feito no conforto, no bem estar das pessoas sobretudo daqueles que por razões várias mais necessitam e eu acho extraordinário que venha precisamente da bancada do PSD a expressão “verba miserável”.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Disse execução!

Deputado Francisco César (PS): Verba!

O Orador: Acho extraordinário que isso daí venha quando os Srs. Deputados sabem perfeitamente a forma desumana com que trataram o País nestes últimos quatro anos.

Aliás, só mesmo vindo daí, de um PSD que não sabe nem de onde vem, nem para onde vai, como ficou muito bem desmontado, permitam-me pelo meu colega e amigo André Bradford, que ficou aqui expressa na sua intervenção e de facto a matriz deste Grupo Parlamentar fica também bem espelhada na graçola do Sr. Deputado e eu aproveito para sugerir que talvez uma pinturazinha não vos ficasse mal de todo.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: De resto, e ainda bem que o Sr. Deputado referiu o RSI, ainda bem que o referiu, porque ao contrário do liberalismo radical do Governo PSD/CDS-PP e em particular do Primeiro Ministro, Passos Coelho, que felizmente não deixa saudades ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Mas ganhou as eleições! Essa é que é essa!

O Orador: ... nos Açores não deixamos ninguém à sua sorte, nos Açores vamos até ao limite das nossas competências para apoiar as pessoas e as famílias, seja pelas prestações sociais que os Srs. Deputados sabem muito bem que conhecem um acréscimo para 2016, seja por todas as formas de apoio em situações de precariedade económica.

Quanto às taxas de execução, Sr. Deputado, penso que não seria necessário explicar-lhe porque o Sr. Deputado está até mais habituado a isto que eu, mas as taxas de execução que o Sr. Deputado referiu são até setembro e elas acabam a 31 de janeiro.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não. 2014!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Esta é para 2014!

O Orador: Portanto, creio que não há grande necessidade de explicação para além desta e eu acho que os Srs. Deputados só ganhariam em ficarem contentes com aquilo que de bem feito, é feito nos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Esta é a sua realidade: 2014!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Continuam abertas as inscrições.

Pergunto se há inscrições?

Sra. Secretária Regional tem a palavra

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo: Sr. Deputado Bruto da Costa, a viragem à esquerda fez-me esperar que encontrasse um Deputado Bruto da Costa sem gravata, com um *piercing* na orelha, e eventualmente com algum esforço, umas rastas.

Mas não! Encontrei-o igual a si próprio, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Exatamente!

A Oradora: Sem uma vírgula de alteração em relação ao discurso requeitado, requeitadinho de sempre.

Não há independentes, Sr. Deputado João Bruto da Costa, que o façam mudar de rumo!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Muito bem!

A Oradora: Quem acalentou a esperança de que esta mudança alguma vez acontecesse, o senhor foi a prova viva de que ela nunca acontecerá!

Sr. Deputado, trazer para o debate do Plano e Orçamento de 2016, execuções de 2014, valha-nos Deus!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Exatamente!

Deputada Judite Parreira (PSD): Deviam ter vergonha!

A Oradora: Como diria um ex-ministro do seu Governo, Sr. Deputado João Bruto da Costa, não haverá dúvidas com certeza quanto ao investimento ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A senhora só é responsável por metade!

A Oradora: Sr. Deputado, vamos falar agora de assuntos sérios ...

Deputado Luís Rendeiros (PSD): Estamos a falar de assuntos sérios !

A Oradora: ... o senhor pediu o meu esclarecimento em algumas áreas, a primeira das quais Sr. Deputado, foi o público com necessidades especiais e o Sr. Deputado fez referência ao miserável investimento, ou execução do investimento em 2014.

Eu quero relembrar alguns exemplos, alguns bem próximos de si: a conclusão do CAO na Ilha Graciosa (Santa Cruz) inaugurado ainda este ano; quero lembrara-lhe a conclusão para muito breve do CAO e lar residencial na Praia da Vitória; ou o lar residencial da ACM em Angra do Heroísmo; ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não está em causa o que já fizeram, mas o que não fizeram!

A Oradora: ... ou o lar já concluído nos Valados da Associação Seara do Trigo.

Os seus gráficos não desmentem as minhas afirmações. Tem sido uma das áreas em que o Governo tem mais investido e em que os resultados são visíveis, são visíveis para os cidadãos portadores de deficiência, são visíveis para os pais dos cidadãos portadores de deficiência ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Os documentos da execução não são meus, são vossos!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Muito bem!

A Oradora: ... portanto, não brinquemos com assuntos que são determinantes e sérios para a qualidade de vida da população dos Açores, designadamente dos cidadãos portadores de deficiência e das sua famílias.

Sr. Deputado, há uma questão que para mim é essencial: eu conheço melhor o programa do Governo do que naturalmente conheço o programa ou o livro que

foi publicado na passada sexta feira e conheço-o tão bem ao ponto de saber que o senhor realmente teve dificuldade em encontrar uma ação que não tivesse sido concretizada por este Governo, mas eu recomendo-lhe o exercício inverso, procure aquelas que não estavam previstas no Programa do Governo e que nós concretizamos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Uma delas, Sr. Deputado, que foi por mim aqui trazida a esta tribuna, é verdade que nós fazíamos referência à introdução de descontos nas creches e jardins de infância, mas não era intenção deste Governo quando fez aqui aprovar o Programa do Governo, que esses descontos fossem extensivos às amas. Foi o que acabei de dizer, até ao final do ano serão publicadas condições idênticas na acessibilidade a um serviço que é importante das amas e que vai permitir não só aos pais terem opções com custos idênticos mas naturalmente também a ampliação deste serviço a outras zonas e a outros concelhos da Região.

Sr. Deputado, um assunto que o senhor focou e que me parece determinante e que é importante até para esclarecermos as dotações orçamentais de uma série de outras ações do plano de investimentos.

Focou o Centro de Paralisia Cerebral dos Açores, é realmente uma questão importante, o Governo Regional, como sabem, cedeu um terreno nos Arrifes a esta instituição com vista à construção deste Centro de Paralisia Cerebral; financiou também o projeto com vista à concretização deste investimento.

Entretanto e em paralelo, como consta aliás do plano de investimentos da Região de 2015, concretizamos um apoio a esta mesma associação com vista à reinstalação da sua sede em serviços atualmente existentes, investimento esse que já se encontra em funcionamento, aliás que entrou em funcionamento no decurso deste ano e que se encontra a servir estas crianças e estes jovens.

Foi opção desta instituição dar prioridade ao investimento de reinstalação da sua sede e serviços de ocupação de tempos livres destas crianças e o Governo exatamente porque trabalha em parceria com as instituições resolveu em conformidade com essa prioridade dar essa primazia mas continuamos a trabalhar com esta instituição no sentido da concretização do Centro de Paralisia.

A instituição recebeu em doação um terreno perto da Escola do Castanheiro, propôs ao Governo a alteração da localização dos Arrifes para a zona do Castanheiro e nós entendemos que pela centralidade, pela necessidade que estes jovens têm de acesso a outros recursos na comunidade estamos neste momento a reformular o projeto para adequá-lo a esta nova localização.

Daí que, Sr. Deputado, estamos numa fase em que é nossa vontade e nossa determinação que ainda no decurso do próximo ano seja lançado o procedimento, no início do próximo ano, o que quer dizer que temos investimento para um semestre.

O Governo Regional é Governo Regional dos Açores até ao final do próximo ano e entendemos que esta legislatura termina no final do próximo ano, o que quer dizer que este plano de investimentos contempla os investimentos que se iniciam também a meio do próximo ano, portanto as dotações são as correspondentes às nossas expectativas de execução.

A Sra. Deputada Zuraida Soares, trouxe-nos aqui uma questão concreta relativa às educadoras de infância.

As educadoras de infância, penso que na década de 90, aquelas que se encontram ao serviço das IPSS, reclamaram a sua equiparação à função pública, na altura o Governo, as IPSS e Misericórdias concordaram nessa equiparação, foram equiparadas à função pública.

Essa equiparação com certeza que nessa altura quando as educadoras solicitaram a equiparação não tiveram em linha de conta que poderia aparecer

um Governo a dada altura, ou 20 anos depois que condicionasse os aumentos na função pública. Foi o que aconteceu e elas neste momento veem os seus aumentos condicionados exatamente pelas decisões que foram tomadas pelo Governo da República nos últimos anos mas são equiparadas para efeitos remuneratórios a funcionárias públicas, portanto é o revés da medalha da equiparação.

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas não são funcionárias públicas!

A Oradora: Neste momento o que acontece, mas isto é uma questão jurídica e foi uma questão legal, a equiparação para efeitos remuneratórios à função pública implica que tiveram de facto os seus salários congelados à semelhança de todos os outros funcionários públicos na Região e no País.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo vamos então dar início às intervenções de tribuna.

A primeira é a da Sra. Deputada Renata Coreia Botelho, a quem dou a palavra.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Talvez como nunca, na história recente do mundo, do país e da região, o bem-estar das pessoas, a sua segurança e o seu conforto tenham estado (ou é imperioso que estejam) tão no centro das preocupações de quem governa. Num mundo que enferma das mais letais maleitas – este capitalismo desenfreado a que nos obrigam os mercados e de que ficamos reféns; a calamidade, sem

precedentes, do terrorismo a entrar-nos pelos olhos e pela alma dentro; o drama dos refugiados, a que assistimos, estupefactos e vulneráveis, mas também tomados de horror pela possibilidade de sermos parte de uma Europa onde crescerá a xenofobia, alimentada por uma extrema-direita cega e feroz –, num mundo tantas vezes assolado pela crueza da indiferença, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Culpa da esquerda!

A Oradora: ... viver nestas ilhas continua a ser, de alguma forma (convenhamos), um pequeno/grande privilégio. É obrigatório, contudo, que continuemos a concentrar-nos, sem tréguas, na busca das soluções mais equilibradas para os Açores e para a vida dos açorianos (os que aqui nasceram e os que aqui se fixaram e contribuem para que sejamos esta região plural e inclusiva).

Se precisássemos de uma prova de que estas preocupações têm representado sempre um dos grandes esforços deste Governo Regional, pois bem, este Plano que hoje nos apraz analisar deixa isso bem claro. Deixa claro que, para este Governo Regional, a área social – e, portanto, a melhoria das condições de vida daqueles que, por razões diversas como a precariedade económica, a velhice ou a doença, se encontram em situações mais frágeis – representa uma inequívoca prioridade. Como deixa claro que não só não deixamos ninguém para trás, como tudo faremos para garantir um verdadeiro passo em frente, seguro e consequente, a quem, por motivos vários, se encontra numa caminhada vacilante.

Embora ainda todos sintamos com nitidez os efeitos nefastos a que o fanatismo da austeridade nos votou nestes últimos anos e que os dados mais recentes sobre a pobreza em Portugal demonstram, com os mais frágeis (as crianças, os idosos) a liderarem essas estatísticas angustiantes do empobrecimento, o facto é que as políticas direccionadas para a Solidariedade Social deste Governo Regional socialista conhecem, para 2016, um acréscimo global de cerca de 20%.

Pretende-se, por um lado, que nos Açores esses efeitos sejam, tanto quanto possível, amenizados; e, por outro, há que dar continuidade a investimentos muito consideráveis nos cinco eixos respeitantes a esta área: Apoio à Infância e Juventude; Apoio à Família, Comunidade e Serviços; Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais; Apoio a Idosos; e Igualdade de Oportunidades.

Revela-se fundamental, para 2016, dar continuidade ao trabalho de dotar a Região de uma Rede de Equipamentos, Serviços e Respostas Sociais cada vez mais consistente, mais modernizada e que responda de forma sempre mais ajustada às reais necessidades das pessoas, das famílias e da comunidade. A título de exemplo, percorrendo o arquipélago e os vários eixos, podemos referir a remodelação da creche “O Castelinho” na Horta, a requalificação de Lar de Infância e Juventude na Praia da Vitória, a reabilitação de edifício para Centro de Apoio à Deficiência, a construção de cozinha afeta ao Serviço de Apoio ao Domicílio da Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz da Graciosa, a requalificação do serviço de Apoio ao Domicílio do Corvo e de Santa Cruz das Flores, mas também a prossecução da Rede de Cuidados Continuados dos Açores e um conjunto de apoios a projetos de intervenção social, visando a promoção da inclusão de idosos, de pessoas com deficiência e incapacidade e de minorias sujeitas a discriminações múltiplas.

A par dos investimentos definidos no Plano, importa igualmente garantir que aos açorianos que atravessam maiores dificuldades cheguem apoios que lhes permitam enfrentá-las com segurança e com dignidade, longe das ajudinhas assistencialistas ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ajudinhas assistencialistas!

A Oradora: ... e caritativas tão caras a Passos Coelho e os seus séquitos. É com esta firme convicção que o Governo Regional mantém e fortalece os apoios sociais, quer através do COMPAMID, que tem facilitado aos idosos a aquisição de medicamentos, quer por via do complemento regional de pensão e do

complemento regional ao abono de família – ambos reforçados em 2016 –, quer ainda através do Complemento Especial para o Doente Oncológico.

A extraordinária evolução da Rede Regional de Serviços e Equipamentos Sociais (que julgo que ninguém nesta sala, em consciência, ousará negar) tem sido desenvolvida sempre em estreita parceria com as IPSS's e Misericórdias, num investimento superior a 55 milhões de euros.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Boas medidas!

A Oradora: Em 2016 assistiremos, pois, à prossecução do contributo da Estrutura de Missão de Acompanhamento ao Financiamento das Respostas Sociais dos Açores, EMAFReSA. A equipa concluiu já o trabalho ao nível dos Lares de Idosos e procederá agora a alguns ajustes necessários no âmbito do Serviço de Apoio ao Domicílio, avançando, de seguida, para as estruturas residenciais de apoio aos cidadãos portadores de deficiência – sempre, de modo incessante, com o fito de melhor responder às necessidades dessas instituições e dos seus utentes.

No âmbito da reestruturação do serviço de apoio ao domicílio a idosos e dependentes, impõe-se uma referência ao Programa de Apoio Dirigido ao Cuidador, que visa proporcionar algum alívio ao cuidador informal, prevenindo situações potencialmente graves de desgaste físico e emocional, e dotando-o de estratégias que o auxiliem na sua tão importante tarefa. Portanto, o investimento faz-se na diferenciação das respostas: por um lado, alargando e melhorando a rede de Lares da Região, procurando sempre melhorar a qualidade dos serviços prestados; e, por outro, tudo fazendo para que os idosos possam manter-se nas suas casas e na comunidade a que pertencem, por tanto tempo quanto possível, apoiados e acompanhados com toda a dignidade (eles e quem deles cuida).

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso não é possível! Isso é conversa!

A Oradora: Atente-se apenas, em jeito de exemplo e para ilustrar o que acabo de dizer, no facto de o Governo Regional avançar, em 2016, com a construção

de Centros de Dia em São Miguel, Terceira e Faial e do Centro Intergeracional de Vila Franca do Campo. As respostas disponíveis, portanto, para além de crescerem em número e em capacidade, tendem a especializar-se, colmatando necessidades concretas da nossa população mais envelhecida.

Assistiremos igualmente, em 2016, numa frente diferente, à consolidação dos Polos Locais de Desenvolvimento por toda a Região, que permitem, com o envolvimento das várias instituições locais, a rentabilização das valências sociais existentes e a obtenção de soluções necessariamente mais consentâneas com a realidade local, e direcionadas, em total proximidade, à idiosincrasia dos lugares e dos seus habitantes.

Ao nível da habitação, salientamos o facto de as alterações legislativas recentemente aprovadas nesta Câmara permitirem assegurar que mais famílias serão apoiadas no âmbito do incentivo ao arrendamento. Em toda a política deste sector, pretende-se, grosso modo, persistir no apoio às pessoas e às famílias, com vista à resposta habitacional mais adequada para cada agregado.

Sra. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Todo o ser humano é único. Toda a comunidade é ímpar. A quem legisla e a quem governa compete, por assim dizer, encontrar a regra que melhor responda a cada exceção. Ou seja, encontrar uma via geral de resposta, que derive para a singularidade de cada necessidade. Assim tem sido o trabalho deste Governo Regional em matérias sociais: buscar sempre a solução que mais amplamente acuda às necessidades da população, sem nunca descurar as particularidades dos lugares e das pessoas. O ano de 2016 dará continuidade, aumentando-a e reforçando-a, à prioridade que este Governo Regional tem conferido, pois, à área social. Cresce em termos absolutos, cresce em termos relativos – mas cresce sobretudo naquilo que mais importa: nas soluções de que os açorianos

necessitam, dos mais novos aos mais idosos, dos que se confrontam com a doença aos que enfrentam a precariedade económica.

Dizer-vos que muito já foi feito mas que muito ainda há para fazer parecerá um lugar-comum. E é-o, precisamente, enquanto expressão usada para dizer de uma ideia muitas vezes repetida: porque para este Governo Regional, atento à complexidade humana e à evolução constante das necessidades das pessoas, das família e da comunidade, nunca nada, em matéria de política social, é estanque ou está encerrado. Tudo é um processo, que começa e acaba nas pessoas.

Finalizo, permitam-me, um pouco como comecei: num mundo tão terrivelmente vergado ao medo e à dor, o grande investimento é este: na segurança e no bem-estar de quem aqui vive. O Partido Socialista e este Governo Regional sabem-no bem e irão sempre até ao limite das suas competências para estar à altura dos Açores e dos açorianos.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Sendo assim vamos passar para a última intervenção de tribuna sobre esta matéria.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Parece.

(*) **Deputado Paulo Parece (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A manutenção da atribuição de apoio às famílias e o contributo para a sustentabilidade do setor da construção civil e do imobiliário, tem sido a justificação para que ano após ano o Governo anuncie o reforço de verbas destinadas à habitação.

2016 não é exceção ao obstinar a anunciada maior verba de sempre atribuída a este setor, ou não estivéssemos em ano de eleições.

São cerca de 22 milhões na sua globalidade que representa um aumento de 3,7% relativamente a 2015.

Os dois grandes projetos, promoção de habitação, reabilitação e renovação urbana e o arrendamento social e cooperação veem assim, uma vez mais, aumentadas as suas dotações.

Este é o cenário traçado pelo Governo no que se refere ao apoio social, à habitação, o de promover políticas habitacionais dirigidas ao combate à exclusão social permitindo melhorar as condições habitacionais das famílias, contribuindo ao mesmo tempo para a viabilização de projetos empresariais.

Anunciam-se milhões, diz-se alcançar milhares de famílias, centenas de candidaturas e dezenas de projetos, alimentando assim a máquina de propaganda tão a gosto da prática socialista.

Dito desta forma nos Açores a habitação social é um sucesso, a realidade porém é bem diferente como demostram os números.

Na presente Legislatura a governação socialista destinou nos sucessivos Planos 82 milhões de euros, incluindo 2016.

De 2013 ao terceiro trimestre de 2015, dos 60 milhões planeados apenas se executaram pouco mais de 42.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A política de habitação social nos Açores falhou, falhou nos grandes dois objetivos prioritários para o Governo em matéria de habitação: na recuperação da habitação degradada onde nos dois primeiros anos da Legislatura a média de investimento realizado não foi além de 58%, não cumprindo assim uma efetiva política de apoio na sua recuperação e muito menos respondendo às carências das famílias mais desfavorecidas no que diz respeito à recuperação da suas habitações conforme planeado nem promovendo a economia do setor da construção civil, cuja recuperação tem sido elogiada pelas hostes socialistas nos últimos tempos.

No que se refere ao programa Famílias com Futuro, o investimento real nunca foi além dos cinco milhões quando no Plano para 2016 estão destinados mais de 7 milhões de euros.

Este é o reflexo das más políticas da governação socialista e da incapacidade de gerar riqueza, promover o emprego e criar melhores condições de vida aos açorianos.

A culpa do estado social que se vive hoje nos Açores é da exclusiva responsabilidade dos sucessivos governos há 19 anos no poder.

Os valores da execução de 2015 são bem reveladores da incapacidade que este Governo demonstra em cumprir o que promete: promete-se muito mas cumpre-se pouco ou mesmo como diria um camarada vosso “pouquechino”.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Sr. Deputado André Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A proposta de plano de investimentos para 2016 do Governo Regional dos Açores, agora em discussão nesta Casa apresenta um reforço de 3,8 da dotação orçamental para as áreas das políticas de habitação e renovação urbana com um valor a rondar os 22 milhões de euros, mantendo-se assim nesta área ao longo desta Legislatura, médias de investimento superiores a 20 milhões de euros.

Numa legislatura marcada pela austeridade do Governo da República, pela redução do rendimento disponível das famílias, por via do aumento dos impostos que levou à necessidade de executar medidas de apoio e reforço às famílias e às empresas nos Açores, o PS e o Governo Regional conseguiram manter os valores de investimentos na área da habitação.

O facto das verbas aqui alocadas serem totalmente provenientes de fundos próprios da Região sem nenhum tipo de comparticipação europeia, reforça a importância que o PS atribui às políticas na área da habitação, sendo que estes são importantes instrumentos de coesão territorial de cada uma das nossas nove ilhas e importantes instrumentos de combate à desertificação das nossas freguesias dentro de cada uma das nossas ilhas.

As políticas de habitação são igualmente essenciais, por um lado, para a manutenção e recuperação do setor da construção civil, por outro porque permitem a requalificação e regeneração de muito do nosso património edificado qualificando as nossas estruturas urbanas por toda a Região Autónoma dos Açores.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Está a correr muito bem! Está tudo a cair!

O Orador: Com o Plano de 2016 em matéria de habitação o Governo Regional propõe-se a promover a atribuição de apoios à habitação própria permanente,

manter os apoios às famílias mais desfavorecidas na recuperação e regeneração do parque habitacional particular, alargar o número de beneficiários no âmbito do incentivo ao arrendamento, manter o arrendamento apoiado às famílias inquilinas da Região, continuar o investimento nas operações de reabilitação do parque habitacional social da Região, assegurar a cooperação entre a Região, o IHRU, os municípios, promovendo a integração social e a responsabilização das famílias.

Com o objetivo de melhorar as condições de vida dos açorianos o PS continuará com políticas de habitação que aumentem a justiça social, a equidade social, promovendo a integração social e a autonomização das nossas famílias com a consolidação da qualidade e funcionalidade da estrutura social e urbanística dos meios urbanos e rurais para que as mesmas sirvam todos os açorianos.

Todas estas políticas de habitação são concretizadas porque o PS considera que o direito à habitação é um direito fundamental de todos os açorianos e que todos têm direito para si e para a sua família a uma habitação de dimensão adequada em condições de higiene e conforto.

Termino, Sr. Deputado Paulo Parece, dizendo que os números que nós temos da execução do Plano de 2013, 2014 e de 2015, temos uma taxa de execução de 83,33% que não corresponde à realidade que o senhor indicou dali de cima.

Disse.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver.

Sendo assim vamos encerrar esta matéria sobre a Solidariedade Social e passar para a Saúde.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

Secretário Regional da Saúde (*Luís Cabral*): Sra. Presidente da assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ao longo dos últimos três anos, aplicamos de forma determinada as medidas necessárias para garantir a continuidade da gestão autonómica do nosso serviço de saúde.

Sabíamos que a reestruturação do Serviço Regional de Saúde implicaria a mudança de rotinas cultural e organizacionalmente enraizadas, que já não se coadunavam com um sistema de saúde moderno, transparente e centrado no utente.

Partimos para esse desafio aproveitando oportunidade que os tempos de crise permitem aos processos da mudança, conscientes que seria um caminho tumultuoso que só seria vencido através do diálogo e da persistência.

Abrimos as portas da transparência e da igualdade de tratamento, lutando contra interesses instalados que alguns pretendiam manter. Quebramos as portagens que impediam o livre acesso dos utentes aos nossos hospitais.

Todos os processos de reforma têm um fim. Assim o é, de forma cíclica, há milhares de anos. Executou-se o possível do plano de ação traçado, não com a colaboração desejada, mas com a colaboração possível, pois muitos preferiram não se associar a uma mudança que proclamavam necessária, mas que sabiam que iria ser incómoda.

Mas, mais importante que o modo, é o objetivo, e felizmente podemos hoje garantir que criamos as condições para a sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde, podendo assim mante-lo na esfera da nossa autonomia administrativa. Entramos agora na reta final daquela que alguns consideravam uma governação medíocre da pasta de saúde.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E foi!

O Orador: Para esses críticos relembro, em primeiro lugar, que até ao lavar dos cestos é vindima. Em segundo lugar, que o bom vinho só se revela à abertura da garrafa, às vezes anos mais tarde.

Os dados estatísticos são, nessa matéria, muito claros. Em 2012, eram realizadas 329.253 consultas médicas nos nossos centros de saúde. Até outubro deste ano foram realizadas 336.147 consultas.

Com cerca de 30.000 consultas por mês, conseguimos um crescimento de 20% ao longo da legislatura.

Em 2012, tínhamos 151 médicos de família. Hoje temos 165 especialistas de Medicina Geral e Familiar na Região, o que significa que mais 26.500 Açorianos tiveram acesso a médico de família. Destaco que, numa situação de continuidade geográfica e com listas de 1.900 utentes, esse número de médicos daria a cobertura a 313.500 utentes.

Em 2012, eram realizadas 253.529 consultas nos hospitais.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já têm bolor!

O Orador: No primeiro semestre de 2015 foram realizadas 154.551 consultas, ou seja, um crescimento de 22% em relação a 2012, garantindo assim uma redução significativa das listas de espera.

Até outubro deste ano, e de acordo com os dados estatísticos que publicamos mensalmente, já foram operados 7.813 Açorianos. Se fizermos uma previsão até ao final do ano, contamos operar em 2015 cerca de 9.400 utentes, ou seja, mais utentes que os que temos em lista de espera. Só no Hospital do Divino Espírito

Santo foram operados mais 600 doentes desde o início do ano, o que representa 14% dos doentes operados.

Se a saúde dos Açorianos estivesse assim tão mal como alguns querem fazer parecer, os atendimentos urgentes deviam ter aumentado. Pelo contrário, assistiu-se a uma diminuição de 3% nas urgências hospitalares e 18% nos serviços de atendimento permanente ao longo desta legislatura.

Entramos, por isso, nesta derradeira fase com a consciência de que fizemos tudo o que estava ao nosso alcance para garantir a manutenção de um dos serviços sociais mais importantes de um governo, criando ao mesmo tempo as bases necessárias para que o sistema de saúde possa agora mostrar todo o seu potencial.

Teria sido mais fácil criar apenas os resultados e estes até poderiam ser melhores. Preferimos criar as condições para que esses resultados apareçam de forma sustentada. Será talvez, por isso, importante revisitar alguns dos pontos da reforma do Sistema Regional de Saúde e perceber o verdadeiro impacto que tiveram no sistema e na vida dos Açorianos.

Deputado Graça Silveira (CDS-PP): Sim! Teve um impacto!

O Orador: Os reembolsos das despesas privadas de saúde era praticamente a regra de acessibilidade a alguns cuidados médicos. Hoje é utilizado por opção, estando o sistema público a dar uma melhor resposta, quer interna, quer convencionada. Da análise já efetuada à comparticipação de alguns itens, como é o caso das fraldas, o novo modelo garante a 99% dos utentes o apoio necessário. Cá estamos, como sempre estivemos, para apoiar esse 1% da população através de medidas sociais complementares.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Anteriormente, os Açorianos pagavam os seus tratamentos crónicos e posteriormente iam receber o reembolso. Hoje têm acesso a uma rede de mais

de 50 convencionados, onde têm acesso aos tratamentos nas mesmas condições que teriam no sistema público.

No anterior modelo de deslocação de especialistas os gastos estavam concentrados em apenas algumas especialidades, num modelo autoalimentado com pouca interação com os médicos de família. Hoje temos um modelo que dá resposta em 15 especialidades, que devolve a gestão do utente aos especialistas em Medicina Geral e Familiar e que disponibiliza às ilhas sem hospital médicos do Serviço Regional de Saúde, Serviço Nacional de Saúde ou convencionados, em consulta presencial ou por telemedicina.

Com a anterior portaria de deslocação de doentes, um utente do escalão mais baixo que tinha de ficar fora da sua ilha por um mês recebia 1.455€ de apoio. Com a nova portaria recebe 1.960€, mais 300 euros para despesas de transporte.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E um cidadão da classe média?

O Orador: Estamos a falar de um aumento de 805€, sem prejuízo do utente continuar a receber o seu subsídio de doença.

Dando ao utente a liberdade de gerir o apoio que lhe é concedido, estamos conscientes que melhorámos claramente o sistema, investindo onde é importante investir e não com uma política de cortes em todas as áreas da saúde, como insistentemente se quis passar.

Em todas estas alterações procurou-se introduzir justiça social nestas medidas que são isso mesmo, um apoio social. A comparticipação passou a ser efetuada de acordo com o rendimento ‘per capita’ das famílias, recebendo mais, quem mais dificuldades tem.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é ilegal!

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Exatamente!

O Orador: Estamos mais transparentes na gestão das listas de espera cirúrgicas. Anteriormente apenas eram publicados os números das listas de

espera superiores a 18 meses. Hoje são publicados todos os números, desde o momento em que é feita a proposta cirúrgica, bem como os tempos que os utentes efetivamente esperam para serem operados.

Em vez de unidades de saúde familiar teremos núcleos de saúde familiar, de acordo com a divisão administrativa das nossas ilhas, em proximidade com a população, um modelo sustentável, enquadrado na administração pública, que permitirá atribuir um médico, um enfermeiro e um administrativo a todos os Açorianos.

Hoje, após três anos de efetivas mudanças, e em função dos resultados alcançados, para os quais contribuíram os reforços orçamentais ao longo desta legislatura, além da melhor gestão implementada pelos conselhos de administração e dos resultados positivos dos processos de compras centralizadas, estamos em condições de poder dar respostas adicionais em diversas áreas.

É nossa visão que o investimento em infraestruturas é um investimento efetivo e reprodutivo no Serviço Regional de Saúde. Nenhum enfermeiro pode aplicar os seus conhecimentos, a sua diferenciação, se as condições físicas da sua unidade de saúde não o permitirem.

Investir em melhores salas, em melhores edifícios é não só garantir as condições para a qualificação profissional e conforto do utente, como garantir a segurança do doente, principalmente a biossegurança de toda uma sociedade.

Neste sentido, para a prossecução das melhores práticas de prestação de cuidados de saúde e de forma também a dar resposta aos procedimentos e normas de higiene exigidos, iremos continuar a apostar na reestruturação das Unidades de Saúde e disponibilizar aos profissionais os melhores meios e recursos técnicos, não só ao nível das infraestruturas, mas também ao nível dos equipamentos.

Seguindo o documento orientador do Governo nesta matéria, a Carta Regional de Obras Públicas, iremos melhorar o parque sanitário da Região e beneficiar, recuperar e habilitar as atuais infraestruturas disponíveis, bem como dotar as unidades de saúde das condições e recursos necessários à descentralização dos cuidados de saúde primários através dos núcleos de saúde familiar.

Começando pelos hospitais, destacam-se as empreitadas a realizar no Hospital da Horta, que permitirão, designadamente, a remodelação da urgência, execução da Unidade de Cuidados Intermédios e a ampliação do Serviço de Diálise.

No Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada dar-se-á início às empreitadas de remodelação do Serviço de Urgência, uma medida que visa a reorganização daquele serviço, reaproveitando o espaço já existente e tornando-o mais funcional para profissionais de saúde, utentes e, principalmente, para os seus acompanhantes.

Dando continuidade ao ciclo de beneficiações, reabilitações e remodelações funcionais das diferentes unidades de saúde, serão iniciadas as empreitadas de beneficiação e remodelação dos centros de saúde da Calheta e das Velas, na ilha de S. Jorge, das Lajes do Pico, de Santa Cruz das Flores e de Angra do Heroísmo, esta última ainda este ano.

De forma a albergar os internos que terminam em 2016 a sua formação, serão efetuadas obras de remodelação e ampliação do centro de saúde básico de Rabo de Peixe, criando assim condições para o funcionamento de mais um núcleo de saúde familiar.

Para estes projetos de ampliação, remodelação e beneficiação de infraestruturas, estão previstos cerca de 7,5 milhões de euros.

O investimento em equipamentos, área onde a central de compras tem demonstrado ser uma enorme mais valia, continuará a ser realizado de acordo

com os estudos de relação custo-benefício, numa ótica de complementaridade entre as unidades da Região sempre que for possível.

Do investimento previsto de 1,6 milhões de euros, destaca-se o apetrechamento do novo Centro de Saúde de Ponta Delgada, assim como a aquisição de uma ressonância magnética para o Hospital de Ponta Delgada.

Para 2016, acentuam-se ainda os apoios e acordos da saúde em áreas relevantes, destacando-se aqui o protocolo referente à implementação da Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados, assente num modelo integrado de prestação de cuidados de saúde e apoio social que visa a contratualização com parceiros sociais das camas onde não temos ainda capacidade de resposta.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É de fugir ao ouvir estas barbaridades!

O Orador: O Vale Saúde será reforçado significativamente, principalmente agora que temos dados mais concretos sobre as reais necessidades dos Açorianos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual é agora! É o SONHO?

O Orador: O critério para a sua atribuição será de acordo com os tempos máximos de resposta garantidos, acudindo principalmente as situações em que não há uma evolução positiva desse indicador de lista de espera cirúrgica.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como não poderia deixar de ser, prosseguimos com a implementação e monitorização das ações previstas no Plano Regional de Saúde, onde estão previstas estratégias regionais de Combate às Doenças Crónicas, de Combate às Doenças Cérebro Cardiovasculares e às Doenças Oncológicas, numa verba que totaliza 195 mil euros.

Queria destacar que uma parte substancialmente elevada, cerca de 100.000€, destina-se ao projeto Rastreio da Retinopatia Diabética, estando previsto que em 2016 seja realizado em todas as ilhas do arquipélago.

Pretende-se paralelamente dar continuidade às ações que têm vindo a ser desenvolvidas, de renovação e ampliação do parque tecnológico da saúde, mantendo um elevado nível de investimento nas infraestruturas informáticas e de comunicação, que se considera ser igualmente estruturante para o Serviço Regional da Saúde.

Com o melhoramento do software de gestão a nível clínico, bem como através da aquisição de hardware para substituir equipamento já desatualizado, será possível melhorar a capacidade de resposta em todas as unidades de saúde da Região.

O investimento nesta área tem um impacto muito direto na perceção que os utentes têm do seu sistema de saúde, pois cada minuto menos que os profissionais têm de utilizar na interação com os sistemas de informação é mais um minuto disponível para dedicar ao utente.

De todos os projetos informáticos gostaria de destacar o RIS (sistema de informação centralizado de radiologia). Na sequência dos investimentos que estão a ser implementados em 2015, com este investimento em 2016, ficará encerrado um grande projeto de legislatura e que irá contribuir significativamente para a sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde - a partilha dos exames médicos por todo o SRS. Algo que foi um sonho ao longo de anos ficará finalmente terminado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Depois vai o SONHO para o Hospital de Angra?

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No que diz respeito ao Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, iremos dar seguimento, de forma criteriosa e rigorosa, aos investimentos efetuados ao longo dos últimos anos com vista a manter e

expandir a capacidade operacional do Serviço e das 17 corporações de bombeiros da Região.

Continuamos, por isso, o investimento em equipamentos e comunicações, o maior esforço financeiro nesta área, correspondente a cerca de um milhão de euros, destinado não só à manutenção e aquisição de ambulâncias de socorro e de viaturas de suporte imediato de vida devidamente equipadas, como também à conclusão da implementação da nova Rede de Comunicações da Proteção Civil, que irá permitir um maior suporte no apoio à coordenação, despacho e reporte, aumentando a redundância e a abrangência da anterior rede.

Em termos de infraestruturas, vai ser possível lançar, em 2016, a construção dos quartéis de bombeiros da Povoação e da ilha do Faial, assim como a beneficiação e reparação de quartéis das Associações Humanitárias de Bombeiros de Santa Cruz das Flores, de Santa Maria, das Lajes do Pico e do Nordeste, neste permanente desígnio de dar as melhores condições de trabalho aos bombeiros.

Está prevista também a dotação do Centro de Formação de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores com os módulos necessários à implementação da formação dos bombeiros e a manutenção das infraestruturas existentes.

Neste âmbito, talvez seja importante destacar os números que atingimos nesta legislatura. Em 2012, foram realizadas 112 ações de formação. Em 2015, até este mês, já foram efetuadas 176 ações, ou seja, um aumento de 57%

Pretende-se ainda expandir a linha telefónica de triagem e aconselhamento para a população - Linha Saúde Açores -, levando em conta a orientação da comunidade europeia para a criação de mecanismos de E-saúde, bem como a melhoria da formação do pessoal afeto à SIV e a todos os profissionais do SRPCBA, corpos de bombeiros e à própria população em geral.

Este serviço, que se iniciou em 2012, tem hoje uma elevada reputação junto da população, sendo claro os seus níveis de satisfação, através dos quase 1.000 inquéritos de acompanhamento já realizados.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Temos ainda mais investimento na saúde para além do previsto no Plano entregue nesta Assembleia. Um investimento que, porventura, será um dos mais importantes quer para os Açorianos, quer para o Serviço Regional de Saúde.

Um investimento que confirma o bom caminho que percorremos nos últimos três anos. Um investimento que só é possível porque ganhamos novamente a confiança dos nossos parceiros.

O XI Governo dos Açores encerrou dois processos que se arrastaram ao longo do tempo e que irão permitir inovar e trazer para os Açores as formas mais atuais de diagnosticar e tratar em oncologia.

Hoje podemos constatar que a unidade de Medicina Nuclear é já uma realidade e que a clínica de Radiooncologia em São Miguel iniciará a sua atividade em janeiro.

A sustentabilidade financeira permitirá também, em 2016, implementar a Rede Regional de Cuidados Continuados em Saúde Mental, reforma já há muito necessária nesta área e que irá permitir trazer o tratamento desta patologia para a sociedade, criando condições para diminuir o internamento e aumentar a resposta em ambulatório.

Como podem ver criar sustentabilidade no Serviço Regional de Saúde é também garantir a sua evolução. Enquanto muitos criticavam, fomos fazendo o nosso caminho de uma forma serena e decidida. Se tivéssemos sucumbido às lamúrias e ao medo da mudança, o Serviço Regional de Saúde provavelmente já não seria nosso, nem estaríamos tão orgulhosos dele como estamos hoje.

Muito ainda falta fazer, principalmente na qualidade do atendimento não clínico das nossas unidades de saúde. No que respeita à satisfação dos cidadãos em relação à prestação de cuidados de saúde, segundo os dados do Inquérito Regional de Saúde, 70% dos Açorianos está satisfeito com o seu sistema de saúde.

Infelizmente, cerca de um quarto da população residente na Região Autónoma dos Açores considera-se pouco ou nada satisfeito com a prestação de cuidados no Serviço Regional de Saúde.

Por isso, com a mesma determinação que lutamos nos últimos três anos pela sobrevivência do nosso sistema, tudo iremos fazer para que cada um dos nossos profissionais dedique toda a atenção que os nossos utentes merecem e sejam capazes de ir ao encontro das expectativas da população que servem.

“Não foram os doentes que nos escolheram, fomos nós que decidimos tratar deles. Façamo-lo por isso com toda a competência.” Será assim o novo mote do nosso Sistema Regional de Saúde.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão agora abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Cabral.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Temos de conversar. O que estava combinado era a inscrição após a intervenção.

(*) **Deputado Ricardo Cabral (PS):** Exmo. Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Exmas. Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este Plano e Orçamento para 2016 vem reforçar o investimento, vem sublinhar a atenção especial que o Governo Regional dos Açores tem para a área da saúde. Sendo uma prioridade de todos os governos do PS, esta área é uma área prioritária em todos os governos do PS.

No investimento preconizado para esta área, são alocados cerca de 369 milhões de euros, sendo na despesa 331 milhões de euros e no investimento 37 milhões de euros.

É realmente um investimento que perfaz 27.8 da globalidade da despesa de todo o Governo Regional dos Açores. É um sinal de prioridade, é um sinal de preocupação e é um sinal forte das políticas do PS, do Governo Regional dos Açores.

Na beneficiação das infraestruturas estão preconizados vários trabalhos no Centro de Oncologia nos três hospitais da Região, em vários centros de saúde da Região como: Angra, Praia, Santa Cruz das Flores, Lajes do Pico, Calheta e Velas.

São todos melhoramentos que vão traduzir numa melhoria da prestação de serviços à nossa comunidade.

Temos que referir o sublinhar o Centro de Saúde Ponta Delgada que dentro de poucos meses vai estar em funcionamento, que vai ser uma grande mais valia, como já é o Centro de Saúde da Madalena do Pico. São obras de grande envergadura que realmente a prestação dos cuidados e os recursos humanos lá alocados vão traduzir em ganhos em saúde e na melhoria da saúde da Região.

Queria sublinhar também uma atenção para o diagnóstico com o investimento na ressonância magnética para o Hospital de Ponta Delgada que vai melhorar muito o diagnóstico dos nossos doentes evitando deslocações e os doentes ao serem diagnosticados e bem diagnosticados na Região Autónoma, vai traduzir-se numa qualidade de trabalho por parte dos serviços da saúde.

Outra área que é necessário sublinhar é a rede dos cuidados continuados e paliativos. Há um aumento de 20% no investimento agora feito pelo Governo Regional dos Açores, que vai traduzir-se numa beneficiação dos doentes já com uma certa idade e com muita necessidade para os seus tratamentos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Cuidados continuados não é para idosos!

O Orador: Queria sublinhar o inquérito de satisfação que o Sr. Secretário acabou de nos dizer que mais de 70% considera o Serviço Regional de Saúde como bom e muito bom.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Assistencialismo! É próprio de uma sociedade medieval!

O Orador: Isto é um sinal de que o trabalho que tem sido feito ao longo desses anos, tem sido muito positivo e certamente que os açorianos vão refletir e sabem que este trabalho que tem sido feito é compensador para todos nós.

As políticas do PS que suporta o Governo Regional e as políticas do Governo Regional têm sempre um cariz de justiça social. A Portaria dos reembolsos valoriza as pessoas mais carenciadas, as pessoas mais frágeis e as pessoas com mais carência económica.

Esta é uma atenção que nem todos têm e as políticas do PS ao longo desses últimos anos (últimos não, 17 anos) têm tido uma direção para essas pessoas, essa franja da população que merece ser tratada com a mesma qualidade, com a mesma segurança de todos nós.

Essa justiça social implementada nas orientações políticas é de sublinhar e nós não podemos afastar-nos nunca delas e nós temos seguido sempre este rumo e é o rumo certo que os açorianos sabem e fazem crer nas sucessivas eleições para esse Governo Regional.

Deputado Luís Maurício (PSD): Fazem as perguntinhas acertadinhas! Mas eu vou perguntar!

O Orador: Queria também dizer que durante estes últimos anos foi feita uma reestruturação na saúde necessária, inevitável com a Secretaria Regional da Saúde e o Governo Regional dos Açores, conseguindo-se melhorar os procedimentos na saúde que já se está a traduzir em ganhos em saúde consideráveis e consistentes.

Queria também sublinhar que o Governo Regional dos Açores não esquece as necessidades que nós temos e a necessidade de fixar profissionais de saúde, médicos, sobretudo de clínica geral e familiar e com especialidade nos hospitais, é sempre uma preocupação porque não é fácil fixar. Neste Orçamento há aqui uma verba para tentar aproximar esses recursos humanos para a Região para poder tratar melhor e cada vez mais, mais açorianos.

Outra coisa que queria sublinhar que o Sr. Secretário acabou de nos dar a informação em relação à deslocação de doentes, é importante haver uma verba específica para esta preocupação porque nós vivemos em 9 ilhas e nem todos os tratamentos são feitos aqui na Região ainda e todo o esforço é feito para que cada vez mais tratamentos sejam feitos aqui, como a radioterapia dentro de pouco tempo, mas esse esforço é um sinal de preocupação.

Queria sublinhar aqui um número que é muito importante os açorianos saberem que numa deslocação de um doente durante um mês, recebe 2 260 euros por mês para fazer a sua deslocação com dignidade e com consistência para resolver.

(Aparte inaudível do Deputado Luís Maurício)

O Orador: Não é o escalão A!

É assim: no escalão B, 2 034; no escalão C, 1 800; no escalão D, 1 500, no escalão E, 1 300.

Queria também sublinhar que com esta Portaria, 80% dos doentes deslocados levam acompanhante. Isto é importante, dar também comodidade e acompanhamento aos doentes que necessitam.

Por último, também queria chamar a atenção para a atenção especial que o Governo Regional dos Açores tem tido para os equipamentos de informática das infraestruturas tecnológicas.

O futuro passa por aí. Esta atenção que o Governo Regional tem tido é uma atenção inteligente, bem direcionada porque a comunicação e a rapidez de comunicação é importante que aconteça e que a gente acompanhe todo o progresso nesta área, é exemplo um milhão e setecentos mil para o sistema de informação de radiologia. A circulação de informação vai acontecer e a melhoria vai acontecer.

O Governo Regional sabe o que faz, sabe o que fez e os açorianos sabem o que podemos fazer e o Governo Regional suportado pelo PS pode fazer para melhorar a saúde dos açorianos.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Passado mais um ano e findos três desta governação socialista continuamos na mesma no que diz respeito à cobertura da população em cuidados primários e por conseguinte falhou o objetivo político por si definido, Sr. Secretário Regional, de que os açorianos em 2016 teriam todos médico de família. Foi V.

Exa. que o afirmou. Chegados a este momento, 67 mil açorianos continuam sem médico de família.

Em segundo lugar chegamos hoje a esta discussão com o problema das listas de espera cirúrgicas por resolver.

Em outubro de 2015, naquilo que são os dados oficiais publicados no site da Direção Regional de Saúde, encontram-se inscritos para cirurgia, 9 422 açorianos, dos quais 7 532 no Hospital de Ponta Delgada.

Ao fim, com médias e medianas que os seus serviços atribuíram e que estão absolutamente descredibilizadas pela mudança e contra mudança que V. Exa. fez publicar porque na verdade e quem é responsável não poderia nunca acreditar que um doente oncológico estivesse à espera 233 dias por uma cirurgia, mas foi V. Exa. que o publicou com a desculpa inalienável que isso se teria devido a um erro de transcrição de uma folha *excel* para a versão PDF, o que é absolutamente ridículo e que descredibiliza em tudo o que aqui está escrito sobre médias e medianas de doentes em espera porque na verdade estão aqui doentes classificados como doentes com prioridade normal, quando o foram com prioridade, passe o pleonasma, prioritário.

Portanto, essas médias e medianas que aqui estão, estão absolutamente enviesadas e não correspondem à verdade.

Mas vamos àquilo que é essencial.

Sr. Secretário, o senhor recorda-se bem ao longo das várias discussões neste Parlamento, defendemos sempre que a racionalização das estruturas físicas hospitalares se tinha esgotado e que não era mais possível operar em tempo normal de serviço.

Fomos combatidos nessa ideia por várias intervenções neste Parlamento, do Sr. Deputado Ricardo Viveiros Cabral, do Sr. Deputado José Carlos San-Bento ...

Deputado José San-Bento (PS): Sim senhor!

O Orador: ... do Sr. Deputado Domingos Cunha, do próprio Sr. Secretário Regional e eis não quando que ao fim de dois anos V. Exa. faz publicar um despacho dizendo que afinal há uma produção cirúrgica acrescida fora do horário normal de trabalho.

É só nisso que a nossa proposta e a vossa coincidem e é só nisso que os senhores vêm atrás de nós, é que ao fim de dois anos finalmente reconhecem que não é possível produzir mais em tempo normal de trabalho.

Mas, oh Sr. Secretário eu queria que o senhor esclarecesse este Parlamento não acerca de apenas e só o número de doentes que no total se encontram inscritos nos três hospitais, na realidade a informação transparente aqui está, mas eu queria que V. Exa. esclarecesse este Parlamento do tempo em que estes doentes se encontram à espera ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! É isso!

O Orador: ... porque esta informação não consta do vosso conceito de transparência que aqui está nesses mapas. Na verdade há doentes há espera desde 2010.

Portanto, queria que V. Exa. me informasse, a mim e aos Srs. Deputados, por favor, há quanto tempo estão esses doentes em espera?

Em segundo lugar, Sr. Secretário Regional queria mais uma vez reafirmar, que passados três anos da sua governação é falso que os senhores tenham aumentado as ajudas ao doente deslocado e é possível comparar os dados com a legislação anterior com a atual.

O senhor bem sabe que a legislação anterior para um doente que se deslocava por um período inferior a 30 dias, ele, doente, e o acompanhante tinham um valor diário de 26 euros e 51 cêntimos de ajuda o que perfazia 53 euros.

Se tivessem baixa condição económica, que é aquilo que os senhores agora consideram, tinham um suplemento diário à deslocação de 10 euros, 63 euros.

Por esta portaria os mais desprotegidos aumentaria assim 2 euros e 33 cêntimos por dia de ajuda à sua deslocação.

Só que isso é falso, Sr. Secretário!

O senhor considera que o doente deslocado se faz por si só e se o senhor mais uma vez consultar os relatórios de contas dos hospitais verifica que em 2014, em Ponta Delgada, 74% dos doentes se fizeram acompanhar de um acompanhante e 13% dos doentes se fizeram acompanhar de dois acompanhantes.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aí é que está!

O Orador: Se o senhor ler o relatório de contas do hospital de Angra e do Hospital da Horta chega às mesmas conclusões com diferenças percentuais de 6 a 8%. O que é que isso significa, Sr. Secretário? É que o doente deslocado não é o doente singular, é o doente e é o seu acompanhante, razão pela qual o senhor em vez de aumentar o apoio, diminuiu o apoio porque fez diminuir o apoio que dava diariamente ao acompanhante que acompanhava o doente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Em segundo lugar, Sr. Secretário, o senhor não apoiou mais uma vez os doentes deslocados porque até à Portaria que vigorava desde 2010 o senhor pagava os transportes terrestres na totalidade aos doentes e agora o senhor apoia os mais necessitados, àquilo que o senhor considera os pobrezinhos deslocados, o máximo de 10 euros por dia nos transportes.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É a austeridade!

Deputado Luís Garcia (PSD): A austeridade cega!

O Orador: Ora um doente oncológico que se desloque a Lisboa para fazer radioterapia gasta para cada um dos lados em média 15 euros de transporte ou em situação inter-ilhas.

Ora 15 mais 15, são 30. O senhor tirou a esse doente 20 euros em cada dia de apoio.

Portanto, é falso que os senhores estejam a melhorar o apoio aos doentes deslocados.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Aquilo que o senhor e o seu Governo têm feito ao longo desse tempo é uma verdadeira publicidade enganosa relativamente a essa matéria.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Finalmente, Sr. Secretário, queria que me esclarecesse quais são as diferenças entre um núcleo de saúde familiar e uma unidade de saúde familiar.

O senhor tem procurado mimetizar os dois conceitos e eles não têm nada, mas nada a ver uma coisa com a outra.

Um núcleo de saúde familiar constituído por uma tríada de médico, enfermeiro e administrativo, não aumenta a cobertura da população: quem tinha médico continuará a ter; quem não tinha médico continuará a não ter.

As unidades de saúde familiar não são isso, Sr. Secretário! Seja politicamente honesto! É esta a minha oportunidade de lhe dizer. As unidades de saúde familiares aumentam a cobertura da população em cuidados primários e isso é muito importante como o senhor sabe, o senhor é profissional de saúde, fazendo

prevenção, evitando que os doentes vão aos nossos hospitais faz com que os cuidados de saúde sejam mais baratos.

Portanto, agradecia Sr. Secretário, que me tipificasse a diferença entre um núcleo de saúde familiar e uma unidade de saúde familiar.

Por outro lado, Sr. Secretário, uma última questão, deslocação de especialistas.

V. Exa. na comunicação social quando deu conhecimento que iria publicar a Portaria que modificava a deslocação de especialistas dos nossos hospitais aos centros de saúde disse que visava aumentar a transparência dessas mesmas deslocações.

Foi tão intensa a sua intenção de transparência que o senhor quase aboliu a deslocação de especialistas a essas ilhas.

O que o senhor verifica, se quiser politicamente ser honesto, lendo os relatórios de atividades dos hospitais de 2014, situação que se agravará em 2015, digo-lhe para o Hospital de Ponta Delgada em 2014 aumentou o número de doentes deslocados, 7,4%; para o Hospital da Horta, vindo das Flores e do Corvo aumentou o número de doentes deslocados, 16,1%; para o Hospital de Angra do Heroísmo aumentou o número de doentes deslocados, 12%.

Portanto, Sr. Secretário que política é esta? Que gestão é esta? É mais barato fazer deslocar o especialista à ilha onde o doente se encontra ou é mais barato fazê-lo deslocar do seu meio para um hospital distante? Responda-me a essa pergunta, Sr. Secretário!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Saúde, em primeiro lugar queria aqui registar que a sua atuação nessa matéria tem sido por camuflar números e fazer com que não se perceba bem o que se passa na saúde e a última que o senhor fez foi exatamente com as listas de espera de maneira que só o senhor e o seu Governo tenham conhecimento daquilo que se passa, transformando aquilo que era uma informação clara e objetiva, ou seja sabendo há quanto tempo um doente estava em lista de espera, o senhor acabou com isto nesta informação e neste sistema novo que agora fez, não cumprindo com aquilo que está no Decreto Legislativo Regional e faz um despacho pondo para aqui uma coisa que ainda por cima é errada, ou ninguém a percebe, ou é só para o senhor perceber e o seu *staff*, porque há doentes inscritos desde 2010, vergonhosamente inscritos e que a gente já não sabe se o senhor acabou com eles, aliás, têm sido políticas do PS acabar com a informação transparente em saúde...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... para que nós não percebamos aquilo que se passa nomeadamente nas listas de espera que são uma vergonha nacional, que deveria envergonhar qualquer um e que deveria envergonhar sobretudo esse Governo que se diz socialista.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Sr. Secretário, quando o senhor apresente neste seu sistema que o senhor tem para aqui neste arrazoado, neste amontoado de números, quando um doente no Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, em ortopedia, um doente prioritário, tem uma lista de espera de 1 077 (eu presumo que isso são dias, o senhor nem diz isto o que é, põe isto para aqui e eu que deduza o que é que é, presumo que são dias), um doente prioritário espera 1 077 dias, mas um doente normal espera 28.

Deputado Luís Maurício (PSD): Está tudo mal especificado!

O Orador: Portanto, explique-me lá qual é a diferença. Por que é que um doente normal espera 28 dias e um prioritário espera 1 077 dias, ou isto são horas, Sr. Secretário?

Portanto, o senhor não ponha os critérios que torna isto opaco, de propósito para nós não percebermos o que se passa.

Tenha o sistema anterior, portanto a média e a mediana que os senhores tanto criticaram aqui que eu disse que era o que se devia usar e que o Sr. Deputado Ricardo Cabral e o Sr. Deputado Rogério Veiros, daquela bancada, aqui criticaram que não era médias, nem medianas que se devia usar, Sr. Secretário, o senhor está a usar médias e medianas, erradas! Use as certas! Use a matemática como deve ser e a estatística como deve ser e torne transparente o sistema para não enganar este Parlamento e muito menos os açorianos, Sr. Secretário.

Isto que está aqui é absolutamente vergonhoso!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Depois Sr. Secretário, vem o senhor falar de médicos de família. Onde é que eles estão? O senhor mais uma vez, a sua política tem sido subverter aquilo que de bom os velhos governos socialistas tinham feito e tinham aprovado, nomeadamente a política de fixação de médicos de família que o senhor alterou, para agora voltar à velha política da fixação do mercenário que vem cá por 4 ou 5 anos e depois vai-se embora.

As bolsas para a medicina geral e familiar que o senhor acaba.

Mais, Sr. Secretário, a boa medida da deslocação de especialistas às ilhas que era uma boa medida que funcionou durante quase uma década dos velhos governos socialistas, o senhor acaba com ela e agora contrata mercenários para virem a 40 e 50 euros à hora, às ilhas, fazer a deslocação. Mas há uma diferença. Como dizia o Sr. Vice-Presidente os açorianos não são números, são

gente Sr. Secretário! Têm que ser tratados como gente e não hoje vem um médico A, amanhã vem o B e depois vem o C! Tem que ser seguidos pelos médicos da unidade de saúde da Região que tem deslocação programada. Sabe como é que se fazia no início? Em janeiro era feito na especialidade “X” um programa de deslocação à unidade de saúde “Y” e era o mesmo médico que lá ia, Sr. Secretário, que tinha os seus doentes, que os seguia.

Hoje em dia, Sr. Secretário, o senhor não tem isso!

Hoje em dia tem mercenários contratados para virem fazer os pensos rápidos e os doentes que são muitas vezes operados nos hospitais de Ponta Delgada, da Horta e de Angra não são seguidos depois, nem sequer vem a essa consulta mas o que aconteceu como já foi aqui dito é que aumentou o número de deslocações. Depois, Sr. Secretário, vem com os tempos de espera, mas há um tempo de espera que o senhor não conta aqui, é o tempo de espera que o doente tem para o seu médico de família que é verdadeiramente escandaloso e que em alguns casos ultrapassa os seis meses, em alguns casos o tempo de espera que devia ser de 48 horas num país civilizado, ou vá lá no máximo numa semana, Sr. Secretário, é nos Açores para o seu médico de família, para o seu médico assistente, mais de 6 meses, em alguns Centros de Saúde, Sr. Secretário, isso é verdadeiramente terceiro-mundista. É essa a sua política de saúde, é essa a excelência da política de saúde do Sr. Deputado Ricardo Viveiros Cabral.

Quanto aos reembolsos, Sr. Secretário, o senhor transforma as pessoas em pobrezinhos e pedintes porque quer uma política assistencialista, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... as pessoas têm que revelar a sua vida privada para terem direito a um mísero reembolso.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: O que acontece ainda mais escandaloso, Sr. Secretário, que quer ter uma gestão eficiente, é que para receber 68 cêntimos, o senhor exige que se dê

um NIB, que vai gastar 4 ou 5 euros para fazer a transferência bancária e quem não tiver NIB não recebe os 68 cêntimos, Sr. Secretário.

Portanto, é essa a informatização que o senhor quer fazer. É essa poupança que o senhor quer fazer, Sr. Secretário, envergonhar as pessoas.

Vou dizer-lhe mais Sr. Secretário, quanto à deslocação de doentes, vou dar-lhe um exemplo: o senhor falou aqui que vão ajudar os mais pobrezinhos, mas a vossa política ... e a classe média, Sr. Secretário, que paga tudo e paga impostos, onde é que o senhor os trata? Como é que se tratam porque o senhor acabou com os direitos que eles têm. O senhor destruiu a economia da saúde! O senhor destruiu a economia da saúde privada nos Açores, Sr. Secretário, porque iam à privada e faziam o seu reembolso, agora não têm dinheiro para ir à privada, não vão à privada e quando vão fazer o reembolso o senhor exige a declaração de IRS, o NIB, etc., etc..

As pessoas têm dignidade, Sr. Secretário e não se baixam a essa política que o senhor quer fazer de mexiriquice e de bisbilhotice da vida privada, Sr. Secretário Regional da Saúde.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Quanto à deslocação de doentes, o senhor ajuda quem ganha 500 ou 600 euros por mês e ainda recebe, como o senhor dizia, a sua baixa. O senhor qualquer dia vai buscar-lhe a baixa! É só lembrar-se!

Mas, Sr. Secretário, o problema é que quem ganha 1000 euros por mês, quando está de baixa fica a ganhar apenas 400 euros por mês, ou 500, mas não tem o mesmo direito daquele que ganha os 500 euros de ordenado, Sr. Secretário. Essa é que é a sua injustiça, Sr. Secretário! O senhor não sabe fazer contas! O senhor faz apenas para fazer uma política de publicidade enganosa e para enganar os doentes, quando na realidade recebem menos e eles sabem disso.

Depois, Sr. Secretário, a rede de cuidados continuados é um verdadeiro escândalo deste Governo!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Isso!

O Orador: É a coisa mais escandalosa de todos os governos do PS.

Diga-me lá, desde o início, quanto já foi em Plano e Orçamento, orçamentado para cuidados continuados, Sr. Secretário? Diga-me quanto foi orçamentado para cuidados continuados deste Governo?

Vou dizer-lhe, Sr. Secretário, vou dizer-lhe porque o senhor não sabe.

Desde que foi criado os cuidados continuados em 2008, é escandaloso os milhões que foram orçamentados e não foi gasto um tostão. Sabe quanto, Sr. Secretário? 15 milhões de euros, desde 2008 até ao presente! 15 milhões de euros, que foram gastos em cuidados continuados! E o que é que se fez até hoje? Temos a única Região do País que não tem cuidados paliativos, Sr. Secretário Regional da Saúde! Não tem equipas de alta, de baixa! Não tem equipa de cuidados paliativos, constituída nos hospitais, Sr. Secretário!

Mais, eu pergunto-lhe: as camas que o senhor tem contratadas no setor social estão exclusivamente dedicadas aos cuidados continuados? Há um setor que é para isso ou é tudo ao molhe e fé em Deus, Sr. Secretário?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É tudo ao molhe!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: É tudo ao molhe e fé em Deus?

Os cuidados continuados Sr. Deputado Ricardo Viveiros Cabral, não é só para idosos, é para toda a gente que precisa de cuidados continuados, independentemente da idade que tenha.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: O Sr. Secretário tem contratado com as Misericórdias, cuidados continuados? As camas estão sempre disponíveis ou é nas camas onde estão os idosos acamados e a sofrer Sr. Secretário? Põe um doente normal que precisa de um cuidado continuado de curta ou média duração em que sítio? As camas

estão garantidas ou não? O que é que se fez aos 15 milhões que foram gastos, Sr. Secretário?

O outro exemplo que deu, é o da informatização. Isso é outro escândalo de todos os governos do PS desde o SIS-ARD, que ninguém sabe para onde foi aquele dinheiro mas do novo hospital de Angra que já está a mudar de sistema de informatização porque consigo começou a adquirir-se, diga lá qual foi? O Glintt! E agora diga lá por que é que vai abandonar o Glintt?

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Comigo nunca usou!

O Orador: Vai para o velho sistema de informação do Ministério da Saúde que já existe há 20 anos e que agora é gratuito e o senhor quer! Mas não quiseram antes, Sr. Secretário! Está a perceber as incongruências todas?

Depois quanto à sua política Sr. Secretário pode-se resumir de uma maneira, a política dos reembolsos. Quanto o senhor já arrecadou em taxas moderadoras? O que é que fez ao dinheiro que era para pagar tratamentos de radioterapia?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

O Orador: Onde é que estão os oito milhões de euros que já se cobrou em taxas moderadoras aos açorianos Sr. Secretário? O que é que fez a esse dinheiro? Onde está Sr. Secretário? Serviu para pagar dívidas dos hospitais e não para o fim daquele que os senhores disseram que iam cobrar aos açorianos, ou seja esse Governo dá com uma mão e tira com as duas, Sr. Secretário. É isso que se passa, é esse o vosso socialismo, é essa a vossa austeridade, assistência aos pobrezinhos e ponto final parágrafo. Os outros açorianos que trabalham, que pagam impostos são desprezados por Vs. Exas.

Vozes das Deputadas da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Saúde:

Para nós, BE, sustentabilidade, no caso sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde, tem que rimar com gratuitidade, universalidade e acessibilidade. Ao contrário daquilo que o povo diz rima mas não é verdade.

Não é verdade e eu vou dar-lhe dois exemplos em que esta rima é absolutamente falsa e faço-o em nome de dois cidadãos de ilhas diferentes que pediram para trazer à consideração do Secretário Regional da Saúde, duas situações que eles vivem. Estão pouco normalmente habituados ao ritual regimental da nossa Casa mas este de facto é o momento uma vez que estamos a falar de acessibilidade do Serviço Regional de Saúde.

O primeiro caso, Sr. Secretário Regional, reza assim: uma colonoscopia pedida por um médico de família tem na nossa Região, no mínimo, um ano de espera.

O mesmo exame feito numa clínica privada, no caso numa clínica privada da Ilha de S. Miguel demora três dias a estar concluído, mas custa cerca de 550 euros.

A estes 550 euros juntam-se mais 49 euros por cada pólipó extraído.

Ao fim de 40 anos de descontos para a segurança social e de impostos pagos e em dia, um cidadão vira um mendigo, nesta situação concreta.

O mesmo cidadão tem no bolso um cartão da Medicare. Será que lhe pode valer? Não vale, Sr. Secretário Regional, porque se por exemplo for ao Hospital da CUF, com o cartãozinho Medicare, este cidadão paga em Lisboa pela colonoscopia cerca de 200 euros, não chega a 200 euros, mas cá na Região Autónoma dos Açores, com o mesmo cartão, paga 470 euros.

Acessibilidade! Universalidade! Gratuitidade, Sr. Secretário Regional da Saúde, estamos longe disso!

Segundo caso: “em agosto obtive (o cidadão em causa, isto já é outra ilha) uma carta da médica especialista destinada à médica de família.

Ao tentar marcar uma consulta com a médica de família no Centro de Saúde de Angra do Heroísmo tive conhecimento de que não estavam a aceitar novas marcações, pois a agenda da médica estava preenchida com consultas até ao final deste ano.

Então deixei a carta no Centro de Saúde para que a médica de família prescrevesse a fisioterapia.

Esperei durante um mês para conseguir a prescrição.

Foi então que me deparei com duas hipóteses: ou optar por dirigir-me ao privado, pagar e só depois ser reembolsado em cerca de 40% do gasto, ou dirigir-me ao hospital para ser atendido gratuitamente e obter a carta da médica especialista que indicava à médica de família que precisava de fisioterapia.

Optei então por recorrer ao hospital, onde inicialmente aceitaram a prescrição da médica de família mas no dia seguinte fui contactado e tomei conhecimento que se quisesse usufruir da fisioterapia no hospital, teria de ser encaminhado pela médica de família para uma consulta de fisioterapia no hospital para dessa forma ter finalmente, finalmente, acesso à fisioterapia pela qual terei de aguardar até ter vaga”.

Sr. Secretário Regional da Saúde, está confuso? Eu também e acho que não há nenhum Deputado ou Deputada desta Casa que não esteja mas além de confusa Sr. Secretário Regional eu estou envergonhada com estas duas situações que trago ao seu conhecimento diretamente e dizer-lhe o seguinte: o Sr. Secretário Regional diz que 60% dos açorianos estão contentes com o Serviço Regional de Saúde. Claro que sim! Porque há ótimos, há excelentes profissionais dentro do Sistema Regional de Saúde, mas e os que estão fora, Sr. Secretário Regional da Saúde?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é todos os dias!

A Oradora: É disso que nós aqui estamos a falar.

Estes dois casos que trago à sua consideração são dos milhares e milhares de açorianos e açorianas que não podem estar nem contentes, nem descontentes porque estão fora do Serviço Regional de Saúde e estão abandonados à sua sorte e ou têm dinheiro para ir ao privado ou vão morrendo devagarinho. Esta é que é a verdade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E há mais casos. Não tenho é tempo!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É evidente que o Grupo Parlamentar do PS como o tem feito ao longo desta atual legislatura, tem reconhecido que as situações na saúde nem sempre têm evoluído de acordo com aquilo que são os objetivos do Governo, tem evoluído de acordo com aquilo que se pretende para todos os açorianos e açorianas no que diz respeito à acessibilidade, à universalidade, ao acesso e à resolução eficaz dos múltiplos problemas de saúde que tem.

Qualquer intervenção na saúde ou qualquer mudança num Sistema de Saúde, quer na Região, quer a nível nacional e internacional requer uma grande capacidade, não só política mas também técnica para implementar medidas que vão, por um lado, buscar os recursos que estão alocados ao Serviço Regional de Saúde e pô-los à disponibilidade dos cidadãos.

Mas uma verdade impõe-se que se diga neste debate.

Começaria por responder aqui, não sendo colocada a mim essa questão, mas em nome do Grupo Parlamentar gostaria de fazer um pequeno esclarecimento e uma pequena precisão que me parece que é útil nós percebermos.

Quando a Sra. Deputada Zuraida Soares diz que um cartão da Medicare no serviço público ou no serviço privado...

É bom que se diga que um cartão dos seguros de saúde, é um contrato feito entre o cidadão e uma companhia de seguros para prestar serviços ou nos seus hospitais ou nas suas clínicas mas são cartões que não os identificam junto do Serviço Regional de Saúde. O que identifica junto do Serviço Regional de Saúde é o cartão de utente e o cartão de beneficiário dos subsistemas que existem: ADSE, SAMS, GNR, PSP, ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Com certeza!

O Orador: ... enfim, um conjunto de entidades que estão perfeitamente identificadas e protocoladas com o Estado, daí que essa questão que colocou do cartão não é uma situação que neste momento possa pôr em causa o serviço público de saúde e a sua acessibilidade.

Deputada Zuraida Soares (BE): Em causa é o doente, porque tem o cartão no bolso para usar!

O Orador: A questão do doente é uma situação, não é uma questão de resposta perante o cartão da Medicare.

Estava eu a dizer que é muito importante dizermos e afirmarmos aqui que é indiscutivelmente verdade que o Serviço Regional de Saúde melhorou muito nos últimos anos: temos mais recursos humanos, temos mais recursos técnicos, temos maior produtividade, temos melhores cuidados e em segurança prestados aos cidadãos. Não é o suficiente? Não é o suficiente. Não estamos satisfeitos? Não estamos satisfeitos mas estamos disponíveis para sempre, sempre em conjunto com todos e com os profissionais em particular de encontrar as melhores alternativas que vão de encontro àquilo que são os objetivos finais do Serviço Regional de Saúde, que é prevenir, tratar, reabilitar e dar qualidade de vida aos cidadãos.

Por isso quero aqui afirmar que em todas as áreas, desde as cirúrgicas, às das consultas programadas e não programadas é indiscutível o aumento da produtividade do Serviço Regional de Saúde.

Também gostaria aqui de relembrar que é verdade que o PS assumiu através do seu Governo que poderia e iria cobrir os açorianos com médicos de família. Este era um objetivo e uma meta do Governo mas também nós temos que reconhecer que há um conjunto de condicionantes que não têm permitido isso, mas é verdade que dos 151 médicos que tínhamos em 2012, temos 165, em outubro de 2015.

É ou não um grande avanço nesta área?

Se formos recuar a 2000 por exemplo, que tínhamos 110 ou 115, temos 165. Porquê? Fruto daquilo que o PS tem feito sobretudo e em primeiro lugar na dignidade que tem dado aos profissionais de saúde que há 40 anos tem garantido e sustentado o Serviço Regional de Saúde, a capacidade que tem dado a esses profissionais e através dos seus recursos técnicos e infraestruturas idoneidade formativa na Região de modo a que possamos captar mais médicos para estas especialidades e fixá-los na Região e aqui está a prova.

Se é bom recordarmos se não temos o número de médicos especialistas que gostaríamos de ter em medicina geral e familiar, também não fugimos muito do nacional quando também esse número é também escasso para as necessidades da população portuguesa.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Nós vamos fazer agora o nosso intervalo.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de anunciar os tempos.

Secretário: Governo -154 minutos e 30 segundos

PS -182 minutos;

PSD - 119 minutos e 15 segundos;

CDS - 28 minutos;

BE- 2 minutos e 30 segundos;

PCP - 10 minutos e 30 segundos;

PPM - 7 minutos e 15 segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Nós vamos então interromper até às 18 horas.

Eu pedia aos Líderes e à Sra. Secretária o favor de se acercarem da Mesa.

Eram 17 horas e 29 minutos.

Presidente: Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Está inscrito o Sr. Deputado José San-Bento.

Eram 18 horas e 20 minutos.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma breve intervenção, tentarei abreviar por forma a repor aqui a verdade e também a prestar alguns esclarecimentos face às acusações injustas e descabidas que foram aqui referidas.

Obviamente que nós reconhecemos e já o dissemos que o Serviço Regional de Saúde tem problemas, tem constrangimentos, tem algumas insuficiências mas isso faz parte de um cenário global que mais à frente já terei oportunidade de relembrar mas o que é essencial para nós é que nós estamos a caminhar num percurso que está a consolidar um bom Serviço Regional de Saúde Público, universal, geral, tendencialmente gratuito e com cuidados de saúde de grande qualidade, portanto tendendo para a excelência, nunca é por demais afirmar isso. E nunca é por demais afirmar isso porque este é o percurso, esta é uma estratégia muito diferente daquela que foi seguida no País nos últimos quatro anos, onde aí sim a reforma que se fez foi descaracterizar por completo a lógica

de um Serviço Público que é o Serviço Nacional de Saúde, sobretudo criando enormes barreiras e grandes constrangimentos à universalidade da cobertura deste serviço e portanto os senhores fizeram uma recuperação financeira à custa de uma enorme degradação do estado social e dos serviços públicos e na área da saúde este é um dos exemplos claros onde o Governo da República aplicou mais políticas e é um exemplo que nós não queremos seguir e não estamos a seguir. É bom que isso fique absolutamente claro.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, para nós o que está em causa é nós constatarmos que nos Açores não estamos a poupar, nem a gastar menos na saúde. Nós estamos a investir melhor, estamos a aplicar recursos com melhor critério, com mais justiça e com grande esforço de financiamento. Nós vamos despender 291 milhões de euros no funcionamento do Serviço Regional de Saúde em 2016, portanto estamos a atingir como também foi dito aqui de manhã um nível já muito forte de sustentação do financiamento do funcionamento do nosso Serviço Regional de Saúde e para além desses 291 milhões de euros teremos mais de 37 milhões em investimentos, em investimentos em equipamentos em infraestruturas, ou seja, na melhoria da qualidade, do atendimento e dos serviços prestados do Serviço Regional de Saúde.

Quanto a alguns sistemas que foram aqui e que são basicamente sempre os mesmos, com argumentos requentados e que em bom rigor, se me permitem, não apresentam verdadeiramente nenhuma novidade do ponto de vista das acusações que procuram aqui fazer.

Quanto às listas de espera eu gostava de voltar a lembrar que o grande constrangimento que existe para a resolução deste problema não é incompetência das administrações dos hospitais, não é insensibilidade do Governo, não é pouca atenção do Secretário Regional da Saúde. O grande constrangimento que nós temos é um constrangimento europeu, se quiserem até

mundial, e que no nosso País é particularmente acentuado que é a falta de médicos anestesistas.

O ex-Ministro, Paulo Macedo, do governo da coligação ainda recentemente lembrou que a falta de anestesistas no Serviço Nacional de Saúde, impede que se realizem 100 mil cirurgias por ano e impede que se consiga rentabilizar doutra forma os diversos blocos operatórios na vasta rede dos hospitais do continente.

Portanto, nós nos Açores também temos esse problema e é um problema difícilimo de superar. Nós não podemos pedir justamente e com toda a lealdade e a frontalidade que o debate político deve ter, ao Secretário Regional de Saúde que faça omeletes sem ovos porque isso é impossível.

Já agora uma outra questão que o Sr. Deputado Luís Maurício controlou.

O senhor gosta muito de (e isso eu admiro, o senhor tem muito orgulho nas propostas do PSD que todos nós percebemos que é sua) e é uma proposta que deve ser considerada, reconheça-me essa justiça, eu presto sempre muita atenção às suas intervenções na área da saúde e espero sempre que o senhor dê um contributo e que permita que o seu Grupo Parlamentar se aproxime de soluções e de consensos que me parecem inevitáveis e importantes para nós resolvermos o problema da saúde, só que se calhar pela aproximação das eleições regionais, o senhor este ano pareceu-me particularmente exaltado nas questões da saúde.

Quando nós falamos na produção cirúrgica adicional para resolver problemas de listas de espera, Sr. Deputado, o senhor sabe isso perfeitamente, nós temos que ver que há especialidades cuja produção em trabalho normal está longe de ser aquela que tem que ser exigida a estas equipas.

Portanto, nós temos que continuar esse trabalho e portanto não faz sentido a sua acusação de que nós devemos caminhar já para a proposta do PSD que tem dois anos.

Nós estamos a fazer um percurso muito interessante na resolução dos problemas das listas de espera. Os seus números estão corretos, confirmam-se, 9 422 pessoas em listas de inscritos para cirurgias. Eu até preferia essa expressão, era mais rigorosa do que falarmos em listas de espera porque nós temos que compreender que quando se fala desse assunto nós estamos a falar desses 9 422 utentes que estão inscritos em listas de espera nos três hospitais da Região, nós estamos a falar que 55% deste número são pequenas cirurgias, portanto mais de metade são pequenas cirurgias.

Portanto mais de metade são pequenas cirurgias, depois nós temos várias pessoas...

Deputado Luís Maurício (PSD): Não é, não!

O Orador: É verdade, Sr. Deputado!

... que estão com o estatuto de normal, ou seja uma prioridade normal o que significa que é uma cirurgia que está planeada, que deverá ser realizada, evidentemente mas que não é um caso urgente, portanto isto deve ser desmitificado para não dar a ideia de que as pessoas vão ter gravíssimos problemas de saúde por não terem uma cirurgia a breve trecho.

Depois temos a classificação de prioritário, de muito prioritário e de urgência diferida.

Nesses casos mais prementes do ponto de vista clínico, o Serviço Regional de Saúde tem capacidade e processa esses casos, portanto essas pessoas são efetivamente encaminhadas para as cirurgias e esses problemas são resolvidos, aliás conforme foi aqui dito, a Região está a ter uma produção de cerca de 9 400 cirurgias por ano (eu estou a tentar falar sempre de números e critérios uniformes, para compararmos aquilo que é comparável) portanto isso também é um bom sinal o que significa, não quero utilizar aqui um jargão, mas basicamente o turnover do processamento anual do Serviço Regional de Saúde é nivelado pelas listas de inscritos para cirurgias e significa que há aqui um

trabalho de fundo que foi realizado há muito tempo mas particularmente este Governo tem tido o mérito, o esforço e o empenho de conseguir apresentar esses números que são números encorajadores, bem sei que é sempre difícil dizer isso a uma pessoa que espera por uma cirurgia mas esta é que é a verdade dos factos e portanto nós estamos a avançar claramente na resolução desses problemas e isso é muito encorajador e deve ser aqui salientado em nome da verdade e em nome da transparência.

Em segundo lugar aquilo que foi referido em termos da cobertura de médicos de família. Sr. Deputado Luís Maurício, eu lamento dizer mas o senhor não pode usar as expressões que utilizou para caracterizar aquilo que é um compromisso do Governo Regional dos Açores e do PS.

Nós estamos em novembro de 2015, as últimas estatísticas apontam basicamente para o fim de setembro deste ano, ou seja, nós ainda vamos ter 12 a 13 meses pela frente para podermos cumprir este objetivo que é um objetivo difícil de atingir, de cobertura de médicos de família à população dos Açores.

Mas há aqui progressos muito importantes que foram também contornados pela oposição. Nós estamos a falar que no próximo ano muito provavelmente o concelho da Praia da Vitória terá nos primeiros meses de 2016 a sua cobertura resolvida, a própria Ilha Terceira terá avanços muito significativos, não sei se chegará e já explico porquê, à cobertura total de 100% no próximo ano mas andará certamente muito perto disso e também é bom que se diga que no caso de S. Miguel também se está a verificar essa progressão. Quando nós falamos, foi aqui dito, em 2012 tínhamos 151 médicos de família, agora temos 165, temos mais 14 médicos. Não entraram mais 14 médicos. Isso é um acréscimo líquido porque houve inúmeros profissionais que se aposentaram, como o Sr. Deputado muito bem sabe e aliás conhece várias pessoas com esse estatuto e portanto isso significa que saíram algumas dezenas e entraram várias dezenas e mesmo assim houve um crescimento de 14%, o que

significa que entraram mais 9%, houve um aumento de 9% de capacidade de resposta e de cobertura com médicos de família e estamos a falar do essencial, mais 26 500 utentes com cobertura de médico de família.

Sras. e Srs. Deputados, esses números não podem ser ignorados perante as críticas que fazem porque eu não quero acreditar que os senhores conhecem efetivamente o rigor desses números e não têm a frontalidade e a coragem de admitir os bons resultados que eles revelam e sobretudo e insisto, a tendência que nós estamos a fazer e o Sr. Deputado também sabe, até admito que seja dos Deputados que melhor conhece esse assunto aqui neste Parlamento, que a Região tenta sempre disponibilizar a capacidade total de internos precisamente para formar um maior número possível de médicos na Região. É outro enorme esforço que as nossas unidades hospitalares e que todos os serviços hospitalares fazem já pensando no futuro e portanto isso é que deve ser sublinhado, a tendência é uma tendência de crescimento, de melhoria, de aumento, de reforço e isso é que deve ser aqui salientado.

Portanto, é de facto um percurso muito importante e é com orgulho que nós constamos isso, agora também lhe digo, Sr. Deputado, pode acontecer que no final de 2016 o PS não tenha conseguido cumprir a 100% esse compromisso, mas digo-lhe com toda a franqueza, foi um compromisso assumido olhos nos olhos com os açorianos, revelou enorme coragem, corresponde a um objetivo realista e é um objetivo que nós estamos a procurar atingir através de implementação de estratégias coerentes, positivas, conforme esses números revelam e se nós não conseguirmos chegar aos 100% sobretudo em S. Miguel e na Terceira onde apenas este problema persiste, nós também teremos a coragem de dizer aos açorianos e de explicar aos açorianos por que é que não conseguimos atingir esse número a 100% mas com uma certeza, podemos não ter atingido os 100% mas tudo fizemos perante os enormes constrangimentos, nomeadamente perante uma enorme escassez de especialistas na área de

anestesistas para podermos cumprir e temos a certeza que os açorianos compreenderão essas dificuldades.

Depois houve também aqui acusações em relação à deslocação de doentes e eu vou abreviar.

Sr. Deputado, a verdade é que foi realizada alterações na Portaria para as deslocações dos doentes mas aquilo que se procurou fazer também foi aqui esquecido não se falou na gestão integrada da deslocação de doentes. Esta é uma medida muito importante que foi criada e que está a ter resultados, agora é evidente, Sr. Deputado, nós não estamos a apoiar menos, nós estamos a apoiar mais quem mais precisa porque aquilo que se procurou fazer, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tem de dizer é a verdade!

O Orador: O senhor sabe que é verdade! É verdade sim senhor!

(Aparte inaudível do Deputado João Bruto da Costa)

O Orador: Mas a amizade não tem nada a ver para aqui. Nós somos amigos mas adversários políticos, portanto isso não interessa.

O que é importante dizer é que houve uma alteração de critério com esse objetivo, apoiar mais quem mais precisa e o objetivo foi esse.

Ainda uma outra referência em relação à deslocação de especialistas e ao novo modelo de deslocação de especialistas, como sabem no passado houve alterações também nesse regime, alterações também baseadas em critérios de justiça elementar e eles agora, esses números que em determinada altura de facto decresceram, até porque esteve seis meses praticamente em processo negocial sindical agora começam a revelar uma clara melhoria e uma normalização dessas deslocações e portanto é também nesse sentido que eu queria aqui deixar esta nota positiva dizendo também que espero, Sr. Deputado Luís Maurício que tenha oportunidade de explicar ao seu colega Deputado

Duarte Freitas a questão em relação aos reembolsos porque eu não tenho aqui tempo agora nesta intervenção para abordar, agora gostava só de deixar claro aqui um aspeto muito importante: nós continuamos a dizer aquilo que sempre dissemos quando falamos na reforma do Serviço Regional de Saúde.

Primeiro nós queremos esgotar a capacidade do setor público, depois para aquilo que faltar processar, fazem-se convenções e portanto os reembolsos são um aspeto secundário nesses problemas.

Terminaria também deixando aqui uma nota em relação à classe média que foi aqui uma grande preocupação do CDS-PP.

A classe média é fortemente beneficiada ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Penalizada!

O Orador: ... com o Serviço Regional de Saúde, é por isso que nós queremos um serviço universal e geral, é precisamente para tratar todos, para tratar quem tem poucas condições financeiras e também quem pode e portanto a classe média obviamente é um pilar dos utentes do Serviço Regional de Saúde.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Quais são os benefícios que a classe média tem?

O Orador: Portanto, termino reafirmando que o PS continuará a trabalhar para melhorar a acessibilidade do Serviço Regional de Saúde, melhorar a qualidade e os padrões de qualidade dos cuidados e também a sustentabilidade financeira do Serviço Regional de Saúde. É esse o nosso compromisso com os açorianos, é esse o nosso trabalho e é assim que continuaremos a proceder no futuro.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Luís Cabral*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Respondendo de uma forma sequencial às questões que lhe foram colocadas.

Sr. Deputado Luís Maurício, em primeiro lugar, gostaria de lhe dizer que o número que referiu dos utentes sem médico de família não está correto, ou seja, nós tínhamos até outubro 67 mil utentes sem médico de família, a partir de ...

Deputado Luís Maurício (*PSD*): Quando?

O Orador: Até outubro, outubro!

Com a entrada dos novos médicos no Centro de Saúde de Ponta Delgada e na Unidade de Saúde da Ilha Terceira ficámos com 55 mil. Isso já foi até alvo de uma nota de esclarecimento por minha parte. São esses os números que nós devemos neste momento usar.

Em relação à questão das médias e das medianas, deixe-me dizer, Sr. Deputado, só não erra quem não faz, ou seja, seria mais tranquilo para nós todos e não cometeríamos nenhum erro, nem teríamos que dar a mão à palmatória como demos, se, pura e simplesmente, não fizéssemos qualquer tipo de publicitação.

Penso que o erro era um erro ingénuo e que facilmente se detetava. Infelizmente aqueles ficheiros passaram por várias mãos que não o conseguiram detetar, porque percebia-se claramente que o número ... as médias e as medianas que estavam associadas aos doentes oncológicos eram exatamente iguais às médias e às medianas que estavam associadas aos doentes não oncológicos, ou seja, houve uma transposição de colunas, isso era facilmente perceptível, e depois tem outro aspeto que me parece importante que é: os números que infelizmente publicámos de início eram bem piores para o Governo daquilo que eram os números que efetivamente na realidade o são.

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): São horas, são dias!

O Orador: O que quer dizer que não houve qualquer intenção do Governo em publicar dados que eram piores para o Governo para depois vir a corrigir e até aparecerem dados que nos pareciam melhores.

Talvez seja importante explicar ao Sr. Deputado e a toda esta casa como é que aqueles dados são obtidos e a interferência que o Secretário Regional da Saúde, ou que os serviços da Secretaria da Saúde têm na obtenção daqueles números, que é zero. Ou seja, aqueles números são obtidos através dos sistemas de informação hospitalares a partir dos dados que são lá introduzidos pelos médicos, pelos administrativos do bloco operatório sem qualquer interferência da nossa parte nesse processo, o que quer dizer Sr. Deputado que se os números lhe parecem estranhos ...

Vou dizer também claramente que alguns números me parecem estranhos e já lá vamos. Não é por via do Governo um dia achar que é uma coisa, outro dia achar que é outra e pôr lá os números que quer, mas é por via dos números que são extraídos informaticamente dos sistemas de informação dos hospitais nos darem aqueles dados. Houve durante muito tempo falta de rigor nos registos, houve durante muito tempo registos que não foram corretamente priorizados, por exemplo, ou que não foram corretamente identificados os diagnósticos dos doentes.

A publicação destes números torna todo o sistema mais transparente e devo-lhe dizer, Sr. Deputado, e o senhor sabe isso tão bem como eu, porque fala também com os nossos colegas dos hospitais, que tem havido um rigor muito maior por parte dos seus diretores de serviço e por parte dos médicos dos hospitais naquilo que é a indicação cirúrgica dos utentes e o preenchimento e a indicação cirúrgica a partir do momento em que estes números passaram a ser publicados, do que aquilo que havia antes, o que quer dizer que nós melhorámos, Sr. Deputado.

Se estamos bem já?

Provavelmente não. Os números não são os ideais.

Obviamente que temos de deixar aqui ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Quer dizer que os números não são a realidade!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, isso talvez seja o mais importante que é que o senhor queria saber o tempo que os doentes estão à espera, ou seja, o tempo que os doentes estão na lista. Acho que isso é o menos relevante neste processo, Sr. Deputado, porque não queremos nenhum de nós os dois desconfiar dos nossos colegas no sentido de estarem a operar doentes em lista de espera cirúrgica, com a mesma prioridade e com o mesmo tipo de intervenção que não são os últimos doentes da lista de espera cirúrgica. Ou seja, se os nossos colegas dos hospitais estão a ir buscar os doentes à lista de espera cirúrgica aos últimos doentes que estão ... aos doentes que estão há mais tempo em lista de espera cirúrgica, as médias e as medianas que isso irá refletir no sistema informático são as médias e as medianas dos últimos doentes que estão à espera.

Agora, Sr. Deputado, também percebe isso tanto claramente como eu e eu já percebi também onde é que chegar sobre esta matéria. Se for buscar um doente que foi inscrito ontem na lista de espera cirúrgica quando havia outros doentes com a mesma patologia, com a mesma prioridade, com o mesmo tipo de intervenção que estavam à espera há mais tempo, obviamente a média e a mediana, vai ser um.

Agora, Sr. Deputado, nós não estamos aqui, tal como disse, os dois a desconfiar daquilo que é a integridade dos nossos colegas, dos nossos diretores de serviço relativamente a essa matéria.

Se alguma questão for levantada pela análise dos números, Sr. Deputado, certamente que quer a Secretaria Regional da Saúde, quer as administrações dos hospitais, quer a Inspeção Regional da Saúde irá fazer a devida investigação.

Em relação aos números e percebermos a produtividade dos hospitais, o Sr. Deputado tão bem como eu, sabe que está a ser preparado pelo Hospital de Ponta Delgada uma comissão de informatização e um dos primeiros pontos que está a ser discutido é exatamente os números do bloco operatório.

Devo dizer-lhe que só essa medida e de acordo também com aquilo que são estes dados disponíveis, mais 600 cirurgias no hospital de Ponta Delgada, as taxas de ocupação do bloco melhoraram substancialmente. No entanto, eu estive a analisar esses dados com o Hospital do Divino Espírito em Ponta Delgada ainda a semana passada, dentro da mesma especialidade às vezes temos taxas de ocupação de 98%; no dia a seguir (provavelmente outro clínico) taxas de ocupação de 60%; no outro dia a seguir taxas de ocupação de 70; depois passamos outra vez a 90; depois passamos a 60 ...

Com o sistema claramente a identificar que com os utentes que tem em espera (porque estes dados agora começam a ser todos cruzados), com as patologias que tem em espera, com os tempos médios de intervenção nessas patologias seria possível operar mais 10, mais 15, mais 20 doentes. Ou seja, com os tempos em que nós temos bloco e temos anestesista ainda é possível fazer muito mais.

Por isso, Sr. Deputado, acho que é um trabalho sério que todos nós temos de fazer sobre essa matéria e, por isso, às vezes discursos demagógicos podem abrir a porta a algum escape nesta área, temos de estar todos conscientes que um trabalho de fundo está a ser feito sobre essa questão e as produções acrescidas só serão feitas e serão muito bem controladas por esses sistemas que estão agora a ser criados. Ou seja, só agora é que nós tivemos capacidade ao fim destes dois anos de ter um sistema que nos garanta que não vai acontecer aquilo que infelizmente aconteceu no passado que é nós investirmos em programas de execução de listas de espera cirúrgica e infelizmente aquilo que observávamos foram essas listas de espera cirúrgicas a aumentarem com uma diminuição clara

daquilo que era a produção basal dos hospitais e, por isso, este atraso, digamos assim, felizmente estamos agora em condições de poder avançar sobre essa matéria.

Em relação às unidades de saúde familiares, não percebi até hoje, Sr. Deputado, talvez alguma incapacidade minha, como é que as unidades de saúde familiares iriam nos Açores realmente garantir mais cobertura aos utentes, porque se nós pensarmos que os médicos são os mesmos, ou seja, estamos a falar desses mesmos 65 mil e que independentemente do modelo organizativo, administrativo que a gente lhes der, o que a Ordem dos Médicos nos diz é que cada médico só pode ter a seu cargo 1.900 utentes, como é que nós conseguimos fazer com que esses médicos, as unidades de saúde familiares, vejam mais utentes, ou seja, garantam mais médicos aos nossos açorianos. Quer dizer, há aqui uma dificuldade da minha parte (talvez o Sr. Deputado depois tenha a capacidade de me explicar) de perceber como é que por alteração do modelo organizativo, mas mantendo os mesmos médicos, nós conseguimos garantir mais médicos aos açorianos.

A deslocação de especialistas, Sr. Deputado, não impede a deslocação de doentes, ou seja, com este aumento de produção que vos disse quer das consultas, quer das cirurgias, os doentes para serem operados em situação de cirurgia na maior parte das ilhas sem hospital, tem que se deslocar aos hospitais, quer dizer, não há aqui outra forma de o fazer.

Aquilo que nós temos que observar e analisar de uma forma muito clara é se era possível fazer mais nas ilhas sem hospital em termos de consulta do que aquilo que estamos a fazer. Posso deixá-lo descansado, Sr. Deputado, que é isso que nós estamos a fazer.

Em relação às questões levantadas pelo Deputado Artur Lima, que não estando cá o Sr. Deputado também penso que será mais difícil responder, mas as

questões que são dos números das médias e das medianas acho que ficou devidamente esclarecido.

Os contratos mercenários: quem reconhece ou não a capacidade dos médicos são os próprios açorianos. Saber da satisfação dos açorianos relativamente a algumas especialidades e há forma como vão ser tratados, às vezes pelos melhores especialistas que existem a nível nacional sobre essa matéria, em que estão a receber aquilo que receberia qualquer médico convencionado também na Região Autónoma dos Açores se não estivesse ligado ao sistema público não me parece que seja uma questão de contratos mercenários.

Em relação às questões, o Sr. Deputado Artur não está ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas a bancada está!

O Orador: Talvez passasse para as questões da Sra. Deputada Zuraida, que me levantou a questão de dois doentes.

Primeiro, quem decide se um utente faz ou não uma colonoscopia não é o Secretário Regional da Saúde, Sra. Deputada. Lamento informá-la!

Quem decide ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Eu já sabia! Não decide, mas diz como se faz!

O Orador: Pronto, ainda bem.

Então sabe que as competências do Secretário Regional da Saúde é organizar o sistema de forma a que os utentes possam ter a devida resposta. O sistema está organizado dessa maneira, Sra. Deputada.

De uma forma muito clara não costuma ser o médico de família a decidir se o doente faz ou não faz colonoscopia. Quem decide se o utente faz ou não faz colonoscopia, na maior parte das situações, é o gastroenterologista depois de uma consulta de gastroenterologia.

Deputada Zuraida Soares (BE): Onde é que está essa consulta?

O Orador: Aquilo que o seu utente terá que ter muito provavelmente é uma referenciação do seu médico de família para o gastroenterologista e o gastroenterologista decidirá, porque ...

Também lhe devo dizer que esses pedidos de consulta são triados e são vistas as referenciações que são feitas a cada consulta de gastroenterologia e se houver indicação e for considerado por aquilo que é inscrito pelo médico de família uma situação urgente a colonoscopia é feita de forma urgente. Se não houver essa indicação a colonoscopia aguarda como todas as outras, porque não há evidência clínica naquilo que foi escrito pelo médico de família que a situação é uma situação urgente.

Em relação à Medicare ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não é Medicare, é a fisioterapia!

O Orador: ... acho que o Sr. Deputado Domingos Cunha já lhe falou sobre estas questões.

No Medicare nós não temos qualquer tipo de intervenção e talvez terminar, Sra. Deputada, com aquilo que me dizia há pouco também do segundo utente, dos médicos de família, três meses à espera, se isso é normal, se não é normal, como é que isso deve ser feito.

Sra. Deputada, devo dizer que cumpro nos Açores, pela primeira vez, com aquilo que era uma determinação de uma lei nacional que era estabelecermos a nível dos diferentes serviços de saúde, incluindo os serviços nacionais de saúde, tempos máximos de resposta garantidos e esses tempos máximos de resposta garantidos, que é a minha competência, é definir quanto tempo é que uma pessoa pode esperar, dentro daquilo que é uma resposta clinicamente aceitável, foram publicados, Sra. Deputada, e dizem claramente que para uma consulta aberta, uma situação aguda, o doente pode esperar um dia; para uma consulta complementar, numa situação aguda, espera um dia; uma consulta

complementar a pedir 30 dias; uma consulta programada a pedir 15 dias; um domicílio, 15 dias; receituário, 3; relatório, 5.

É isto que são os dias e devo dizer que neste aspeto, Sra. Deputada, não foi sequer uma imposição do Governo Regional nesta matéria.

Em relação a este aspeto muito concreto ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas esses prazos deviam ser cumpridos!

O Orador: ... são critérios clínicos definidos pelo próprio colégio de especialidade de medicina geral e familiar, ou seja, os médicos de família têm 1.900 utentes para que possam, segundo o seu próprio colégio, cumprir com estes tempos de resposta.

Sra. Deputada, não é uma questão do Secretário ter organizado mal o sistema de saúde. Não é uma questão deste Governo ser incompetente na gestão do Serviço Regional de Saúde.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não?!

O Orador: É uma questão muito provavelmente pontual de em algum consultório médico que a Sra. Deputada tem que fazer o favor de nos explicar qual é, para que ou o diretor do centro de saúde, ou a Secretaria Regional da Saúde, através da Direção Regional de Saúde, ou o inspetor da saúde, perceba porque é que o médico em concreto não está a cumprir com aquilo que foi determinado pelo Governo.

Aquilo que o Governo podia fazer sobre essa matéria, que era definir quanto tempo é que os doentes têm de estar à espera foi feito, por isso não há qualquer incompetência do Governo na gestão deste caso.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sra. Deputada Zuraida Soares para uma interpelação.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para informar a câmara e já agora o Sr. Secretário Regional da Saúde também que eu vou deslocar-me com estes dois doentes aos hospitais desta Região, seja em S. Miguel, seja na Terceira e darei nota direta ao Sr. Secretário da incompetência ...

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares ...

A Oradora: ... da incapacidade de resposta, da dor e do sofrimento que estas duas pessoas ...

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares a sua interpelação deve ser dirigida à Mesa.

A Oradora: ... atravessam porque não sabem o que é que lhes vai acontecer na vida.

É esta a interpelação.

Quando lá for com eles eu telefono-lhe a chamá-lo, Sr. Secretário Regional da Saúde para ir resolver o problema.

Deputado Berto Messias (PS): A senhora que se inscreva!

Deputada Zuraida Soares (BE): Não tenho tempo!

Presidente: Eu apelo a todas as bancadas que o uso da figura regimental de interpelação deve ser feita dentro do possível porque a verdade é que nunca o foi, dentro daquilo que é uma interpelação à Mesa.

Vamos então continuar com o nosso debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, médicos de família: todos nós sabemos a dificuldade que há em recortá-los, eu apenas e só fiz aqui referência a um objetivo político que foi claramente assumido por V. Exa., de que em 2016 toda a gente teria médico de família.

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Estamos a caminho!

O Orador: Não fui eu que afirmei, foi V. Exa. que afirmou.

Portanto, como o senhor também publicamente já reconheceu que não o conseguiria, eu estou aqui a sublinhar que um dos objetivos políticos por si defendidos não vai ser atingido. Foi isso que o senhor disse.

Segunda questão: listas de espera cirúrgicas, os argumentos são os mesmos porque os resultados são sempre os mesmos e são maus...

Deputado José San-Bento (PS): Não são! O senhor sabe disso perfeitamente!

O Orador: ... e o problema é que não há anestesistas. Claro que não há anestesistas!

Deputado José San-Bento (PS): Perfeitamente!

O Orador: Sr. Deputado José San-Bento, permita-me que continue o meu raciocínio.

Não há anestesistas. Sempre o dissemos que não havia anestesistas, aliás utilizei aqui uma expressão “anestesia é ouro”.

Não havendo anestesistas, estando as salas do bloco operatório do Hospital de Ponta Delgada, todas fechadas à tarde e uma delas fechada de manhã porque não há anestesistas. O que fazer? Continuar à espera, impávido e sereno, que os anestesistas surjam? Não.

O que nós propusemos em alternativa é que houvesse produção cirúrgica adicional fora do horário normal de trabalho.

Os senhores contestaram isso durante dois anos. Ao fim de dois anos vêm dar-nos razão em relação a esse conceito mas não em relação ao modelo porque nós não concordamos com este modelo que aqui está. O nosso modelo é de uma recuperação cirúrgica contínua e não pontual ao contrário da nota de esclarecimento que o GaC'S colocou cá fora a propósito das minhas declarações públicas.

O que nós defendemos é um modelo de produção cirúrgica contínua, respeitando os tempos máximos de resposta garantidos que o senhor fez

publicar e que não cumpre, fazendo com que chegados a dois terços do tempo máximo de resposta garantido, a unidade hospitalar se pronuncie sobre a sua capacidade de no terço restante do tempo operar aquele doente, ou não e se não tem capacidade para o operar em tempo normal de trabalho, tem que recorrer a um produção cirúrgica adicional.

Portanto, o nosso modelo, repito, e que fique aqui bem claro Sr. Secretário, não é de recuperação cirúrgica pontual, o nosso modelo é de recuperação cirúrgica contínua adaptado à Região segundo o modelo, o SIGIC, a nível nacional.

Já agora Sr. Secretário, queria dizer-lhe a propósito dos anestesistas e porque me foi autorizado utilizar.

Há um anestesista do Hospital de Ponta Delgada que se reforma no próximo mês de janeiro. Tem uma carta entregue desde o dia 1 de junho sem resposta. Reafirmou a mesma intenção de continuar a trabalhar a 1 de novembro, até hoje, sem resposta. É assim que o senhor acarinha os profissionais de anestesia na Região?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E a SIV para São Jorge?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Sr. Deputado Cláudio Lopes tem a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O novo Centro de Saúde da Madalena foi inaugurado há um ano, dois meses e meio.

Decorreram nove anos, mais de duas Legislaturas, entre a promessa política e a inauguração da obra.

Construída a casa, falta a mobília para a qual parece não haver dinheiro.

Neste caso a mobília seria o equipamento clínico que, ao fim e ao cabo, iria permitir a tal diferenciação dos cuidados de saúde que o Governo prometeu aos picoenses.

Sr. Secretário Regional da Saúde, no Plano do Governo para 2014 foi inscrita uma verba de dois milhões de euros, destinada a equipar o Centro de Saúde da Madalena. Desta verba foram executados 96 650 euros, ou seja, apenas 5% da verba.

Em 2015, foi inscrita uma verba de 255 mil euros também destinada a esta ação, cuja execução desconhecemos.

Pergunto-lhe, não havendo no Plano para 2016 qualquer verba para este fim, considera o Sr. Secretário que aquele Centro de Saúde está devidamente equipado? Se sim, que equipamentos clínicos novos foram adquiridos e para que funções? Se ainda pretende adquirir mais equipamentos quais são, quando os vai adquirir e que serviços diferenciados vão assegurar?

Segunda questão: qual o plano previsto para 2016 quanto à deslocação de especialistas à Ilha do Pico.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa.

(*) **Deputado Miguel Costa (PS)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Já era de esperar a entrada do Deputado Cláudio Lopes nesta discussão sobre a saúde ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Já era de esperar que respondesse!

O Orador: ... voltando novamente à questão do Centro de Saúde da Madalena, à saúde na Ilha do Pico e devo confessar, Sr. Deputado, que os senhores estão realmente do lado certo da história, mas é da história do passado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Existe mais algum tipo de história?

O Orador: ... e infelizmente os senhores deviam conhecer melhor a realidade e a história do presente.

Deviam realmente conhecer a história do presente e a história do presente é muito simples, muito simples! Digo isto para os Deputados eleitos pela Ilha do Pico, incluindo o Deputado Duarte Freitas, provavelmente com menos conhecimento que o Deputado Cláudio Lopes...

Deputado Bruno Belo (PSD): Isso é pedir esclarecimentos?

O Orador: ... o senhor diz que a um ano do centro de saúde inaugurado, que falta a mobília, eu julgo que era importante o Sr. Deputado visitar o Centro de Saúde da Madalena. Era importante visitar o Centro de Saúde da Madalena e ver o que é que está lá já implementado, o que é que já chegou de equipamento, o que é que está para chegar, aquilo que estão a instalar neste momento lá, desde imagiologia, desde os equipamentos de hotelaria, os senhores deviam estar lá e eu tive a particularidade de ter um familiar recentemente internado lá, infelizmente, e tive a constatação disso mesmo, a qualidade é superior, independentemente de faltar ainda alguns equipamentos, como é óbvio, ...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Óbvio!

O Orador: ... mas isso está neste momento em curso, uma série de equipamentos a serem adquiridos.

(Diálogo entre as bancadas dos Deputados do PS e do PSD)

O Orador: Estou a falar de imobiliário e de hotelaria, Sr. Deputado. Tenha calma! Sabe o que é que eu quero dizer que lhe faltava ainda instalar, por exemplo as televisões para conforto dos pacientes que estão internados, inclusivamente as televisões em termos de equipamento de hotelaria. Para si não é importante mas para os internados é muito importante, é uma questão de conforto Sr. Deputado. É isso que estou falando e os senhores só por desconhecimento é que podem estar nessa risota.

Também digo-lhe mais, Sr. Deputado, era importante que o PSD nesta matéria também consolidasse a sua posição porque basta ver os comunicados das concelhias, entram em constante contradição, Srs. Deputados! Os senhores não se entendem internamente ...

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: ... quanto mais em termos daquilo que pretendem para solução da saúde no Pico ou nos Açores.

Os senhores próprios Deputados ...

(Apartes inaudíveis do Deputado Duarte Freitas)

O Orador: Sr. Deputado Duarte Freitas, tenho pena que nunca entre no debate sobre o Pico. Tenho muita pena! Se calhar era melhor fazer um telefonema!

Tenho pena que nem sequer as concelhias se consigam entender.

Deputado Jorge Macedo (PSD): E então os Deputados do PS do Pico?

O Orador: Também digo-lhe mais Sr. Deputado ...

Tenham calma!

(Diálogo entre as bancadas dos Deputados do PS e do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço que se possa fazer algum silêncio para que o Sr. Deputado termine a sua intervenção.

O Orador: Sra. Presidente, eu percebo a defesa acérrima ao seu líder. É normal que isso aconteça. Eu aceito isso.

Mas também confesso que tive oportunidade de dizer isto numa Comissão, que o PS recusa-se a estar ao lado neste caso do PSD, para discutir a saúde no Pico, quando um dos pontos principais da saúde do Pico era a posição a lavandaria num centro de saúde ou no outro.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): De lavandaria percebem os senhores!

O Orador: Para isso não contem com o PS porque o PS está aqui para discutir as melhores soluções para a saúde e não só se a lavandaria é no ponto A ou no ponto B.

Para isso não contem connosco.

Em relação às especialidades, Sr. Deputado, eu devo confessar-lhe que também é por demais evidente o seu desconhecimento.

Especialidades na Ilha do Pico, vou dizer aquelas que neste momento estão em vigor: pediatria (e o senhor sabe que tem agora um médico residente), otorrino, oftalmologia, cardiologia e pneumologia, através da Portaria, deslocação de especialistas;

Pneumologia, imagiologia para e eco e mamografia, endocrinologia, por convenção;

Deputado Luís Maurício (PSD): Não é nada disso! Pergunte ao Sr. Secretário o que é que ele fez ao Dr. Luís Nunes!

O Orador: Tenha calma! O Dr. Luís Nunes está lá, Sr. Deputado! Tenha calma!

Presidente: Srs. Deputados, por favor ...

O Orador: Posso continuar, Sra. Presidente?

Presidente: É necessário haver condições para que se possa intervir, caso contrário faremos um intervalo para que todos se acalmem.

Sr. Deputado Miguel Costa, faça favor de continuar.

O Orador: Ortopedia, fisioterapia, neurologia, imunoalergologia (julgo que é assim que se diz) e medicina interna. Tudo a deslocação dentro do horário do Hospital da Horta e aqui acho que é justo relevar isso mesmo. A relação com o Hospital da Horta, tem sido muito profícua para os doentes da Ilha do Pico, tem aumentado claramente essa ligação com o Hospital da Horta e a tendência é que venha a melhorar para as pequenas cirurgias, para a anestesia, preparando os doentes até para as pequenas cirurgias que venham a ocorrer no Hospital da Horta.

Esta parceria é de registar e esta parceria tem dado bons resultados e é nesse sentido que o Hospital da Horta tem mantido esta parceria com a USIP e muito bem.

Eu julgo que isto não é suficiente, Sr. Deputado, queremos sempre mais e queremos sempre melhor e há coisas do passado que devem ser corrigidas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Qual passado? O da história?

O Orador: Todos aqui assumimos isso, Sr. Deputado, agora apagar isto que está a acontecer, ignorar o que está a acontecer, não conhecer a realidade, para um Deputado da Ilha do Pico, eleito pela Ilha do Pico é muito grave.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

(*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Sra. Presidente, eu prescindo agora da palavra.

Presidente: Sendo assim a Mesa de momento não tem mais inscrições.

Sra. Deputada Zuraida Soares.

Para uma interpelação, tem a palavra Sra. Deputada.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Queria solicitar em nome do BE a transcrição da resposta do Sr. Secretário Regional da Saúde, à questão que foi levantada por mim, transcrição que agradecia que fosse dada ...

(Aparte inaudível)

A Oradora: Não! Eu quero-a agora, não é para o mês que vem, nem daqui a dois meses.

... quando fosse possível que me fosse entregue Sra. Presidente.

Presidente: Está registada a sua interpelação.

Há de ser solicitada aos serviços a respetiva transcrição.

Sr. Deputado Cláudio Lopes, penso que pediu a palavra para intervir?

Depois não levantou a mão? Não.

Sendo assim continuam abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

Julgo não haver inscrições.

Sr. Deputado Cláudio Lopes pediu a palavra ou não?

(*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Para uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Eu fiz uma pergunta muito direta ao Sr. Secretário, gostava de saber se ele me quer responder ou não. Era só isso.

Presidente: Sr. Deputado, percebo a sua interpelação, ficará registada mas como compreenderá não compete à Mesa decidir quem é que intervém ou não. Eu abri um período de inscrições, não houve inscrições pelo que vamos continuar com os nossos trabalhos nomeadamente com as intervenções de tribuna.

Sr. Deputado Cláudio Lopes, pediu a palavra?

(*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente, muito rapidamente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Miguel Costa, o senhor acabou de fazer aqui um papel muito triste na defesa de um prolema que aflige todos os picoenses, que é a saúde.

Enquanto o senhor aqui se preocupou nuns escassos minutos a branquear aquele que é o maior problema que existe na Ilha do Pico, confirmado por todos os picoenses, acabou por provar que é um mau político em defesa da sua ilha e daqueles que lá vivem.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Mas gostava de lhe perguntar, a si, já que o Sr. Secretário não me responde, não sei porquê, que raio de planeamento é este de um Governo que inscreve dois milhões de euros para equipamento para o novo Centro de Saúde e executa apenas 5%? Que raio de Governo e planeamento é este?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Miguel Costa tem a palavra.

(*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Prescindo.

Presidente: Prescinde?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso não se faz, cortar a palavra ao seu colega!

Sr. Deputado Bruno Belo tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, quem ouviu a sua intervenção em relação à proteção civil, fica com a ideia de que o passado foi excelente, o futuro é maravilhoso, o problema é mesmo o presente.

O problema é o presente porque quem olha para este Plano, Sr. Secretário, este ano, o senhor tem aqui a requalificação do Quartel dos Bombeiros de Santa Cruz das Flores. Já o ano passado tinha, Sr. Secretário!

O que é que foi feito e quais foram as alterações?

Quem olha para esse Plano apetece fazer aquele exercício de “descubra as diferenças”.

Construção do Quartel da Povoação.

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): O concurso foi aberto esta semana!

O Orador: Já o ano passado tinha, Sr. Secretário! O que é que foi feito? Estou mesmo a sério!

Parece impossível mas é mesmo verdade, Sr. Deputado Francisco César!

Sr. Secretário, ainda em relação à substituição da rede de comunicações da proteção civil, o Sr. Secretário o ano passado na discussão do Plano dizia: está

previsto um significativo reforço destinado à implementação da nova rede de comunicações que deverá estar concluída no final de 2015.

Sr. Secretário, voltamos a ter outra vez esta remodelação, com um valor significativo. O que é que foi feito, Sr. Secretário? Qual a diferença?

Volto a dizer-lhe: descubra as diferenças, Sr. Secretário!

Relativamente às viaturas SIV, Sr. Secretário, e aqui o Sr. Secretário no início da Legislatura assegurava que o projeto SIV no final da Legislatura estaria estendido a toda a Região.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): SIV para São Jorge!

O Orador: Na Comissão garantiu que apenas irá implementar a segunda viatura SIV na ilha do Pico, viatura esta que será adquirida pelos três municípios da Ilha do Pico, sob uma condição: sabendo qual a reestruturação do Serviço Regional de Saúde na Ilha do Pico.

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): O que é que se disse mais em comissão?

O Orador: Sr. Secretário, pode garantir que esta viatura vai mesmo estar em funcionamento no ano de 2016?

Para já era só.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Manuel Pereira, tem a palavra.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Todos nós sabemos que a localização geográfica dos Açores é propícia à existência de intempéries e só com o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros eficaz, é que conseguimos dar resposta e segurança às nossas populações.

Esta tem sido a postura dos governos do PS e este Plano mais uma vez reflete isso mesmo.

Por que os bombeiros são a linha avançada do Serviço Regional de Proteção Civil, acho que ficará bem reconhecer todo o trabalho que eles fazem, o sacrifício que impõe a si próprios em defesa de todas as comunidades onde estão inseridas.

Dentro do trabalho que tem sido feito, da diversa regulamentação que tem sido feita, produzida, há a destacar a questão dos planos de ordenamento que vão melhorar ou tendem a melhorar a ocupação do solo, evitando situações menos propícias, aliás propícias à ocorrência de intempéries.

Mas aqui também devemos falar e importa falar nos serviços que dependem da administração central e que infelizmente têm sido votados ao abandono e refiro-me à questão dos socorros a náufragos, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso agora vai mudar!

O Orador: Esperemos que sim, Sr. Deputado!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso é o pedido de esclarecimento ao Sr. Secretário?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não, é ao Governo da República!

O Orador: Em relação aos socorros a náufragos é sabido o investimento que tem sido feito, por parte do Governo Regional, na melhoria da garantia desse serviço a todas as nossas ilhas.

Relativamente ao Instituto do Mar e da Atmosfera esperamos, que é um serviço indispensável a todo o serviço, que futuramente sejam o mais depressa possível implementados os radares meteorológicos no cumprimento de uma resolução ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Espero bem que sim!

O Orador: Exatamente! Eu já esperava esse seu aparte.

Portanto, assim como no reforço dos meios de evacuação que irá garantir e o Sr. Deputado Bruno Belo também poderá testemunhar como habitante de uma ilha

sem hospital e distante, o grau de confiança que se deposita na força aérea, que neste momento está debilitado, esperemos que em breve essa questão seja ultrapassada.

Deputado Luís Garcia (PSD): Vai ser tudo resolvido!

O Orador: O Sr. Deputado Bruno Belo falou sobre os investimentos nos quartéis, elencou uma série deles e elencou o de Santa Cruz das Flores.

O senhor sabe que é um processo que está em curso ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está em curso desde o ano passado!

O Orador: ... as propostas já foram abertas, existe verba exatamente cabimentada e a obra vai ser feita.

Relativamente às viaturas de emergência médica, estão inscritas as verbas e provavelmente também de fundos comunitários no valor de 687 mil euros, para cerca de sete viaturas e a rede de comunicações é um processo complexo, o senhor sabe disso, que felizmente está em andamento e que vai ser concretizado no máximo até meados do mês de agosto.

Disse.

Deputado Luís Garcia (PSD): Mas está em curso!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo: Uma forma muito sintética para responder ao Sr. Deputado Cláudio Lopes a dizer que o montante dos dois milhões de euros, obviamente implicava e pressupunha a utilização de fundos comunitários.

Verificou-se que tal não seria possível por isso os 300 mil euros que era o dinheiro que o Governo Regional tinha para essa comparticipação em hora, foram obviamente utilizados no Centro de Saúde da Madalena.

Talvez o convidasse a ver a verba que está inscrita este ano em Plano de Investimentos, até para poder fazer algum tipo de comparação, para a equipagem do Centro de Saúde de Ponta Delgada e percebe que há aqui uma certa similaridade naquilo que foram as verbas atribuídas.

Sr. Deputado Bruno Belo, obviamente há pouco dizíamos que parece uma brincadeira, pois obviamente parece porque todas as questões que o Sr. Deputado levanta, foram-lhe explicadas na Comissão, o Sr. Deputado fez exatamente as mesmas questões sabendo exatamente as respostas que eu lhe poderia dar sobre essa matéria, por isso acho que não vou aqui gastar o tempo que o Governo tem disponível sobre essa matéria a voltar a explicar novamente esta questão.

Deputado Luís Garcia (PSD): Mas não pode voltar a perguntar!?

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, vamos então aqui a uma outra questão.

Na Comissão foi-lhe questionado se V. Exa. tinha tido conhecimento dos incidentes que tinham ocorrido nas intempéries que ocorreram recentemente no Nordeste.

V. Exa. na Comissão referiu que não tinha tido conhecimento desses incidentes que foram relatados por nós na sequência da reunião da Comissão com os bombeiros do Nordeste.

A minha pergunta, Sr. Secretário é: tendo nós relatado esses problemas a V. Exa. se já fez algumas *démarches* no sentido de apurar a responsabilidade de apurar o que se passou realmente no Nordeste, se já fez e o que fez?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Luís Cabral*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sim senhor, Sr. Deputado, tal como disse na altura pedi ao Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, que me fizesse uma descrição daquilo que foram os factos ocorridos.

Segundo aquilo que foi o relato do Presidente do Serviço, aquilo que o Presidente do Serviço sabe sobre a matéria, não corresponde àquilo que os Srs. Deputados ouviram de um Presidente da Associação, em nome do Comandante da força que estava no terreno. De qualquer forma assim que tiver o relato na minha mão terei todo o gosto em partilhar com V. Exa.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Queria lembrar ao Sr. Secretário que estou na sala, já voltei, portanto se tiver a bondade de me responder às questões que lhe coloquei nomeadamente o que é que fez aos mais de oito milhões de euros ...

(Aparte inaudível do Deputado Berto Messias)

Deputado Graça Silveira (*CDS-PP*): Não respondeu! Se eram horas, dias ...

O Orador: ... não respondeu a uma única questão, apenas respondeu à questão dos mercenários, não respondeu a mais nenhuma.

Portanto, eu já estou na sala, recoloco-lhe as perguntas.

Sr. Deputado, eu vou recolocar as questões; o que é que o senhor fez aos oito milhões de euros das taxas moderadoras que eram para pagar tratamentos de radioterapia?

Não respondeu.

Como é o critério? São dias? São horas? São semanas? São meses que o senhor tem nos tempos de espera?

Deputado José San-Bento (PS): O senhor sabe!

O Orador: Diga lá como é que é?

Diga lá como é que um doente prioritário espera mais tempo que um doente não prioritário? Explique lá?

São tudo questões que eu lhe coloquei juntamente com as outras que o senhor não respondeu a uma única.

Portanto, é preciso que o senhor responda, são muito simples Sr. Secretário. Não tem nada que enganar.

Deputado Berto Messais (PS): O senhor saiu da sala!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quando sair da sala vou-lhe pedir licença!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, em relação às taxas moderadoras obviamente já tive ocasião anteriormente de explicar sobre isso, são integralmente utilizadas pelas Unidades de Saúde que as recolhem e o Centro de Radioterapia dos Açores irá ser inaugurado em janeiro.

Outra questão Sr. Deputado em relação aos tempos de espera lamento mas eu quis de forma sintética para não esgotar o tempo do Governo responder a uma pergunta que era similar sua e do Sr. Deputado Luís Maurício. Respondi ao Sr. Deputado Luís Maurício, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não respondeu!

O Orador: ... infelizmente não estava na sala, não vou novamente falar sobre essa questão.

Talvez deixar aqui claro, Sr. Deputado, uma questão que parece-me que tinha alguma dúvida que era o valor das baixas médicas.

O valor das baixas médicas não é 40, não é 60. O valor das baixas médicas são 80%.

É isso que está previsto em lei.

Talvez, Sr. Deputado, aquelas coisas que de vez em quando ouve no café que depois aparece aqui de uma forma suspeituosa ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem é que ouve no café?

O Orador: ... a querer levantar que o Governo Regional tem umas dúvidas ou tem uns negócios, uma negociatas relativamente às questões de informatização, eu não tive qualquer, agora parece que a última questão é da Glintt, não foi este Governo Regional que fez qualquer aquisição relativamente à Glintt, a minha decisão sobre essa matéria foi sempre muito clara, é para utilizar o sistema SONHO II, que não é um antigo sistema do IGIF, é um sistema que é desenvolvido pela SPMS e é uma nova versão do sistema que está agora a ser implementado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É sim senhor! É o SONHO II!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, é da sua vigência, é de 2012 para cá que o Hospital de Angra começou a usar o sistema Glintt e nem comprou os módulos todos por isso agora está tudo emperrado e mais grave do que isso, Sr. Secretário, eu acuso-o e não foi conversa de café, perderam-se os dados clínicos no Hospital de Angra. Confirma ou não que não se fez a transição de um sistema informático para outro?

Isso é que é de extrema gravidade, Sr. Secretário e o senhor sabe que é verdade. É verdade? Confirma ou não, Sr. Secretário?

Agora o senhor mandou evoluir para o sistema SONHO II que é gratuito, sempre funcionou bem, há 20 anos que funciona bem e que aquele Governo, antes, os velhos, aqui está gente que lá esteve e que não está, não quis e que o senhor também não quis e agora quer.

Portanto, perdeu-se ou não informação clínica no Hospital de Angra relativamente aos doentes?

Confirma ou não uma coisa desta extrema gravidade?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Luís Cabral*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Artur Lima:

Não!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário da Saúde está a dizer-me que não se perderam dados clínicos no Hospital de Angra ...

(Apartes inaudíveis)

O Orador: Não! Não! Isto é muito sério!

... da transferência de um sistema informático para outro.

É isso que o senhor está a dizer-me: não se perderam dados clínicos dos doentes da mudança de sistema informático de um para o outro.

Não se perderam dados clínicos? Eu quero que responda exatamente que não se perderam dados clínicos.

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Está num e no outro!

O Orador: É isso que tem que ficar aqui gravado para futura responsabilidade sua.

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Os dados estão no hospital!

O Orador: Perderam-se ou não se perderam com a transferência de um sistema para o outro?

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Eu disse não! Levantei-me e disse não!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, julgo não haver inscrições.

Vamos então avançar para as intervenções de tribuna.

Sr. Deputado Aníbal Pires, pede a palavra para?

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: Eu peço aos líderes e à Sra. Secretária Regional o favor de se aproximarem da Mesa.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, o intervalo regimental foi concedido.

Regressamos daqui a 15 minutos.

Eram 19 horas e 23 minutos.

Presidente: Já temos quórum.

Vamos então dar início aos nossos trabalhos.

Eram 19 horas e 41 minutos.

(Neste momento, o Sr. Deputado Valdemiro Vasconcelos foi substituído na Mesa pelo Sr. Deputado Bruno Belo)

Srs. Deputada Zuraida Soares para uma interpelação, tem a palavra Sras. Deputada.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental e tendo em conta o nosso horário vamos também interromper os trabalhos, mas antes vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de anunciar os tempos para amanhã.

Secretário: Governo Regional - 139 minutos e 30 segundos;

PS - 159 minutos e 45 segundos;

PSD - 111 minutos e 15 segundos;

CDS-PP - 21 minutos e 45 segundos;

BE - 2 minutos e 30 segundos;

PCP - 10 minutos e 30 segundos;

PPM - 7 minutos e 15 segundos.

Presidente: Obrigada Sr. Secretário.

Uma boa noite a todos.

Regressamos amanhã às 10 horas.

Eram 19 horas e 42 minutos.

(*) Texto não revisto pelo orador

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Partido Social Democrata (PSD)

Humberto Trindade Borges de Melo

José **Joaquim** Ferreira Machado

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Listagem da correspondência

1 – Projetos de Lei:

Assunto: Restabelece os feriados nacionais da Implantação da República – n.º 3/XIII/1.^a (PS) – n.º 173/X

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2015 – 11 – 06

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2015 – 11 – 26;

Assunto: Reposição dos feriados nacionais retiradas n.º 8/XIII/1.^a (PCP) – n.º 174/X

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2015 – 11 – 06

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2015 – 11 – 26;

Assunto: Preferência pela produção alimentar local nas cantinas públicas.- n.º 13/XIII/1.ª (PEV) – n.º 175/X

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2015 – 11 – 06

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2015 – 11 – 26;

Assunto: Impede o cultivo deliberada em ambiente de organismos geneticamente modificados (OGM) - 17/XIII/1.ª (PEV) - n.º 176/X

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2015 – 11 – 06

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2015 – 11 – 26;

Assunto: Reposição das 35 horas de trabalho semanal na Administração Pública - 18/XIII/1.ª (PEV) – n.º 177/X

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2015 – 11 – 06

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2015 – 11 – 26;

Assunto: Restitui os feriados nacionais obrigatórios eliminados (Alteração ao Código de Trabalho aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, alterados pelas Leis n.ºs 105/2009, de 14 de setembro, 53/2011, de 14 de outubro, 23/2012, de 25 de junho, 47/2012, de 29 de agosto, 69/2013, de 30 de agosto, 27/2014, de 8 de maio e 55/2014, de 25 de agosto)" - n.º 20/XIII/1.ª (PEV) – n.º 181/X

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2015 – 11 – 10

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente Trabalho

Data limite do parecer: 2015 – 11 – 20;

Assunto: Consagra a Terça-Feira de Carnaval como feriado nacional obrigatório (Alteração ao Código de Trabalho aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, alterados pelas Leis n.ºs 105/2009, de 14 de setembro, 53/2011, de 14 de outubro, 23/2012, de 25 de junho, 47/2012, de 29 de agosto, 69/2013, de 30 de agosto, 27/2014, de 8 de maio e 55/2014, de 25 de agosto) - n.º 21/XIII/1.ª (PEV) – n.º 182/X

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2015 – 11 – 18

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente Trabalho

Data limite do parecer: 2015 – 12 – 07;

Assunto: Restabelecimento dos feriados nacionais suprimidos - n.º 183/X - Projeto de Lei n.º 33/XIII/1.ª (BE)

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2015 – 11 – 10

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente Trabalho

Data limite do parecer: 2015 – 11 – 18.

2 – Propostas de Lei:

Assunto: Estratégia Nacional para a prevenção e controlo de epidemias da febre do dengue - 2/XIII/1.ª – n.º 171/X

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2015 – 11 – 06

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2015 – 11 – 26;

Assunto: Majoração da proteção social na maternidade, paternidade e adoção - n.º 3/XIII/1.^a – n.º 172/X

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2015 – 11 – 06

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2015 – 11 – 26;

Assunto: Estabelece os mecanismos das reduções remuneratórias temporárias e as condições da sua reversão, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro - n.º 4/XIII/1.^a (GOV) – n.º 178/X

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2015 – 11 – 10

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2015 – 11 – 30;

Assunto: Regula a aplicação da contribuição extraordinária de solidariedade, durante o ano de 2016" - n.º 5/XIII/1.^a (GOV) – n.º 179/X

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2015 – 11 – 10

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2015 – 11 – 30;

Assunto: Regula a aplicação em 2016 de matérias fiscais constantes da Lei que aprovou o Orçamento do Estado para 2015" - n.º 6/XIII/1.^a (GOV) – n.º 180/X

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2015 – 11 – 10

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2015 – 11 – 20.

3 – Propostas de Decreto Legislativo Regional

Assunto [Plano Anual Regional para o ano de 2016](#) - n.º 64/X

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 11 – 02

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2015 – 11 – 19;

Assunto: [Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2016](#) – n.º 65/X

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 11 – 02

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2015 – 11 – 19.

4 – Projeto de Resolução:

Assunto: [Requalificação do Porto Novo](#) – n.º 142/X

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2015 – 11 – 17

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2016 – 01 – 06.

5 – Requerimentos:

Assunto: [Evacuação de sinistros na Graciosa demorou cerca de 8 horas](#)

Autor: João Bruto da Costa (PSD)

Data de Entrada: 2015 – 11 – 02

Referência: 54.03.04 – N.º 468/X.

Assunto: [Horários de inverno da SATA](#)

Autor: Aníbal Pires (PCP)

Data de Entrada: 2015 – 11 – 03

Referência: 54.04.00 – N.º 469/X.

Assunto: [A “livre escolha” do Governo Regional na Contratação Pública”](#)

Autores: João Bruto da Costa, Cláudio Lopes, Bruno Belo e Valdemiro Vasconcelos (PSD)

Data de Entrada: 2015 – 11 – 04

Referência: 54.03.00 – N.º 470/X;

Assunto: [Porto de Rabo de Peixe](#)

Autor: Aníbal Pires (PCP)

Data de Entrada: 2015 – 11 – 10

Referência: 54.04.02 – N.º 471/X;

Assunto: [A subtração ilegal da remuneração devida a um candidato à Assembleia da República por parte do Governo Regional.](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2015 – 11 – 11

Referência: 54.07.00 – N.º 472/X;

Assunto: [Monitorização e avaliação do Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2015 – 11 – 11

Referência: 54.07.09 – N.º 473/X.

6 – Resposta ao requerimento:

Assunto: [Reestruturação financeira de 147,5 milhões de euros](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 11 – 05

Referência: 54.03.00 – N.º 453/X;

Assunto: [Relatórios do Gabinete do Provedor do Utente da Saúde](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 11 – 09

Referência: 54.06.00 – N.º 464/X;

Assunto: [Obras na EBS Vitorino Nemésio](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 11 – 11

Referência: 54.03.03 – N.º 454/X.

7 – Comunicações/Informações:

Assunto: Universidade dos Açores e da Madeira – Exposição sobre os sobrecustos de insularidade e ultraperiferia

Proveniência: O Reitor da Universidade dos Açores, João Luís Gaspar

Data de Entrada: 2015 – 11 – 22;

Assunto: Universidade dos Açores sobrecustos de correntes de estrutura tripolar

Proveniência: O Reitor da Universidade dos Açores, João Luís Gaspar

Data de Entrada: 2015 – 11 – 22;

Assunto: Ofício a comunicar que foi para publicação do DLR n.º 21/2015 - Segunda alteração ao DLR n.º 32/2002/A, de 8 de agosto, que estabelece o regime de Cooperação Técnica e Financeira entre a Administração Regional e a Administração Local

Proveniência: Gabinete de Sua Excelência o Representante da República para a RAA

Data de Entrada: 2015 – 10 – 29;

Assunto: ofício a comunicar a afetação de Deputados nas Comissões:

Comissão Permanente

Luís Maurício Mendonça Santos substitui António Lima Cardoso Ventura

Luís Miguel Forjaz Rendeiro substitui Cláudio José Gomes Lopes

Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Humberto Trindade Borges de Melo substitui Luís Carlos Correia Garcia

Comissão de Política Geral

Paulo Jorge da Silva Ribeiro substitui Paulo Henrique Parece Baptista

Comissão de Economia

Luís Carlos Correia Garcia substitui António Augusto Baptista Soares Marinho

Comissão de Assuntos Sociais

Paulo Henrique Parece Baptista substitui Luís Maurício Mendonça Santos

Proveniência: O Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, António Marinho

Data de Entrada: 2015 – 10 – 30;

Assunto: Ofício a comunicar a alteração de Deputados em Subcomissões:

**Subcomissão da Comissão Permanente de Assuntos Parlamentares,
Ambiente e Trabalho**

Luís Miguel Forjaz Rendeiro substitui Luís Carlos Correia Garcia

Subcomissão da Comissão Permanente de Assuntos Sociais

João Luís Bruto da Costa substitui Luís Maurício Mendonça Santos

Proveniência: O Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, António Marinho

Data de Entrada: 2015 – 11 – 02;

Assunto: Ofício a comunicar que foi enviado por correio eletrónico o relatório de auditoria e as verificações internas de contas de gerência aprovados e a seguir indicados:

- Relatório n.º 5/2015-FS/SRATC (Ação n.º 15-214FS4) – Auditoria à execução financeira do contrato de concessão de exploração de recursos geotérmicos celebrado entre a RAA e a EDA Renováveis, S.A.;
- Relatório n.º 24/2015-VIC/SRATC (Ação n.º 15-438VIC 3) – Verificação interna da conta de Tesouraria de Angra do Heroísmo, relativa a 2014;
- Relatório n.º 25/2015-VIC/SRATC (Ação n.º 15-439VIC3) – Verificação n.º 24/2015-VIC/SRATC (Ação n.º 15-439VIC 3) – Verificação interna da conta de Tesouraria da Horta, relativa a 2014.;
- Relatório n.º 26/2015-VIC/SRATC (Ação n.º 15-440VIC3) – Verificação n.º 24/2015-VIC/SRATC (Ação n.º 15-438VIC 3) – Verificação interna da conta de Tesouraria de Ponta Delgada, relativa a 2014

Proveniência: Seção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2015 – 11 – 02;

Assunto: Ofício a enviar a ATA da Reunião do Conselho de Acompanhamento das Políticas Financeiras, em cumprimento no estabelecido no n.º 8 do artigo 15.º da Lei Orgânica n.º 2/2013, de 2 de setembro

Proveniência: CAF Conselho de Acompanhamento das Políticas Financeiras

Data de Entrada: 2015 – 11 – 02;

Assunto: Envio de documentação do Conselho de Opinião da RTP, S.A. – reunião de 4 de novembro de 2015

Proveniência: José Lourenço

Data de Entrada: 2015 – 11 – 05;

Assunto: Envio de Moção

Proveniência: O Presidente da Câmara Municipal de Nordeste, Carlos Mendonça

Data de Entrada: 2015 – 11 – 09;

Assunto: Ofício a retirar a Anteposta de Lei n.º 15/X - Regime jurídico sobre a atuação dos órgãos de comunicação social em períodos eleitorais

Proveniência: O Deputado do PPM, Paulo Estêvão

Data de Entrada: 2015 – 11 – 10;

Assunto: Email a enviar o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas Europeu, 2014

Proveniência: O Subdiretor Geral do Tribunal de Contas, Fernando Flor de Lima

Data de Entrada: 2015 – 11 – 16;

Assunto: Email a comunicar a Caducidade das Propostas de Lei n.º 4/XIII/1.^a (GOV) - Estabelece os mecanismos das reduções remuneratórias temporárias e as condições da sua reversão, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro; Proposta de Lei n.º 5/XIII/1.^a (GOV) - Regula a aplicação da contribuição extraordinária de solidariedade, durante o ano de 2016 e Proposta de Lei n.º 6/XIII/1.^a (GOV) - Regula a aplicação em 2016 de matérias fiscais constantes da lei que aprovou o Orçamento do Estado para 2015

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2015 – 11 – 16;

Assunto: Ofício a enviar a publicação: "2014 Auditoria da EU: uma síntese".

Proveniência: Tribunal de Contas Europeu

Data de Entrada: 2015 – 11 – 18.

8 – Relatórios:

Assunto: [Relatório e Parecer Setorial sobre o Plano e Orçamento para 2016](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2015 – 11 – 17;

Assunto: [Sobre as propostas de Plano Anual Regional para 2016 e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2016](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2015 – 11 – 10;

Assunto: [Propostas de Plano Regional Anual e Orçamento para o ano de 2016](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2015 – 11 – 18;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 127/X – Homologação do ensino Secundário da viola da Terra nos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2015 – 11 – 18;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 130/X – Recomenda ao Governo Regional o](#)

[Desenvolvimento urgente do Processo de Construção de Novas Instalações para a Escola Básica e Secundária da Povoação](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2015 – 11 – 18;

Assunto: [Relatório 103.º a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRAA](#)

Proveniência: Economia

Data de Entrada: 2015 – 11 – 19;

Assunto: [Propostas de Plano Regional Anual e Orçamento para o ano de 2016](#)

Proveniência: Economia

Data de Entrada: 2015 – 11 – 18;

Assunto: [Relatório e Parecer Final sobre a Proposta de Plano e Orçamento Regional para 2016 – n.ºs 64/X e 65/X](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 11 – 18.

P'la Redatora: *Noélia Escobar*

